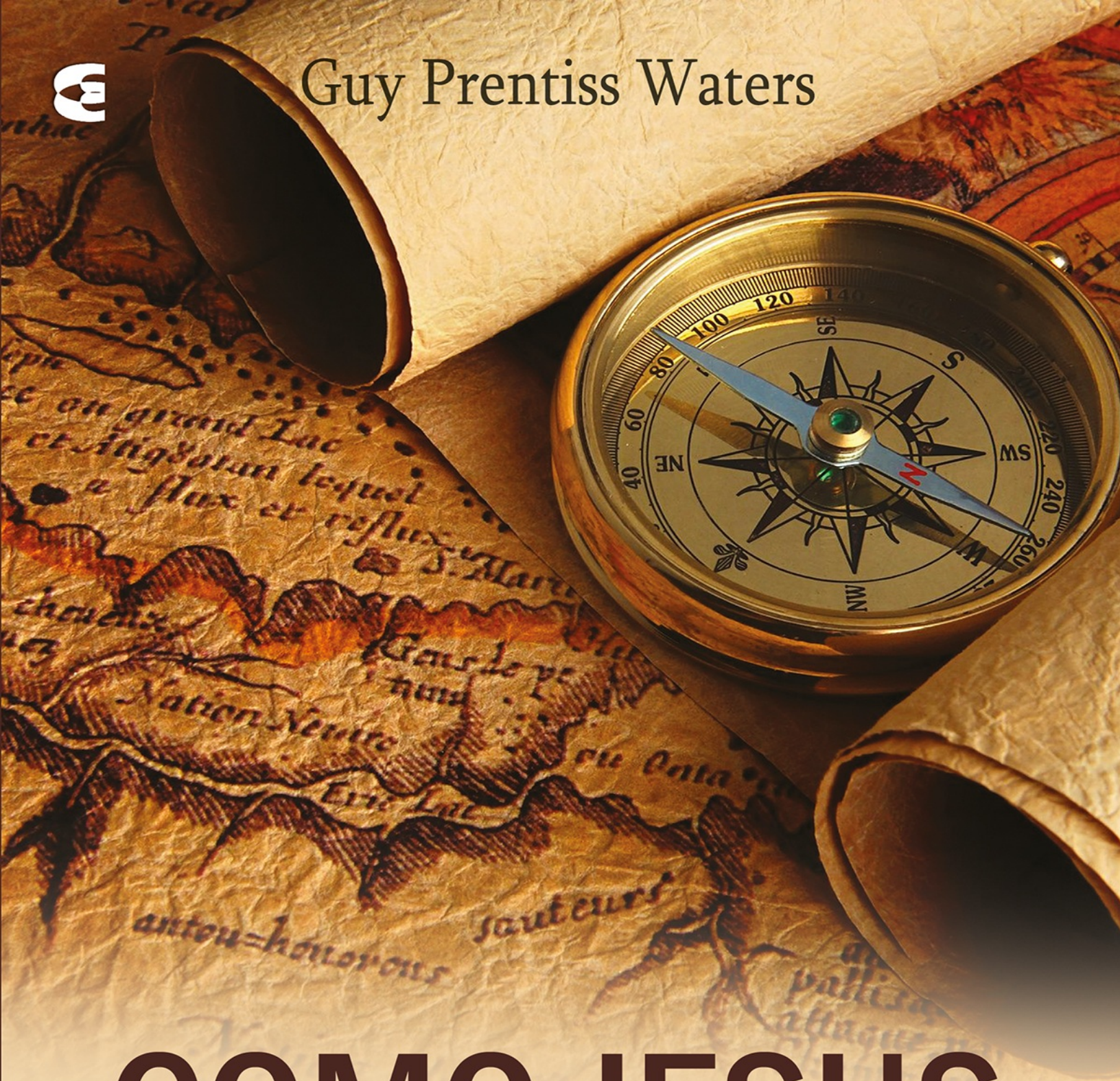
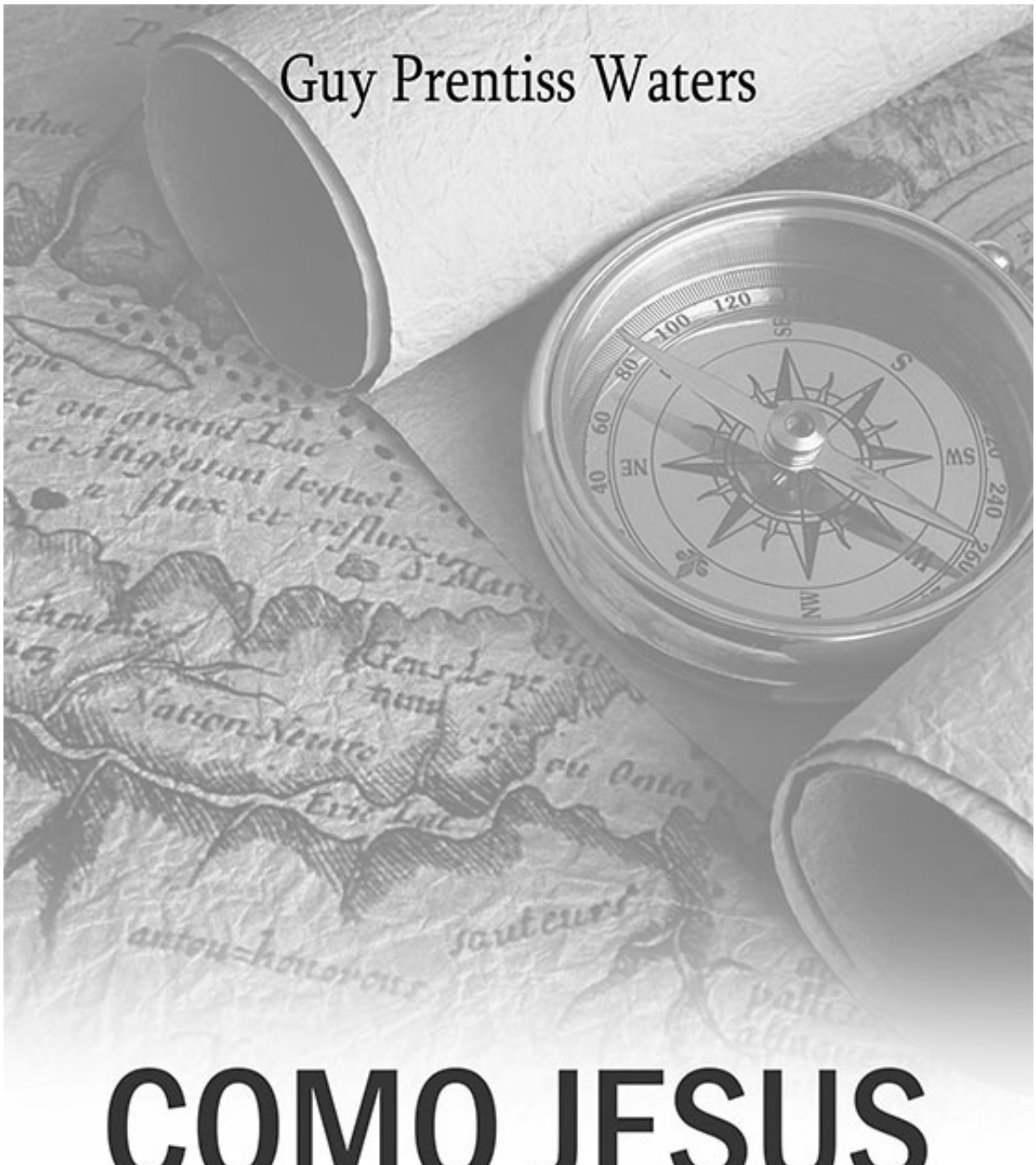
Guy Prentiss Waters



COMO JESUS GOVERNA A IGREJA

As bases da eclesiologia abordadas de modo abrangente, mas breve; erudito, mas acessível, além de claro e variado. Tudo ao mesmo tempo

Guy Prentiss Waters



COMO JESUS GOVERNA A IGREJA

As bases da eclesiologia abordadas de modo abrangente, mas breve; erudito, mas acessível, além de claro e variado. Tudo ao mesmo tempo

Como Jesus governa a igreja © 2018 Editora Cultura Cristã. Traduzido de *How Jesus runs the church* © 2011, by Guy Prentiss Waters. Todos os direitos são reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, estocada para recuperação posterior ou transmitida de qualquer forma ou meio que seja – eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou de outro modo – exceto breves citações para fins de resenha ou comentário, sem o prévio consentimento de P&R Publishing Company, P.O.Box 817, Phillipsburg, New Jersey 08865-0817.

Conselho Editorial
Cláudio Marra (*Presidente*)
Filipe Fontes
Heber Carlos de Campos Jr
Hermisten Maia Pereira da Costa
Joel Theodoro da Fonseca Jr
Misael Batista do Nascimento
Tarcízio José de Freitas Carvalho
Victor Alexandre Nascimento Ximenes

Produção Editorial
Tradução
Meire Portes Santos
Revisão
Vagner Barbosa
Claudete Água de Melo
Denis Benjamin Silveira
Editoração
Spress Diagramação
Capa
Magno Paganelli

Produção de ebook *S2 Books*

W329c Waters, Guy Prentiss

Como Jesus governa a igreja / Guy Prentiss Waters. – São Paulo: Cultura Cristã, 2018
160 p.

Recurso eletrônico (ePub)
ISBN 978-65-5989-019-4

Tradução: How Jesus runs the church

1. Administração 2. Eclesiologia 3. Liderança I. Título

CDU 658

A posição doutrinária da Igreja Presbiteriana do Brasil é expressa em seus "símbolos de fé", que apresentam o modo Reformado e Presbiteriano de compreender a Escritura. São esses símbolos a *Confissão de Fé de Westminster* e seus catecismos, o *Maior* e o *Breve*. Como Editora oficial de uma denominação confessional, cuidamos para que as obras publicadas espelhem sempre essa posição. Existe a possibilidade, porém, de autores, às vezes, mencionarem ou mesmo defenderem aspectos que refletem a sua própria opinião, sem que o fato de sua publicação por esta Editora represente endosso integral, pela denominação e pela Editora, de todos os pontos de vista apresentados. A posição da denominação sobre pontos específicos porventura em debate poderá ser encontrada nos mencionados símbolos de fé.



EDITORA CULTURA CRISTÃ

Rua Miguel Teles Júnior, 394 – CEP 01540-040 – São Paulo – SP
Fones 0800-0141963 / (11) 3207-7099
www.editoraculturacrista.com.br – cep@cep.org.br

Superintendente: Haveraldo Ferreira Vargas
Editor: Cláudio Antônio Batista Marra

Aos meus filhos:
Phoebe Louise Waters
Lydia Anne Waters
Thomas Edward Elzberry Waters

Que a igreja e a única cabeça da igreja, Jesus Cristo,
sejam preciosos para vocês todos os seus dias.

SUMÁRIO

Capa

Folha de rosto

Créditos

Dedicatória

Prefácio

Agradecimentos

Abreviações

Introdução

1. O que é a igreja

2. O governo da igreja

3. O poder da igreja

4. Os ofícios da igreja

5. Os concílios da igreja

6. Conclusão

7. Governo da igreja: uma bibliografia selecionada e anotada

PREFÁCIO

Por cerca de uma década, ministrei um curso sobre eclesiologia e culto presbiteriano no Gordon-Conwell Theological Seminary. Desenvolvi uma bibliografia bastante extensa (dezenove páginas, espaço simples) e fiquei surpreso com o quanto foi escrito sobre a igreja (*eclesiologia*) nos séculos 17 a 19 e quão pouco a partir dessa época. Um dos resultados é que, mesmo se alguém estivesse interessado em aprender mais sobre a igreja de Cristo, seria difícil fazê-lo sem os recursos de um seminário teológico, uma vez que a maior parte do bom material escrito sobre a igreja estava esgotado. Thomas E. Peck (o sucessor de Robert Lewis Dabney no Union Seminary, Virgínia) estava esgotado; Charles Hodge, de Princeton, registrou a maior parte dos seus escritos eclesiásticos no *Princeton theological review*; Thomas Smyth, de Charleston, estava esgotado; James Bannerman, de Edimburgo, alternava entre estar esgotado e estar reeditado; John B. Adger escondeu-se nas páginas do *Southern Presbyterian review* (1847-1885).

Os séculos 17 a 19 haviam tratado dos temas não apenas profundamente, mas avidamente. Em 1841, Thomas Smyth escreveu *An ecclesiastical catechism* que tinha 124 páginas e fazia 280 perguntas relacionadas à igreja, tais como estas, e as respondia:

- "Qual é o significado da palavra *católica*?"
- "Então, no que a unidade da igreja consiste essencialmente?"
- "O que você quer dizer por uma igreja verdadeira?"

- "A filiação a qualquer igreja visível é suficiente para assegurar a salvação da alma?"
- "Quais são os deveres dos membros de cada igreja particular para com aqueles de todas as outras denominações cristãs?"

Hoje seria muito difícil pensar em fazer 280 perguntas sobre a igreja e mais difícil ainda encontrar alguém que as respondesse.

Algumas coisas de uma natureza mais recente foram escritas sobre a igreja, mas eram predominantemente práticas: como organizar reuniões, como lidar com os jovens (e seus pais), como aconselhar pessoas que não queriam nada disso e assim por diante. Porém, em grande medida, as perguntas sobre como a igreja deve ser governada, por quem e com que propósito não foram abordadas. Se a igreja tem algum poder, que tipo de poder é esse? Que tipos de coisa seus oficiais devem exigir corretamente dos membros? Ser um membro da igreja é algo em si mesmo importante ou necessário, ou um aspecto do discipulado cristão? Essas perguntas não foram respondidas de modo incorreto; elas simplesmente não foram feitas.

Em algumas ocasiões, essas perguntas e outras semelhantes acabaram sendo feitas em circunstâncias nas quais uma catástrofe eclesiástica já havia acontecido. Em igrejas que tinham sofrido divisões terríveis, dolorosas (ou ambas as coisas), os sobreviventes, algumas vezes, perguntavam se a dor poderia ter sido evitada e, se sim, como? Mas, em geral, obras sérias a respeito da igreja e o seu governo, bem como a respeito dos seus limites, simplesmente não foram escritas.

Nesse deserto árido, o doutor Guy Waters inseriu um oásis. Num livro que é tanto abrangente quanto breve, tanto erudito quanto acessível, variado e ao mesmo tempo claro, o doutor Waters cobriu as bases da eclesiologia no seu *Como Jesus governa a igreja*. Sua obra é historicamente informada, teologicamente integrada e biblicamente fundamentada; suas argumentações sobre temas controversos são sempre sensatas e criteriosas. Embora nem todos consigam concordar com ele em cada pequeno detalhe, todos concluirão que ele se envolve de modo criterioso e gentil com aquelas visões das quais discorda. Se esse livro existisse quando lecionei no Gordon-Cronwell, não teríamos esgotado os papéis da copiadora reproduzindo capítulos e artigos de livros e revistas teológicas.

Numa cultura americana narcisista, igualitária, pluralista e voluntarista, a argumentação cuidadosa do doutor Waters sobre a maneira como o Cristo ressurreto governa sua igreja pode parecer tão peculiar quanto minhas aulas de

grego, mas isso é precisamente do que necessitamos e do que temos necessitado por um longo tempo. Há apenas dois tipos de pessoa que deveriam ler este livro: aqueles que amam a noiva de Cristo, a igreja, e aqueles que não a amam.

T. David Gordon
Professor de Religião e Grego
Grove City College
Grove City, Pennsylvania

AGRADECIMENTOS

Sou presbiteriano, mas não filho de presbiteriano. Cresci numa igreja luterana, e tornei-me membro da Presbyterian Church of America mais tarde na minha vida, na idade madura de 20 anos. Deleitei-me e ainda me deleito nos compromissos sólidos da PCA com a autoridade bíblica e a fé reformada. Contudo, confesso que no início senti-me um tanto perplexo com o modo presbiteriano de governo. "Presbítero", "diácono", "assembleia", "conselho" – estes foram apenas alguns dos termos incomuns com os quais me deparei como um novo presbiteriano. Fui aconselhado a comprar um exemplar do *Book of church order,* da PCA. Comprei e comecei a estudá-lo. Algumas das minhas perguntas foram respondidas. Outras tantas perguntas surgiram. Sempre gostei de saber como as coisas funcionam e por que funcionam do modo como funcionam. Eu queria saber como e por que os presbiterianos fazem o que fazem quanto ao governo da igreja. Para onde eu poderia ir para começar a obter algumas respostas?

Eu não sabia naquela época, mas essa curiosidade foi a semente da qual este livro seria germinado até chegar à sua forma atual. Ao longo da minha caminhada, obtive muita ajuda. Foi David F. Coffin Jr. quem primeiramente me direcionou às declarações e exposições clássicas da forma de governo eclesiástico presbiteriano. Esse material nem sempre é fácil de ser localizado, mas suas recompensas têm excedido grandemente minhas expectativas. Consegui sentar-me e manter diálogos com algumas das mentes reformadas mais brilhantes dos

últimos quatro séculos. Isso foi verdadeiramente um privilégio. Por essa razão, quis dar aos leitores do século 21 uma oportunidade de "ouvi-los" comigo.

É raro encontrar uma pessoa para a qual o governo da igreja desperte não apenas interesse, mas, mais raro ainda, paixão. Na providência de Deus, tenho me encontrado com algumas dessas ao longo do caminho. Sou particularmente agradecido a Dave Coffin, J. Ligon Duncan III, James "Bebo" Elkin, David Jussely e W. Duncan Rankin por conversas e conselhos proveitosos nessa área. Devo estender o agradecimento também a Bebo, C. N. Willborn e T. David Gordon, os quais doaram generosamente do seu tempo para ler um rascunho desta obra e dar opiniões. T. David foi bem gentil em escreveu um prefácio para este livro e, por isso, sou especialmente grato.

O governo da Igreja Presbiteriana precisa ser aprendido, mas também precisa servir de modelo. Sou grato por alguns bons modelos ao longo dos anos. Os ministros e presbíteros da Church of the Good Shepherd (PCA), Durhan, Carolina do Norte, onde tive a oportunidade de servir como pastor interino, mostraram-me como um governo eclesiástico que funciona bem pode beneficiar a vida da congregação. O presbitério Mississippi Valley (PCA), no qual atuo como presbítero docente na PCA, fez o mesmo por mim numa escala mais ampla.

A instituição na qual leciono, Reformed Theological Seminary, Jackson, concede-me graciosamente a oportunidade de lecionar um curso de formas de governo eclesiástico todo ano. Robert C. Cannada Sr., um dos pais fundadores da PCA e um dos fundadores do RTS, tem um interesse particular pelo sistema de governo presbiteriano. W. Jack Williamson, outro pai fundador da PCA, lecionou formas de governo eclesiástico no RTS –Jackson por muitos anos, até ser levado para o lar celestial para estar com o Senhor. Esse é um legado notável e eu assumo a responsabilidade por esse curso com admiração e temor. Pelo apoio e encorajamento contínuo, devo agradecer especialmente ao doutor Guy Richardson, presidente do Reformed Theological Seminary, Jackson, e ao doutor Miles Van Pelt, Deão acadêmico do Reformed Theological Seminary, Jackson.

Sou grato aos meus alunos de formas de governo eclesiástico, com os quais testei o material deste livro. Suas perguntas, comentários e reflexões ajudaram a moldar e refinar meus pensamentos. Acredito que este livro foi melhorado por essa razão. Agradeço de modo particular ao meu assistente de pesquisa, Michael Lynch, que diligentemente leu e de modo proveitoso comentou esta obra quando ainda se encontrava no formato de rascunho.

Agradecimentos especiais também a Marvin Padgett, vice-presidente editorial da P&R Publishing. Este projeto não teria visto a luz do dia se não fosse seu encorajamento e apoio. Sou grato ao restante do pessoal da P&R pelo seu trabalho coletivo em conexão com este livro. Desejo, ainda, agradecer particularmente a John J. Hughes, que supervisionou o processo editorial até o final; Rick Matt, que revisou a obra, e Mary Ruth Murdoch, que corrigiu as provas.

Devo reservar uma gratidão especial à minha família. Minha esposa, Sarah, tem me apoiado ao longo do caminho, expressando nada além de estímulo e encorajamento amoroso. Meus filhos estão chegando à idade em que podem compreender o que é o governo bíblico da igreja. Espero que, um dia, cheguem a esse ponto e, desse modo, possam adotá-lo como uma boa dádiva de Jesus para sua igreja. Na verdade, isso é o que eu espero que você também faça. Que o Senhor se agrade em usar este livro para esse fim.

Guy Prentiss Waters
Jackson, Mississippi
Fevereiro 2011

ABREVIATURAS

BCO	*The book of church order of the Presbyterian Church in America,* 6a. ed. (Lawrenceville, GA: Office of the stated clerk of the Presbyterian Church in America, 2010)
NICNT	Série New International commentary on the New Testament, publicado pela Eerdmans
RAO	Rules of assembly operations: With revisions adopted by the 38th general assembly, 2010; distribuído com *The book of church order of the Presbyterian Church in America,* 6a. ed. (Lawrenceville, GA: Office of the stated clerk of the Presbyterian Church in America, 2010)
SCSEE	Série Studies in Christian social ethics and economics, publicada pelo Acton Institute
CFW	Confissão de fé de Westminster, em *Westminster confession of Faith* (Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1958)
CMW	Catecismo maior de Westminster, em *Westminster confession of faith* (Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1958)
BCW	Breve catecismo de Westminster, em *Westminster confession of faith* (Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1958)
PCA	Presbyterian Church of America

INTRODUÇÃO

O que vem à sua mente quando você ouve a palavra "governo"? Nos Estados Unidos, a maioria dos cidadãos tem contato regular com o governo local, estadual e federal. Algumas vezes, o governo faz exigências sobre o nosso tempo, como o dever de servir como jurado ou de fazer o serviço militar. Outras vezes, o governo faz exigências ao nosso bolso, como no caso dos impostos sobre vendas, e ao nosso salário, como no caso do imposto de renda. É comum ouvir as pessoas reclamarem sobre as exigências que seus representantes eleitos fazem a elas.

Também é fácil esquecer as coisas boas que os governos que funcionam bem proporcionam aos seus cidadãos. Escolas, rodovias, segurança pública e uma multidão de outros serviços e benefícios possibilitam irmos trabalhar, criar nossa família e nos reunir com o povo de Deus para adorar e servir. Se você já viveu num país com um governo fraco ou desestruturado, ou já visitou um, pode verdadeiramente apreciar um bom governo. Um governo precário pode significar que não podemos contar com coisas como empregos estáveis, água limpa e eletricidade ou segurança pessoal. Um governo fraco pode até mesmo significar que os cidadãos não podem desfrutar de liberdades e autonomias básicas que muitos de nós, no Ocidente, desfrutamos. Resumindo, quer pensemos muito sobre governo ou não, ele faz uma grande diferença na qualidade da nossa vida diária.

Governo na igreja

A igreja tem um governo próprio. Isso não é por acidente. Como veremos, as Escrituras ensinam que o próprio Jesus instituiu um governo para a sua igreja, um governo que encontramos somente na Bíblia. Esse governo é uma parte importante da maneira como Jesus governa o seu povo.

Como o governo civil, o governo da igreja pode, às vezes, fazer exigências a nós. Também como o governo civil, o governo da igreja, quando funciona bem, ajuda o povo de Deus a viver bem sua vida cristã. Quando o governo da igreja deixa de ser o que Jesus o chamou para ser, esse colapso pode prejudicar a vida cristã.

Em outras palavras, o governo da igreja é uma parte crucial do discipulado cristão. O governo da igreja é algo pelo que todo cristão dever ter intenso interesse. Seja você um cristão jovem ou maduro, novo numa igreja presbiteriana ou descendente de gerações de presbiterianos, um experiente oficial da igreja ou não, você precisa saber o que a Bíblia ensina sobre o governo da igreja. Esse conhecimento o ajudará a buscar uma vida cristã produtiva, a orar melhor pelos oficiais e pelo trabalho da igreja e a servir à igreja com mais competência. Acima de tudo, isso o auxiliará a ter apreciação renovada pela sabedoria e glória da única Cabeça e Rei da igreja, Jesus Cristo.

O que aconteceu com o governo da igreja?

É justo dizer que o interesse pelo governo da igreja (também chamado constituição da igreja) tem diminuído no último século. Uma maneira de ver isso é olhar as publicações relativas à constituição da igreja. Apesar de terem sido reimpressas, as articulações clássicas do governo da Igreja Presbiteriana, por Thomas E. Peck, Thomas Witherow e John Macpherson, datam do século 19.[01] Os tratamentos presbiterianos clássicos da doutrina da igreja igualmente datam do mesmo período.[02] Isso para não falar dos incontáveis artigos, resenhas e palestras que foram publicados em periódicos, jornais, minutas e outros órgãos das entidades presbiterianas do século 19.[03]

Esses manuais, livros, artigos e palestras refletem discussões vigorosas e, algumas vezes, discordâncias entre presbiterianos do século 19 a respeito de governo da igreja. Elas nos lembram de uma época em que alguns dos melhores e mais brilhantes ministros e teólogos da Igreja Presbiteriana dedicaram seu tempo e energia a questões da constituição eclesiástica.

Esse interesse e dedicação não aconteceram apenas no século 19. O livro IV das *Institutas da religião cristã* de 1559 – um terço das *Institutas*, de Calvino, é

dedicado à doutrina da igreja.[04] Uma parte substancial do Livro IV trata de questões relativas ao governo da igreja. Esse interesse foi levado para a Escócia nos séculos 16 e 17, onde John Knox, Samuel Rutherford e George Gillespie refletiram extensivamente sobre o governo da igreja.[05] Mantendo sua herança da Reforma e presbiteriana escocesa, a PCA manteve o antigo interesse da igreja reformada pela doutrina da igreja, em geral, e pela constituição da igreja, especificamente.

Evidentemente, hoje os presbiterianos continuam a estudar, a discutir e a debater o governo da igreja.[06] No entanto, não fazemos isso no grau em que as gerações anteriores o faziam. Isso dá origem a duas perguntas relacionadas. Por que esse interesse se desvaneceu? Por que o modo como a igreja era governada era tão importante para os nossos pais presbiterianos?

Uma razão importante pela qual o interesse pelo método de governo da igreja tem diminuído são as tristes experiências de muitos presbiterianos conservadores nas igrejas presbiterianas principais do século 20.[07] A infidelidade de muitas denominações e até mesmo a perseguição de oficiais fiéis dentro dessas denominações corromperam os propósitos íntegros do governo bíblico da igreja. Muitos cristãos procuraram comunhão, evangelização e missões fora das estruturas denominacionais. O resultado foi um distanciamento infeliz do governo da igreja e do mandato bíblico de evangelização e discipulado.

Esse curso de acontecimentos pouco fez para deter a onda de individualismo e autossuficiência que tem caracterizado o cristianismo norte-americano há muito tempo.[08] Os evangélicos norte-americanos frequentemente exibem falta de confiança nas instituições e autoridade, incluindo a da igreja. Esses padrões vão contra o caráter do ensino da Bíblia para a igreja. A Escritura diz aos cristãos que precisamos uns dos outros, particularmente do trabalho fiel dos oficiais da igreja, para crescer na vida cristã (veja Ef 4.11-16).

Talvez, um passo na direção de uma recuperação do interesse pelo sistema de governo na igreja presbiteriana contemporânea seja considerar por que a doutrina da igreja era tão importante para nossos antepassados presbiterianos. Pelo fato de que eles eram comprometidos de todo o coração com a Bíblia, podemos acreditar que o interesse e o trabalho deles refletiam as prioridades bíblicas. De fato, podemos considerar quatro maneiras pelas quais as Escrituras enfatizam a importância da igreja.

Em primeiro lugar, há uma conexão bíblica íntima entre Cristo e sua igreja. Cristo é a cabeça do seu corpo, a igreja (Cl 1.18, 24; Ef 5.23; At 9.5). Os interesses de Cristo estão ligados à igreja. Estudar e honrar o governo da igreja é trazer

glória a Jesus, que instituiu esse governo para a sua própria glória e para o bem da igreja. Uma razão, por exemplo, pela qual os protestantes reformados protestaram tão veementemente contra a reivindicação do Papa de ser o vigário de Cristo na terra é que eles entenderam que essa reivindicação usurpava o direito exclusivo de Cristo de governar a igreja.

Em segundo lugar, a igreja é um corpo que é tanto divinamente criado quanto divinamente governado. A igreja é divinamente criada. Ela não é uma mera associação voluntária de pessoas com interesses, históricos e objetivos semelhantes. Nesse aspecto, ela é diferente dos Kiwanis* ou de uma liga de futebol. Os adultos entram para a igreja quando professam ser "pecadores à vista de Deus, merecendo justamente a sua desaprovação e, sem esperança, a não ser na sua misericórdia soberana". Eles professam "crer no Senhor Jesus Cristo como o Filho de Deus e Salvador de pecadores e o recebem e confiam somente nele para a salvação como ele é apresentado no evangelho". [09] Fazer esses votos é "entrar em aliança solene com Deus e com sua igreja". [10]

A igreja também é divinamente governada. A igreja é o corpo de Cristo, que é a única cabeça da igreja. Parte do que significa Jesus ser a cabeça da igreja é que ele tem uma reivindicação exclusiva e singular de autoridade sobre a igreja. O Antigo Testamento ensinava os cristãos mais antigos a esperarem que o próprio Deus viesse e reinasse sobre o seu povo (veja Sl 2; 110). Com frequência, o Novo Testamento cita esses salmos como tendo encontrado seu cumprimento na pessoa e obra de Jesus Cristo. [11] Essa é uma das muitas maneiras pelas quais o Novo Testamento nos mostra que Jesus é Rei sobre o seu povo. Jesus não é um governante ausente. Ele está ativa, íntima e presentemente envolvido em governar sua igreja. Um modo importante em que Jesus governa o seu povo é por meio do governo que ele instituiu na sua palavra.

Em terceiro lugar, a igreja é a representação visível do reino de Cristo na terra. Isso é o que a *Confissão de fé* de Westminster quer dizer quando identifica a "igreja visível" com "o reino do Senhor Jesus Cristo" (CFW 25.2). Sem entrar na questão do relacionamento preciso entre o Reino de Deus e a igreja visível, podemos simplesmente observar que a *Confissão*, seguindo a Escritura, identifica a igreja como o lugar onde o reinado de Jesus é manifesto agora de modo especial. [12] Visto sob essa luz, o governo da igreja assume uma importância evidente. A constituição da igreja é um modo de dar expressão concreta e visível ao reino presente do nosso Mediador ressurreto e exaltado, Jesus Cristo.

Em quarto lugar, Jesus deu uma tarefa singular à igreja – a obra de missões. Nossos antepassados presbiterianos debateram se as organizações fora da igreja

(organizações paraeclesiásticas) deveriam desempenhar a obra da Grande Comissão.[13] Contudo, não houve desacordo quanto a que Jesus havia chamado particularmente a igreja para levar o evangelho às nações.

A Grande Comissão de Jesus aos seus discípulos em Mateus 28.18-20 é instrutiva. Jesus aparece aos seus discípulos depois da sua ressurreição, dizendo: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra" (28.18). Evidentemente, Jesus está fazendo referência à autoridade que o Pai havia dado a ele, como Messias, depois da sua ressurreição. À vista dessa autoridade, ele dá uma comissão aos "onze discípulos" (28.16). A comissão pode ter aplicação para a igreja em geral, mas pertence particularmente aos discípulos e a todos aqueles que, depois deles, foram chamados para levar a palavra de Deus às nações. Em outras palavras, essa comissão tem aplicação primária aos ministros da igreja.

Os discípulos devem ir e fazer "discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado" (28.19-20a). Os discípulos devem ir às nações e fazer discípulos delas.[14] Em outras palavras, eles são meios de Deus para fazer com as nações submetam-se alegremente ao reinado salvador de Cristo, para fazer homens e mulheres, juntamente com eles, discípulos do Senhor Jesus.

Mas por quais meios os ministros de Cristo farão discípulos das nações?[15] Nessa comissão, Cristo fornece dois meios. Os ministros de Cristo os batizarão no nome trino de Deus (28.19) e ensinarão a eles tudo o que Cristo ensinou à sua igreja por meio dos seus apóstolos (28.20). A Grande Comissão não termina quando uma pessoa faz a pública profissão de fé e é batizada. Antes, a Grande Comissão apenas começou. Jesus compara a igreja a uma escola onde seus discípulos são continuamente ensinados com base na palavra de Deus. O Novo Testamento continua para nos dizer que os discípulos são "ensinados a observar tudo que [Jesus] ordenou" a eles por meio da pregação da palavra de Deus e por meio da disciplina da igreja (veja 2Tm 4.1-5; 1Co 5.1-13, respectivamente).

O que tudo isso tem a ver com o governo da igreja? De modo simples, para a igreja desempenhar a Grande Comissão fielmente, ela deve ser bem governada. O ministério da palavra por intermédio dos oficiais da igreja e a disciplina da igreja são questões relacionadas ao governo da igreja. Então, a integridade do chamado missionário da igreja está ligada ao sistema de governo da igreja.

Esse padrão é exatamente o que vemos no livro de Atos. O exemplo de Paulo, Barnabé e a igreja de Antioquia é especialmente instrutivo. Em Atos, a igreja comissiona e envia Paulo e Barnabé para pregar o evangelho (At 13.1-3). Esses homens haviam recebido dons do Espírito e sido chamados por ele para uma

obra específica (At 13.2). A igreja reconhece que Deus os havia chamado e, portanto, separa-os pela imposição de mãos (At 13.3). Em seguida a igreja os envia para a obra que Deus os havia chamado para fazer (At 13.3).

Esses dois missionários pregam o evangelho e depois organizam aqueles que professam a fé como congregações locais: "E, promovendo-lhes, em cada igreja, a eleição de presbíteros, depois de orar com jejuns, os encomendaram ao Senhor em quem haviam crido" (At 14.23). Então, Paulo e Barnabé voltam para a igreja que os havia enviado para encorajamento mútuo (At 14.26-28) e, subsequentemente, retornam às igrejas recentemente fundadas para incentivo e instrução constantes: "Voltemos, agora, para visitar os irmãos por todas as cidades nas quais anunciamos a palavra do Senhor, para ver como passam" (At 15.36). Antes de Paulo sair para essa próxima jornada missionária, ele participa de uma animada assembleia eclesiástica em Jerusalém (veja At 15.1-35). O fruto desse encontro é um decreto que, entre outras coisas, reafirma formalmente o compromisso da igreja com o evangelho que ela está proclamando às nações (veja At 15.22-35).

Resumindo, o governo da igreja funcionando corretamente é crucial para a fidelidade da igreja como agência missionária que Cristo estabeleceu no mundo.

Nossos antepassados presbiterianos valorizavam o governo da igreja porque entendiam a importância e o lugar do sistema de governo da igreja no ensino das Escrituras na vida da igreja e na vida do cristão. Eles entendiam que a fidelidade ao padrão de governo da igreja estabelecido nas Escrituras era nada menos que fidelidade ao próprio Cristo. Por entenderem o relacionamento bíblico entre o governo da igreja e o reino do seu Salvador e Senhor exaltado, o amor deles pelo Salvador os orientou a dar atenção cuidadosa às operações da igreja. Minha esperança é que esse mesmo amor por Cristo possa nos levar, como igreja, a valorizar o governo que Cristo nos deu, bem como a nos comprometer novamente com ele.

E, no entanto...

Tendo enfatizado a importância da igreja e do governo da igreja, pode ser útil fazer alguns comentários para evitar mal-entendidos.

Primeiro, não estou dizendo que as igrejas não presbiterianas não são igrejas verdadeiras por não serem presbiterianas. Para usar uma distinção clássica, o governo bíblico da igreja é crucial para o bem-estar (*bene esse*), mas não para a existência (*esse*) da igreja. Nas palavras da Constituição da PCA (*Book of church*

order), "Essa doutrina escriturística do presbitério é necessária para a perfeição da ordem da igreja visível, mas não essencial para sua existência". [16] Portanto, aceitamos como irmãos e companheiros em Cristo os cristãos que diferem de nós quanto às questões de governo da igreja. Reconhecemos que a filiação e credenciais eclesiásticas deles como oficiais são válidas. [17] No entanto, nossa esperança é que irmãos que diferem de nós e que lerem este livro, em verdadeiro espírito bereano, possam pesar nossos argumentos à luz da Escritura.

Em segundo lugar, não estou dizendo que o governo presbiteriano é, em si, a fonte de vida na igreja. É o Espírito de Cristo que traz os mortos à vida e que fortalece os discípulos de Cristo e dá poder a eles para o seu serviço. F. P. Ramsay, um importante comentarista do século 19 sobre a forma de governo da Presbyterian Church in the United States, enfatiza esse ponto de modo convincente.

> A igreja é uma organização espiritual. [...] Ela deve fazer todas as *suas obras* no Espírito. Não é a regularidade constitucional, não é a perfeição mecânica, que torna a igreja eficiente para o seu objetivo; é o Espírito de Cristo usando a igreja como seu agente. [...] Infelizmente, forma e mecanismo podem existir sem vida e poder. [18]

Ramsay continua, dizendo: "Esse Espírito cria instrumentos adequados para o seu próprio uso e, portanto, podemos esperar que a igreja torne-se mais próxima da perfeição em organização e métodos à medida que se torna mais perfeitamente o órgão obediente do Espírito Santo". [19] De fato, o Espírito, e não o governo da igreja, é a fonte da vida e do poder da igreja. E, mesmo assim, Deus trabalha por meios. O governo da igreja é um desses meios designados. Se anelarmos ver a igreja prosperar e tornar-se viçosa, não podemos confiar nessa esperança e, ao mesmo tempo, negligenciar o governo da igreja.

O que este livro é – e o que ele não é

O que este livro tem a intenção de ser? Esta obra não reivindica dar tratamentos abrangentes a todo o leque dos tópicos da forma de governo presbiteriana. Ela não tentará dar a palavra definitiva sobre algumas das perguntas incômodas relativas à forma de governo da igreja que têm estado com a igreja por décadas, até mesmo séculos. E ele também não tenta oferecer refutações extensivas de outras formas de governo de igreja, como o episcopal e o congregacional. Esta obra também não é um comentário abrangente sobre a *Constituição da PCA* (*Book of church order*) ou das formas de governo de outras entidades presbiterianas. O livro não é dirigido exclusivamente aos membros e

oficiais da PCA. Apesar de o autor ser parte da PCA, seu objetivo é que outros presbiterianos aprendam com esta obra e apliquem o que aprenderem das Escrituras nos seus próprios contextos denominacionais.

Em vez disso, este livro pretende alcançar dois objetivos relacionados. Ele oferece um exemplo bíblico para a forma presbiteriana de governo eclesiástico. Acredito que o governo que Cristo designou para sua igreja é presbiteriano por natureza e que as Escrituras confirmam esse fato. Ao dizer isso, quero esclarecer que não acredito que todos (ou nem mesmo a maioria) dos detalhes, digamos, da *Constituição da PCA* (*Book of church order*) são ensinados explicitamente numa passagem ou outra da Escritura. Como iremos argumentar, essa própria reivindicação está enraizada no ensino bíblico.

Ao apresentar essas razões, não reivindico originalidade ou criatividade. Coloco-me nos ombros dos gigantes. Minha dívida para com escritores mais antigos a respeito do tema do governo da igreja será evidente por toda parte. Meu desejo é dar aos argumentos clássicos sua expressão bíblica para um público contemporâneo. Se eu for capaz de articular o presbiterianismo a partir das Escrituras para a igreja no alvorecer do século 21, terei realizado o que me propus a fazer.

Meu segundo objetivo é tornar esse exemplo tão acessível quanto possível. Adverti acima sobre o fato do conhecimento do governo eclesiástico ser benéfico não somente para os oficiais da igreja, mas também para cada um dos seus membros. Percebo que ministros, presbíteros e seminaristas têm um interesse particular pelo governo da igreja. Contudo, meu desejo, ao escrever este livro, é que os membros e os oficiais, tanto presbiterianos quanto não presbiterianos, também leiam, estudem, considerem e analisem seu conteúdo.

Para aqueles que vêm para a igreja presbiteriana de um contexto não presbiteriano, a forma de governo da igreja pode ser um tanto enigmática. Isso certamente foi verdadeiro na minha própria experiência como um novo cristão não presbiteriano vindo para o presbiterianismo. Além do mais, existem poucos recursos contemporâneos disponíveis que apresentem os fundamentos bíblicos do sistema de governo presbiteriano. Tenho a intenção de que este livro seja exatamente esse recurso.

Sou privilegiado por servir no corpo docente do Reformed Theological Seminary, Jackson, e em ensinar método de governo eclesiástico para seminaristas todos os anos. Como ministro, sou membro de um presbitério da PCA e recebo oportunidades de servir à igreja em muitos níveis. Tenho

testemunhado o governo presbiteriano funcionar para o meu próprio bem espiritual e para o bem da igreja à qual tenho o privilégio de servir.

Minha esperança é que os leitores vejam a verdade bíblica e as implicações práticas da forma de governo presbiteriana. Não estou argumentando que o presbiterianismo é verdadeiro porque funciona. Estou argumentando que o presbiterianismo é verdadeiro e que, pela bênção de Cristo, ele pode funcionar e funciona para a sua glória e para o bem do seu povo. A minha esperança e desejo é que esta obra possa desempenhar algum papel, por menor que seja, em auxiliar e preparar o povo de Deus para servir ao nosso grande e glorioso Salvador e Rei.

1

O QUE É A IGREJA?

A maioria dos cristãos subestima o fato de que eles devem ser membros ativos da igreja local. Podemos nos lembrar de sermões que nos ajudaram a entender o ensino cristão e nos incentivaram a viver fielmente para Cristo. Podemos nos lembrar da ajuda espiritual que a Ceia do Senhor e as orações da igreja deram para nós. Pensamos na comunhão que temos desfrutado com o povo de Deus – o encorajamento e suporte nos tempos difíceis e nos bons momentos.

É claro que isso não é casualidade. Todo cristão pode testificar sobre as muitas maneiras nas quais a igreja tem sido útil para o seu crescimento cristão porque Deus designou a igreja e a vida cristã para funcionarem juntas exatamente dessa maneira. Em Colossenses 2.19, o apóstolo Paulo nos diz que a igreja é como um corpo humano, com "juntas e ligamentos". Os cristãos estão ligados como as juntas e os tendões do corpo humano. É "por suas juntas e ligamentos", diz Paulo, que "todo o corpo", "retendo a cabeça", que é Jesus, "cresce o crescimento que procede de Deus".

A igreja não é apenas crucial para a vida cristã, mas também crucial para o plano e o propósito redentor de Deus, decretado desde a eternidade e executado na História. Portanto, dificilmente encontramos uma página da Escritura que de alguma maneira não nos ensine a respeito da igreja ou do povo de Deus.

Antes de tratarmos dos pormenores do governo da igreja, consideremos três linhas inter-relacionadas de ensino bíblico a respeito da igreja. A primeira linha a ser considerada é a igreja na história da redenção. Em outras palavras, que lugar o povo de Deus tem no plano de Deus para redimir pecadores por meio da obra do seu Filho? A segunda linha é uma distinção importante que as Escrituras usam para discutir o povo de Deus. Essa distinção veio a ser conhecida como a igreja "visível" e igreja "invisível". Pelo fato de essa distinção ser importante e facilmente mal entendida, queremos dar alguma atenção a ela. A terceira linha é a filiação à igreja. Abordaremos essa linha bíblica de ensino fazendo duas perguntas. Primeira: a filiação à igreja é necessária para os cristãos? Segunda: quem são os membros da igreja?

A igreja na história redentora

Um povo?

Você pode estar imaginando por que tenho usado a palavra "igreja" para descrever o povo de Deus em todas as épocas da história redentora. A palavra "igreja" se aplica a Israel no Antigo Testamento? Talvez você esteja com a impressão de que a igreja nasceu no dia de Pentecostes (At 2).

Quando examinamos as Escrituras, descobrimos que Deus teve apenas um povo em toda a história da redenção. Ele não substituiu Israel por um povo inteiramente novo, a igreja. Em vez disso, tomando emprestada a linguagem da *Confissão de fé* de Westminster, o "povo de Israel [era] uma igreja menor de idade" (19.3).

Qual é a evidência bíblica de que Deus teve apenas um povo em toda a história redentora, frequentemente chamado "Israel" no Antigo Testamento e "igreja" no Novo Testamento? Como sabemos que Israel e a igreja são os títulos do único povo de Deus na antiga aliança e na nova aliança, respectivamente? Uma passagem que nos auxilia é Romanos 11, na qual Paulo está lidando com uma séria questão pastoral. O fato de que muitos judeus nos dias de Paulo estavam rejeitando o evangelho significa que "Deus rejeitou seu povo" (11.1)? Paulo responde enfaticamente na negativa. Ele faz isso de duas maneiras.[20] Primeiro, ele insiste que a queda de Israel não é total (11.1-10): "No tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça" (11.5). Em segundo lugar, ele argumenta que a queda de Israel não é definitiva (11.11-32). Ele vislumbra a "inclusão completa" de Israel (11.12). Especificamente, "veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude dos gentios. E, assim, todo o Israel será salvo" (11.25b-26a). Comentaristas reformados diferem quanto a quê, exatamente, Paulo está vislumbrando nesses versículos, mas o ponto básico de Paulo está claro.[21] Deus não renegou seus compromissos e promessas. Ele é fiel e fidedigno.

Paulo enfatiza que a incredulidade de Israel não é sem propósito. Pela incredulidade de Israel, Deus está trazendo salvação às nações, pois "pela sua transgressão, veio a salvação aos gentios, para pô-los em ciúmes". "A transgressão deles redundou em riqueza para o mundo", "o seu abatimento, em riqueza para os gentios", "o fato de terem sido eles rejeitados trouxe reconciliação ao mundo" (11.11,12,15).

O apóstolo usa uma imagem marcante para nos ajudar a entender o que ele quer dizer. Em Romanos 11.16b-24, ele compara o povo da Deus com uma

oliveira. Alguns dos "ramos naturais" foram "quebrados pela sua incredulidade" (11.21, 20). Nesse caso, Paulo está pensando nos judeus incrédulos. Aqueles judeus que rejeitaram Cristo, quando ele foi oferecido a eles no evangelho, foram cortados do povo de Deus. Outros ramos, diz Paulo, foram enxertados "em meio deles" e se tornaram participantes "da raiz e da seiva da oliveira" (11.17). Aí Paulo está pensando nos gentios, que, pela graça de Deus, foram à fé em Cristo. Eles foram levados para o povo de Deus. Observe como Paulo resume seu argumento em Romanos 11.24: "Pois, se foste [cristãos gentios] cortado da que, por natureza, era oliveira brava e, contra a natureza, enxertado em boa oliveira, quanto mais não serão enxertados na sua própria oliveira aqueles que são ramos naturais".

Essa passagem tem muitas coisas a dizer aos cristãos hoje. Ela nos incentiva a orar pela salvação dos judeus não cristãos. Ela censura os cristãos que se vangloriam da sua posição na igreja ao verem os "ramos cortados" (veja 11.19-23).

Em acréscimo a essas questões, a imagem de Paulo em Romanos 11 nos ensina uma importante verdade sobre o povo de Deus: Deus sempre teve um povo na história redentora. Existe uma raiz que sustenta os ramos (11.16b, 18). Certos ramos são cortados fora, e ramos "bravos" são enxertados, mas há apenas uma árvore. Colocando de outra maneira, Deus, na sua providência, removeu os judeus incrédulos do seu povo e incluiu os gentios cristãos no seu povo. Ele não cortou uma árvore e plantou outra. Deus sempre teve um povo único para chamar de seu.

A Epístola aos Hebreus nos dá outra imagem para ilustrar o mesmo ponto.[22] Depois de um início deslumbrante descortinando o esplendor e a majestade da pessoa e da obra concluída de Jesus Cristo (1.1-4), o escritor prossegue defendendo a superioridade de Cristo. Jesus é superior aos anjos (Hb 1–2). Em Hebreus 3–4, aprendemos que Jesus é superior a Moisés e a Josué. Em Hebreus 5–7, aprendemos que ele é superior aos sacerdotes levitas do Antigo Testamento. Em Hebreus 8–10, aprendemos que sua obra é superior a qualquer coisa realizada sob os sistemas do tabernáculo da antiga aliança e do templo.

Em Hebreus 3, o escritor enfatiza que Jesus é superior a Moisés.

> Por isso, santos irmãos, que participais da vocação celestial, considerai atentamente o Apóstolo e Sumo Sacerdote da nossa confissão, Jesus, o qual é fiel àquele que o constituiu, como também o era Moisés em toda a casa de Deus. Jesus, todavia, tem sido considerado digno de tanto maior glória do que Moisés, quanto maior honra do que a casa tem aquele que a estabeleceu. Pois toda casa é estabelecida por alguém, mas aquele que estabeleceu todas as coisas é Deus. E Moisés era fiel, em toda a casa de Deus, como servo, para

testemunho das coisas que haviam de ser anunciadas; Cristo, porém, como Filho, em sua casa; a qual casa somos nós, se guardarmos firme, até ao fim, a ousadia e a exultação da esperança. (Hb 3.1-6)

Ao dizer que Jesus era "fiel àquele que o constituiu", o autor não sugere que Moisés era infiel. Pelo contrário, ele afirma que "Moisés também o era em toda a casa de Deus".

Mesmo assim, Jesus excede Moisés. Como é isso? Jesus "estabeleceu a casa" (3.3). Sendo assim, ele tem mais glória do que a casa em si e, por implicação, mais glória do que o servo da casa, Moisés. [23] Além do mais, enquanto Moisés "era fiel, *em* toda casa de Deus, como servo" (3.5, ênfase minha), Jesus é fiel "como Filho, *sobre* a sua própria casa" (3.6, ARC; ênfase minha). Moisés é o servo na casa. Jesus é o filho sobre a casa.

Mas o que exatamente é essa casa? O escritor nos diz no versículo 6: "A qual casa somos nós, se tão somente conservarmos firme a confiança e a glória da esperança até ao fim". Em outras palavras, a casa é o povo de Deus.

Observe que nessa passagem há somente uma casa. Moisés serviu nessa casa e Jesus é responsável por essa casa, mas é a mesma casa. Deus teve um e apenas um povo em toda a história redentora.

O fato de Deus ter apenas um povo em toda a história redentora nos ajuda a entender algumas das maneiras pelas quais os escritores do Novo Testamento se dirigem aos cristãos. O apóstolo Pedro, por exemplo, diz que os cristãos são "uma raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus" (1Pe 2.9a). Essas eram exatamente as maneiras pelas quais Deus dirigia-se a Israel no Antigo Testamento, como, por exemplo, em Êxodo 19.5-6: "Minha propriedade peculiar dentre todos os povos [...] vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa". Além disso, o apóstolo Pedro pode saudar a igreja nestes termos: "Aos eleitos que são forasteiros da Dispersão no Ponto, Galácia, Capadócia, Ásia e Bitínia" (1Pe 1.1). Do mesmo modo, Paulo dirige-se à igreja como o "Israel de Deus" em Gálatas 6.16. [24]

Como é que os apóstolos podem falar dessa maneira? É porque as Escrituras entendem que há um único povo de Deus em toda a história redentora. À luz dessa realidade, os títulos que o Antigo Testamento atribuem a Israel podem, da mesma maneira, ser atribuídos à igreja.

A igreja no plano de Deus

As Escrituras não somente nos dizem que Deus tem um único povo em toda a história redentora. Elas também nos dizem que a igreja tem um lugar crucial no plano redentor de Deus que se desenrola. Não tomaremos tempo para

desenvolver o ponto detalhadamente, mas apenas que, do mesmo modo que Deus teve um povo na história redentora, ele também teve na história redentora um único plano para redimir os pecadores.[25] Um plano, um povo. Um propósito para redimir, um corpo dos redimidos.

Esse propósito de redimir foi anunciado pela primeira vez no jardim do Éden, depois que Adão pecou contra Deus por comer o fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. Deus disse a Adão e a Eva: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar" (Gn 3.15). Muitos cristãos têm visto essa passagem corretamente como *protoevangelium*, que é o latim para "o primeiro anúncio do evangelho". Em termos obscuros e sombrios, Deus está anunciando seu plano de salvar os pecadores. Ele fará isso suscitando de Eva uma descendência, o qual o Novo Testamento nos diz ser Jesus Cristo.[26] Embora Satanás venha a ferir "o calcanhar [de Jesus]" na cruz, Jesus ferirá "a cabeça [de Satanás]". Em outras palavras, Jesus dará a Satanás o golpe fatal (ver Rm 16.20; Hb 2.14-15).

O restante do Antigo Testamento é comentário sobre esse versículo. Quem é "essa descendência"? Como ele virá ao mundo? Como ele derrotará o diabo e salvará o povo de Deus? Um modo em que Deus desenvolve essa promessa por todo o Antigo Testamento é mediante uma série de alianças que ele faz com seu povo. Sua aliança com Noé, sua aliança com Abraão, sua aliança com Israel no monte Sinai, sua aliança com Davi e a "nova" aliança profetizada por Jeremias, todas nos falam progressivamente a respeito do propósito de Deus de salvar pecadores por meio de Jesus e nos levar para mais perto da vinda de Jesus, que levará o plano redentor de Deus ao cumprimento.

Uma das coisas que aprendemos ao estudarmos o progresso do plano de Deus de salvar pecadores por toda a história redentora é que Deus estava trabalhando para fazer mais do que salvar pecadores individualmente. Sem dúvida, Deus salva pecadores individualmente. Cada pessoa deve, por si mesma, arrepender-se e crer em Cristo de acordo com o evangelho. Para ser um cristão verdadeiro, essa pessoa deve ser pessoalmente habitada e capacitada pelo Espírito de Cristo. É nesse sentido que o ditado é verdadeiro: "Deus tem filhos, mas não tem netos".

Ao mesmo tempo, em toda a história redentora Deus ressalta que ele está salvando pecadores como um corpo, como uma multidão. Como Stuart Robinson coloca isso na sua obra clássica, *The church of God as an essential element of the Gospel,* "É estabelecida como uma característica distintiva do propósito da redenção que ele deve salvar não meramente miríades de homens

como *homens individuais*, mas miríades de pecadores que compõem um corpo Mediador, do qual o Mediador será a cabeça". [27] Em outras palavras, a igreja como igreja é uma parte indispensável do plano de Deus para salvar pecadores.

Como vemos isso no Antigo Testamento? Já vimos em Gênesis 3.15 o "primeiro anúncio do evangelho". Deus diz aí: "Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente". Argumentamos acima que esse versículo está profetizando a vitória de Jesus sobre o diabo. O versículo também está dizendo algo mais. Deus estabelecerá uma divisão espiritual dentro da humanidade. Alguns estarão alinhados espiritualmente com o diabo. Outros, pela graça, estarão alinhados espiritualmente com Deus. Vemos essa divisão e o conflito que resulta dela em Gênesis 4, onde lemos sobre Caim matando Abel. O apóstolo João comenta sobre esse acontecimento sinistro: "Não segundo Caim, que era do Maligno e assassinou a seu irmão; e por que o assassinou? Porque as suas obras eram más, e as de seu irmão, justas" (1Jo 3.12). Caim estava alinhado espiritualmente com o diabo, enquanto Abel estava alinhado espiritualmente com Deus. [28]

Depois que Abel é assassinado, Deus suscita Sete em seu lugar (Gn 4.25). Na geração do filho de Sete, Enos, nós lemos: "Daí se começou a invocar o nome do Senhor" (Gn 4.26). Isso quer dizer que as pessoas começaram a se reunir publicamente para adorar ao Senhor. [29] A promessa de Deus de redimir pecadores estabeleceu um povo que seria separado do mundo e que ofereceria a ele adoração verdadeira e sincera.

A aliança que Deus faz com Noé (Gn 6; 9) reflete os sérios perigos espirituais nos quais o povo de Deus se encontrava. Deus pune a terra e livra Noé e sua família em vista dos casamentos pecaminosos do povo de Deus com incrédulos. [30] Deus institui essa aliança para a preservação e para o bem-estar espiritual do seu povo. [31]

No entanto, é a aliança que Deus estabelece com Abraão em Gênesis 17 que ilustra de modo preeminente a importância da igreja para o plano redentor de Deus. De fato, Robinson denominou-a "aliança eclesiológica" (isto é, uma aliança que se refere fundamentalmente à igreja). [32] Nessa aliança, o povo de Deus é "visivelmente e formalmente separado para se tornar o povo especial do Messias". [33] É nesse ponto na história da redenção, observa Robinson, que "a promessa do Messias, o vencedor sobre Satanás, assume a forma definida do Libertador, Legislador e Governante de um povo". [34]

Além disso, essa aliança antecipa o plano de Deus de estender o evangelho, por meio da semente prometida de Abraão, a todo o mundo (cf. Gn 12.1-3). Naquela

época, a circuncisão, o sinal da aliança de Deus, era administrada até mesmo aos membros da casa de Abraão que não eram fisicamente descendentes dele (Gn 17.12-13). Nesse pequeno detalhe temos um vislumbre do propósito de Deus de estabelecer um povo redimido de toda nação, tribo, povo e língua (Ap 7.9).

Como Robinson observa, a aliança abraâmica prepara o palco para as outras alianças da história redentora.

> A aliança com Abraão é especificamente com ele, como representante e cabeça de uma sociedade separada. A aliança feita por meio de Moisés é com essa própria sociedade, agora existindo verdadeiramente. A aliança com Davi faz prescrições para um Rei, que deve governar sobre essa sociedade peculiar como sua cabeça perpétua. E quando, na plenitude dos tempos, o Rei se manifestar, ele não reivindicará diretamente a liderança do mundo em geral, mas de um reino não deste mundo. Sua missão é às ovelhas perdidas da casa de Israel e sentar-se no trono de Davi. [35]

Em outras palavras, a aliança mosaica (Êx 19) ordena a vida da sociedade que Deus criou a partir de Abraão. A aliança de Deus com Davi (2Sm 7) promete especificamente que o povo de Deus deve ser governado por um rei descendente da linhagem de Davi. O Novo Testamento nos diz que a Jesus "Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai" (Lc 1.32). Jesus é aquele que Deus havia prometido a Davi, ao dizer: "Estabelecerei para sempre o trono do seu reino" (2Sm 7.13).

Embora Jesus governe todo o mundo como Filho de Deus, ele exerce um governo especial e distinto sobre seu povo como Mediador e Cabeça. [36] É a esse governo que Paulo faz referência quando escreve: "Ele é a cabeça do corpo, da igreja" (Cl 1.18). É esse governo que a aliança de Deus com Davi tinha em vista. É a respeito desse governo que os profetas falam tão elegantemente (veja Is 9.1-7; 11.1-16; 33.17-24; Mq 4.1-5; Ez 34).

O Novo Testamento nos informa que esse povo não será composto apenas das pessoas etnicamente judias. Esse povo será retirado das "nações", às quais Jesus envia seus discípulos (Mt 28.18-20). O apóstolo João nos mostra "grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro" em louvor e adoração a Cristo (Ap 7.9). Certamente em Jesus a bênção de Abraão chegou às nações (Gl 3.14).

O Novo Testamento não perde de vista o lugar que a igreja como igreja tem no plano de redenção de Deus. Já vimos Paulo relacionar a igreja a Cristo como um corpo humano à sua cabeça (Cl 2.19; veja também Ef 1.21-22; 5.23). Em Mateus 28, vimos que Jesus reina sobre seu povo como rei. E, assim, Paulo escreve: "Ele

nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados" (Cl 1.13-14). Os cristãos substituíram o duro serviço ao seu amo anterior, o diabo, pelo alegre serviço ao Rei Jesus. A igreja, além disso, é uma família. Nós somos a "casa de Deus" (Ef 2.19). Como filhos e filhas do Deus vivo, todo cristão é um irmão de todo outro cristão.

Ademais, o Novo Testamento descreve o povo de Deus como a noiva de Cristo, o noivo deles (Mc 2.18-20; Ef 5.22-33; 2Co 11.2). Nossa grande esperança, como povo de Deus, é "a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo" (Ap 21.2). A história redentora começou com uma promessa de igreja e para a igreja (Gn 3.15). De modo adequado, a história redentora termina com essa promessa cumprida maravilhosamente em Cristo.

Igreja "visível" e "invisível"

É nessa conjuntura que precisamos nos lembrar de outra linha de ensino bíblico. Essa linha tem sido descrita em termos da distinção "igreja visível/invisível". Essa é uma distinção antiga na teologia cristã, e é expressa no capítulo 25 da Confissão de fé de Westminster. A igreja invisível "consiste do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos num só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas" (CFW 25.1).

A igreja visível, "que também é católica ou universal sob o evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes, sob a Lei) consiste de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade comum de salvação" (CFW 25.2).

É importante reconhecer que os padrões de Westminster não estão afirmando que as Escrituras ensinam que existem duas igrejas, uma invisível e uma visível. Eles não estão dizendo que o cristão deve escolher a qual igreja deseja pertencer. Também não está dizendo que a igreja invisível é "imaterial", enquanto a igreja visível é "material".

Então, como elas são diferentes? Em primeiro lugar, a igreja visível é universal por natureza. Contudo, ela é a igreja como você e eu a vemos na nossa geração. A igreja invisível, também universal, está espalhada por muitas gerações. Em segundo lugar, uma pessoa é membro da igreja visível ao professar o cristianismo

ou por descender de pais que professam o cristianismo. Uma pessoa faz parte da igreja invisível pelo decreto eterno de Deus. Em terceiro lugar, os números da igreja visível aumentam ou diminuem. Os números da igreja invisível são fixos e nunca mudam.

Em quarto lugar e de importância particular para a nossa consideração, existem alguns membros da igreja visível que não são verdadeiros membros da igreja invisível. Uma pessoa pode professar fé não sinceramente e ser réprobo, não eleito. Além disso, alguns membros da igreja invisível ainda não são membros da igreja visível. Vejamos um exemplo. Considere pessoas que se tornaram cristãs verdadeiras mais tarde na vida. Antes disso, Deus ainda não as havia regenerado. Não esperamos que tais pessoas tenham feito sua profissão de fé naquele ponto. Quando Deus as regenera, certamente elas fazem profissão de fé. Durante o tempo em que não eram regeneradas, contudo, não esperamos que esses membros da igreja invisível fizessem parte da igreja visível. [37] Embora possa ser que não soubessem disso até serem regeneradas e virem a crer em Cristo, como pessoas eleitas eram membros da igreja invisível o tempo todo.

Observe que a composição da igreja invisível é conhecida totalmente somente por Deus. Você, tendo assegurado o seu chamado e eleição, pode ser assegurado de que você, pessoalmente, faz parte da igreja invisível. Você não tem conhecimento certo, porém, de outros que podem fazer parte da igreja invisível. Desse corpo, "somente Deus julga com certeza com respeito a seus membros". [38]

No entanto, a composição da igreja visível é baseada na profissão de fé e descendência. Essas são questões que você e eu podemos ver. Essas são questões que os seres humanos podem julgar como críveis ou não. Desse corpo "o homem também é juiz". [39]

Em resumo, há sobreposição, mas não identidade entre a igreja visível e a invisível. Aqueles que professam fé e têm fé pertencem à igreja invisível e à visível. Aqueles que apenas professam a fé e são réprobos pertencem somente à igreja visível. Pessoas que são eleitas, mas ainda não regeneradas, pertencem à igreja invisível, mas ainda não à visível.

Onde vemos essa distinção refletida nas Escrituras? O apóstolo Paulo reconhece essa distinção dentro de Israel. Em Romanos 2.28-29, ele diz que é possível ser um judeu fisicamente circuncidado e ainda assim não ser um verdadeiro membro do povo de Deus: "Porque não é judeu quem o é apenas exteriormente, nem é circuncisão a que é somente na carne. Porém judeu é

aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra, e cujo louvor não procede dos homens, mas de Deus".

Paulo não está depreciando a circuncisão. Ele não está dizendo que é mau ser circuncidado. Na verdade, mais adiante, em Romanos, o apóstolo Paulo diz que o Israel étnico desfrutava de grandes privilégios (Rm 9.1-5). O que Paulo está dizendo é que alguém pode ser circuncidado fisicamente sem ser espiritualmente circuncidado. Em outras palavras, uma pessoa pode ter uma marca no corpo que todos nós chamamos de circuncisão e pode não ter um coração novo pela obra graciosa do Espírito de Deus. Há israelitas, diz Paulo, e há *israelitas.* Há aqueles que têm apenas o sinal da aliança. E há aqueles que têm tanto o sinal quanto os benefícios salvadores ou redentores da aliança. O que Paulo descreveu aí é o que a distinção igreja visível/invisível expressa.

Ou considere o argumento posterior de Paulo em Romanos 9.6-18, em que ele aplica essa distinção à história do povo de Deus da antiga aliança, Israel. Em Romanos 9.6, ele declara: "Nem todos os de Israel são, de fato, israelitas". Ele entende, a partir de Gênesis, que a semente prometida será considerada de Isaque, não de Ismael: "Estes filhos de Deus não são propriamente os da carne, mas devem ser considerados como descendência os filhos da promessa" (Rm 9.8). O verdadeiro povo de Deus, Paulo continua argumentando, não é determinado por descendência biológica ou atividade humana. Tudo o que conta é a escolha soberana de Deus: "Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia [...] tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz" (Rm 9.16, 18). Sob a antiga aliança, então, havia dois modos de considerar Israel. Havia aqueles cuja afirmação de serem israelitas era baseada somente na descendência física. Contudo, os verdadeiros israelitas, apesar de contados entre o povo visível de Deus sob a antiga aliança, eram escolhidos e salvos por um Deus soberano e misericordioso. Mais uma vez, a distinção igreja visível/invisível expressa essa realidade bíblica.

Portanto, a distinção igreja visível/invisível é bíblica. Mas por que isso é importante? É importante por pelo menos duas razões. Primeira, essa distinção nos ajuda a entender a apostasia, isto é, uma pessoa rejeitando a fé que uma vez professou. Talvez isso seja algo que você tenha testemunhado pessoalmente. Uma pessoa apresenta toda a aparência de ser um cristão zeloso. Ela está assentada no banco da igreja todo domingo pela manhã e à noite. Ela é instruída nas Escrituras. Ela parece irradiar a paz, a alegria e o amor que pertencem aos

filhos de Deus. E então, um dia, ela dá suas costas para Cristo e sua igreja. É quase como se ele tivesse se tornado outra pessoa.

O que pensar dessas pessoas? As Escrituras nos ensinam que nenhum verdadeiro filho de Deus pode algum dia cair completa ou finalmente do estado da graça.[40] Jesus diz que, de todos os que o Pai lhe der, ele não perderá nenhum, e o ressuscitará no último dia (Jo 6.39). Pedro diz que os cristãos são "guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação preparada para revelar-se no último tempo" (1Pe 1.5). As Escrituras nos asseguram que "aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus" (Fp 1.6).

Ao mesmo tempo, as Escrituras também ensinam que, às vezes, as pessoas professam a fé quando não têm fé. Um exemplo é Simão, descrito em Atos 8. Quando Filipe pregou o evangelho em Samaria, a Bíblia diz que "o próprio Simão abraçou a fé" e, "tendo sido batizado, acompanhava Filipe de perto" (At 8.13). Contudo, mais tarde Simão perguntou aos apóstolos se ele poderia comprar deles a habilidade de dar o Espírito Santo (At 8.19-20). Pedro repreendeu Simão severamente (At 8.21-23). Depois de dizer a ele para se arrepender, Pedro disse que Simão estava "em fel de amargura e laço de iniquidade" (At 8.23). O que a Bíblia está dizendo é que Simão fez uma profissão de fé, embora seu coração não tivesse sido mudado pela graça de Deus. Para Simão, era apenas uma questão de tempo até que seu verdadeiro caráter se tornasse conhecido àqueles ao seu redor.

Quando vemos pessoas ao nosso redor se afastando de Cristo e da igreja, não sabemos o que acontecerá a elas no futuro. Pode ser que se arrependam e voltem à comunhão com o povo de Deus. Pode ser que continuem na sua rejeição a Cristo. Em qualquer dos casos, podemos ter certeza de que nenhum filho verdadeiro de Deus nunca cairá completa ou finalmente. Se são verdadeiros cristãos, Deus os restaurará. Se não são, pode ser que Deus os converta. Ou pode ser que Deus os deixe nos seus pecados. Aqui, a distinção entre igreja visível/invisível nos ajuda a entender o ensino bíblico sobre a perseverança dos santos e o reconhecimento da Bíblia de que, algumas vezes, os membros da igreja visível rejeitam a fé que um dia professaram.

Essa distinção é importante num segundo aspecto. Ela dá um contexto para a maneira pela qual Deus chama a igreja para receber pessoas adultas entre seus membros. A igreja julga o cristianismo de uma pessoa com base no que ela professa crer e na vida que está vivendo. Com base nisso, a igreja admite uma pessoa entre os seus membros. Nos círculos presbiterianos isso, às vezes, é

chamado de "profissão de fé confiável". Por "profissão" queremos dizer "uma *profissão* inteligente de fé espiritual verdadeira em Cristo, que não é contraditada pela vida". Por "confiável" queremos dizer "que pode ser crida como verdadeira" e não "que convence". "Não é um julgamento positivo da sua conversão, mas determinar negativamente que não há razão para pronunciá-lo como não sendo um cristão".[41] Em nenhum ponto a igreja tem um conhecimento infalível do coração daquele que está buscando ser membro dela. Esse é um conhecimento que Deus não nos deu.

Portanto, a igreja, do modo como ela foi concebida, não é exclusivamente uma sociedade de pessoas regeneradas. Nosso desejo e oração é que a igreja seja pura, seus membros renovados pela graça de Deus. No entanto, a igreja recebe uma pessoa como membro dela pela profissão de fé e não pela regeneração. É bom que todo cristão tenha conhecimento disso. Fazer parte da igreja não é uma declaração que sou uma pessoa regenerada. Em vez disso, é uma declaração de que a fé que professei e a vida que vivo são críveis ou dignas de crédito. Não é uma certeza infalível de que sou cristão. É uma certeza que os companheiros cristãos consideram-me cristão.

Filiação na igreja

Agora estamos prontos para nos dedicar a uma terceira linha de ensino bíblico, o da filiação à igreja. Temos duas perguntas diante de nós. Primeira: a filiação à igreja é necessária? Um cristão *tem* de ser membro da igreja? Segunda: qual é a definição bíblica de um membro da igreja? Quem a Escritura diz que pode ser admitido entre os membros da igreja?

A filiação à igreja é necessária?

É necessário juntar-se à igreja? Vimos acima que o cristão recebe grandes benefícios do serviço e comunhão dos seus companheiros cristãos. Temos visto que a Escritura vê o cristão como parte de um corpo muito maior, associado à sua cabeça direcionadora, Jesus (Ef 4.11-16; Cl 2.19). Certamente é benéfico filiar-se à igreja. Mas é necessário?

Hoje alguns cristãos desafiam a necessidade de filiar-se à igreja. Algumas vezes isso é feito em teoria. Alguns raciocinam: "Eu sou membro da igreja invisível. Por que, então, preciso me afiliar à igreja visível? Certamente a filiação à igreja visível é redundante".

No entanto, com mais frequência isso é visto na prática, quando as pessoas simplesmente deixam de juntar-se à igreja. Pode ser que participem de cultos,

dos estudos bíblicos e participem de atividades patrocinadas pela igreja, mas não são membros reconhecidos desse corpo. Eles não veem a importância de filiarem-se à igreja e, assim, não tomam atitudes com respeito a essa filiação. Para agravar o problema, existem certas congregações nos Estados Unidos que não exigem filiação nem têm uma lista de membros. Alguém pode dizer: "Se essas igrejas não exigem que eu me filie a elas, então por que devo me filiar à igreja?"

Situações como essas nos levam às Escrituras. A Bíblia exige a filiação à igreja? Se sim, por que elas obrigam os cristãos a se associarem à igreja? [42]

De fato, a Escritura exige a filiação dos cristãos à igreja. [43] Se procurarmos um único versículo que diga "você deve se filiar à igreja", ficaremos desapontados. Em vez disso, a Escritura nos mostra a necessidade da filiação à igreja de um modo diferente. Ao nos mostrar o que a vida cristã é e o que a igreja é, ela nos leva inescapavelmente à conclusão de que os cristãos devem se filiar à igreja.

Vemos essa conclusão em pelo menos de seis diferentes maneiras. Primeira, lembre-se da Grande Comissão, que discutimos na Introdução. Jesus comissiona seus discípulos a "ir e fazer discípulos" das nações. Eles devem fazer isso de duas maneiras: devem batizá-los e devem ensinar a eles todas as coisas que Jesus lhes havia ordenado ensinar aos outros. Como vimos, a Grande Comissão não termina na conversa. Ela está apenas começando na conversa. A Grande Comissão consiste da reunião e do aperfeiçoamento dos santos.

Mas como a Grande Comissão deve ser colocada em prática? O livro de Atos nos dá uma resposta a essa pergunta. Na Introdução, observamos certo padrão da obra de missões de Atos, no qual a palavra é pregada por homens que são dotados e chamados pelo Espírito e enviados pela igreja. Quando o Espírito Santo abençoa a pregação da palavra, homens e mulheres respondem com fé e arrependimento. Depois eles começam uma vida em comum. Em Atos 2.42, lemos que os primeiros discípulos "perseveravam na doutrina dos apóstolos" e também compartilhavam uma vida juntos (At 2.46). Lucas comenta que "acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos" (2.47). Em outras palavras, quando uma pessoa professa fé em Cristo, ela é "acrescentada" ao corpo de cristãos existente. Em outras palavras, ela se filia à igreja.

Esse é o padrão que vemos repetidamente em Atos. A Palavra é pregada, as pessoas professam a fé e se ajuntam localmente em congregações ou assembleias governadas por Cristo por meio de um governo de sua indicação (At 14.23). Suas vidas, individual e corporativamente, são governadas por Cristo por meio das Escrituras. Não há exemplo em Atos dos Apóstolos de um cristão individual

vivendo uma existência solitária, isolado de outros cristãos. Por definição, os cristãos se unem ao corpo dos que creem.

Em segundo lugar, muitos mandamentos dados aos cristãos no Novo Testamento assumem a filiação à igreja. Vejamos dois exemplos. O Novo Testamento ordena aos cristãos demonstrarem a devida submissão aos líderes da igreja. Em 1Tessalonissenses 5.12-13, Paulo diz: "Agora, vos rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam; e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam". Esse mandamento considera que os cristãos tessalonicenses tinham um relacionamento reconhecido com os líderes daquela igreja. Seus líderes "os presidem", são chamados para "admoestar" a eles quando necessário e devem receber o "amor" e "consideração" daqueles a quem servem. Como esse relacionamento veio a existir? Ele surgiu quando os cristãos tessalonicenses se comprometeram a filiar-se à igreja em Tessalônica.

Ou considere a exortação de Paulo em Colossenses 3.13: "Suportai-vos uns aos outros, perdoai-vos mutuamente, caso alguém tenha motivo de queixa contra outrem. Assim como o Senhor vos perdoou, assim também perdoai vós"; ou em Colossenses 3.16: "Habite, ricamente, em vós a palavra de Cristo; instruí-vos e aconselhai-vos mutuamente em toda a sabedoria, louvando a Deus, com salmos, e hinos, e cânticos espirituais, com gratidão, em vosso coração". Os cristãos definiram obrigações "mútuas". Quem Paulo tem em mente quando diz "mutuamente"? A resposta é encontrada na saudação da carta: "Aos santos e fiéis irmãos em Cristo que se encontram em Colossos" (Cl 1.2). O "mutuamente" é a igreja em Colossos. Paulo tem em mente um corpo de cristãos específico e definido que tem certas obrigações e compromissos mútuos naquele corpo. Paulo não vislumbra, aqui ou em qualquer outro lugar, cristãos flutuantes pulando de uma congregação para outra. Ele supõe que os cristãos existem nos relacionamentos comprometidos que a filiação à igreja soleniza.

Em terceiro lugar, o ensino de Jesus sobre disciplina na igreja assume a necessidade de filiação à igreja. Ele diz aos seus discípulos em Mateus 18.17b sobre um pecador não arrependido: "Se recusar ouvir também a igreja, considera-o como gentio e publicano". Por mandamento de Cristo, uma pessoa que persiste nos seus pecados deve ser confrontada sobre sua persistência no pecado. Se ela permanecer impenitente, o próximo a confrontá-la é a "igreja", isto é, a assembleia dos presbíteros da igreja.[44] Se uma pessoa não for um membro da igreja, se ela não tiver relacionamento formal com a igreja, então

com base em que a "igreja" pode confrontá-la sobre o seu pecado? A disciplina da igreja pressupõe a filiação à igreja.

Paulo faz o mesmo argumento na sua primeira carta aos coríntios. Em 1Coríntios 5, Paulo se dirige à igreja que havia deixado de confrontar um dos seus membros sobre um pecado sério, escandaloso e persistente. O que Paulo diz para a igreja fazer? "E, contudo, andais vós ensoberbecidos e não chegastes a lamentar, para que fosse tirado do vosso meio quem tamanho ultraje praticou?" (1Co 5.2). Isso deve ser feito quando a igreja estiver "em nome do Senhor Jesus, reunidos vós e o meu espírito, com o poder de Jesus, nosso Senhor," (1Co 5.4). O objetivo ou alvo da disciplina não é punitivo, mas restaurador: "Entregue a Satanás para a destruição da carne, a fim de que o espírito seja salvo no Dia do Senhor Jesus" (1Co 5.5). Mais uma vez, esse exercício de disciplina eclesiástica seria incompreensível se a parte ofendida não fosse membro da igreja. Ele não poderia ser "removido" da igreja se já não estivesse na relação de membros da igreja.

Em quarto lugar, o sacramento da Ceia do Senhor assume a existência da filiação à igreja. Paulo, novamente escrevendo aos coríntios, deixa claro que nem todos são autorizados ou admitidos à mesa do Senhor para participar do sacramento (1Co 11.17-34). Ele dá instruções detalhadas à igreja sobre como a Ceia do Senhor deve ser observada. Ele adverte as pessoas contra "comer o pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente" (1Co 11.27). Cada pessoa "examine-se [...] e, assim, coma do pão, e beba do cálice; a fim de não trazer "juízo para si" (1Co 11.28-29).

Observe as suposições por trás do argumento de Paulo. Paulo supõe que a Ceia do Senhor será administrada somente na igreja, quando a igreja se reunir para o culto público (veja At 20.7). Ele também assume que aqueles que se aproximam da mesa do Senhor estão professando ser cristãos. Isso é o que Paulo já declarou em 1Coríntios 10.16-17, ou seja, a Ceia do Senhor significa a união dos cristãos com Cristo e a unidade do corpo dos cristãos.[45] Mas como uma pessoa pode ser reconhecida como uma pessoa em união e comunhão com Cristo e em comunhão com outros cristãos? Como já vimos, o padrão bíblico é que elas se filiem formalmente à igreja. Essa ligação à igreja – filiação à igreja – é exatamente o que é suposto na observância da igreja na Ceia do Senhor. Sem a filiação à igreja, o que a Ceia do Senhor indica (a comunhão dos cristãos) seria, em termos bíblicos, sem sentido.

Em quinto lugar, as passagens que discutem o crescimento cristão que consideramos acima (Ef 4.11-16, Cl 2.19) requerem a filiação à igreja. O

crescimento do corpo, diz Paulo, requer "justa cooperação de cada parte" (Ef 4.16). Além disso, os cristãos são unidos uns aos outros do modo em que as partes do corpo humano são unidas entre si. Não é simplesmente que os cristãos compartilham dos dons e graças uns dos outros. O fato é que eles o fazem com compromisso e unidos uns aos outros. Como esse compromisso e ligação se expressam na igreja? Pela filiação à igreja.

Em sexto lugar, a responsabilidade dos presbíteros da igreja requer a filiação à igreja. Em Hebreus 13.17a lemos o seguinte mandamento: "Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles; pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas". Os presbíteros da igreja, ou "líderes" são aqueles que fazem a supervisão das "almas" da congregação e, no dia do julgamento, devem "prestar contas" a Cristo por essas almas. Mas, a menos que os presbíteros estejam num relacionamento definido com um grupo específico de cristãos, como podem supervisioná-los, muito menos prestar contas deles? Sem a filiação à igreja, os presbíteros da igreja seriam incapazes de cumprir a tarefa que Deus atribuiu a eles. [46]

Concluindo, o Novo Testamento exige a filiação à igreja de todo cristão professo. A filiação à igreja é fundamental para o governo, disciplina, culto e vida da igreja. As pessoas não têm liberdade para reivindicar filiação à igreja invisível sem também se unirem à igreja visível. O discipulado cristão requer que a pessoa se torne membro da igreja.

Quem são os membros da igreja?

Vimos que é necessário ser membro da igreja. Vimos que a ligação à igreja se dá pela profissão de fé. Uma última questão é considerar mais precisamente quem são os membros da igreja visível.

Acima, citamos a definição da *Confissão de fé* de Westminster de igreja visível, que menciona dois grupos de pessoas. Há aquelas que fazem profissões de fé dignas de crédito e há os filhos daqueles que fizeram profissões de fé dignas de crédito.

Poucos se opõem a receber no rol de membros da igreja pessoas que são capazes de professar a fé cristã e adornar essa profissão com uma vida piedosa. No entanto, alguns têm objetado ao reconhecimento dos filhos dessas pessoas como membros da igreja. Essa objeção explica uma diferença entre presbiterianos e batistas. Ambos reconhecem uns aos outros como cristãos. Historicamente, presbiterianos e batistas têm concordado teologicamente em muito mais pontos do que diferem. Contudo, eles diferem com respeito a se os

filhos de cristãos professos, como tais, são membros da igreja. Os presbiterianos dizem "sim", enquanto os batistas dizem "não".

Qual é a evidência bíblica de que os filhos de cristãos professos são, por direito de nascença, membros da igreja e habilitados ao reconhecimento da igreja da sua filiação? Assim como nosso estudo da necessidade de filiação à igreja acima, a resposta a essa pergunta não será encontrada num único versículo. Devemos olhar para o ensino da Escritura e considerar algumas implicações que certamente decorrem desse ensino.

Começamos com a aliança que Deus fez com Abraão em Gênesis 17. A intenção de Deus era que essa aliança confirmasse as promessas que ele havia feito a Abraão em Gênesis 12 (veja Gn 17.5-6). Essa aliança incluía Abraão e seus filhos, de tal modo que Abraão e seus filhos eram reconhecidos como parte do povo visível de Deus. Com base nisso, os filhos de Abraão do sexo masculino deveriam receber o sinal da aliança, que era a circuncisão: "Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a tua descendência no decurso das suas gerações, aliança perpétua, para ser o teu Deus e da tua descendência" (Gn 17.7) e "esta é a minha aliança, que guardareis entre mim e vós e a tua descendência: todo macho entre vós será circuncidado" (Gn 17.10).

Além disso, a aliança que Deus fez com Abraão é uma aliança evangélica. Ou seja, essa aliança administra as promessas do evangelho. Esse é o raciocínio de Paulo em Gálatas 3.8: "Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos". Paulo cita aí a promessa que Deus faz a Abraão em Gênesis 12. Ele descreve, ainda, a declaração de Deus sobre sua promessa a Abraão como "preanunciar o evangelho". Foi essa promessa que Deus planejou que a aliança de Gênesis 17 administrasse.

Não era apenas a promessa que era evangélica, mas o sinal da aliança abraâmica também era evangélico. Isso é evidente na descrição que Paulo faz da circuncisão em Romanos 4.11 como "selo da justiça da fé que teve [Abraão]" (compare com Rm 4.1-5). Ao significar a justificação somente pela fé, a circuncisão servia para apontar para Abraão e seus filhos a promessa pela qual ele – e os cristãos de todas as épocas – foi salvo.

Deus não anulou essa aliança. Essa aliança inclui os cristãos do Novo Testamento. É por isso que Paulo chama os cristãos de "descendentes de Abraão" e "filhos de Abraão [pela fé]" em Gálatas 3.29 e Gálatas 3.7. Paulo chama as bênçãos do evangelho de que os cristãos do Novo Testamento desfrutam no

presente de "bênção de Abraão" (Gl 3.14). É como "descendentes de Abraão" que somos "herdeiros segundo a promessa" (Gl 3.29).

Mas se a aliança abraâmica permanece, o que dizer do sinal da aliança, a circuncisão? O que aconteceu com a circuncisão? As Escrituras argumentam que, sob a nova aliança, o batismo substituiu a circuncisão como sinal e selo da aliança da graça. Isso é o que Paulo argumenta em Colossenses 2.11-12.

> Nele, também fostes circuncidados, não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a circuncisão de Cristo, tendo sido sepultados, juntamente com ele, no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos.

O que Paulo está dizendo aí? Ele está dizendo que os cristãos foram "circuncidados" pela "circuncisão de Cristo". Essa não é uma circuncisão física. Ela "não [é] por intermédio de mãos". Isso quer dizer que é uma obra de Deus. Essa circuncisão Paulo descreve em termos do "despojamento do corpo da carne". Aí, Paulo está dizendo que o cristão tem um novo relacionamento com o pecado ("corpo da carne"). O pecado não tem mais domínio sobre o cristão. Ele não se assenta mais no banco do motorista, determinando os pensamentos, escolhas e ações do cristão. É por isso que Paulo pode dizer que o "corpo da carne" foi "despojado" (compare com Cl 3.9, "vos despistes do velho homem com os seus feitos"). Esse "despojamento" ou "circuncisão" descreve o que aconteceu na regeneração dos cristãos. Compare com o que Paulo diz em Romanos 2.29: "Porém judeu é aquele que o é interiormente, e circuncisão, a que é do coração, no espírito, não segundo a letra". Deus fez o cristão, antes vivo para o pecado e morto para a justiça, agora, em Cristo, morto para o pecado e vivo para a justiça.

Porém, "circuncisão" não é o único modo como Paulo pode descrever aí essa mudança decisiva no cristão. Ele diz que os cristãos foram "sepultados com Cristo no batismo" e "ressuscitados com ele". Deus uniu tão completamente os cristãos a Jesus na sua morte que Paulo pode dizer que eles foram "sepultados com ele". Deus uniu tanto os cristãos com Jesus na sua ressurreição que Paulo pode dizer que eles foram "ressuscitados com ele".

Mas Paulo diz que os cristãos foram "sepultados com Cristo *no batismo*". Paulo está falando sobre o batismo de água aí? Não. Paulo não está pensando primariamente no batismo físico da mesma maneira como não está pensando na circuncisão física em Colossenses 2. "Batismo" é a maneira de Paulo falar sobre a mudança decisiva que Deus efetuou nos cristãos de tal modo que eles têm um relacionamento totalmente novo com o pecado e com a justiça: "No qual

igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus que o ressuscitou dentre os mortos".

Assim como a circuncisão espiritual tinha sua contraparte na circuncisão física, do mesmo modo podemos inferir que o batismo espiritual agora tem sua contraparte no batismo por água. Ou seja, antes a circuncisão servia como sinal e selo da regeneração do cristão do Antigo Testamento. Agora, o batismo serve como sinal e selo da regeneração do cristão do Novo Testamento. Temos a mesma graça representada por sinais diferentes.

Isso é exatamente o que vemos no Novo Testamento. Cristo comissiona seus discípulos a "batizar" aqueles que respondessem ao evangelho com fé (Mt 28.18-20). Mais tarde, no Novo Testamento, vemos que, depois que as pessoas fazem sua pública profissão de fé, elas são batizadas (At 2.38 com At 2.41; 8.12; 16.14-15, 31-33). A circuncisão não é mais exigida do povo de Deus (veja At 15). Agora, o batismo faz o trabalho que a circuncisão fazia antes da vinda de Cristo.

Essa observação nos leva ao nosso último ponto. Os filhos dos cristãos durante o Antigo Testamento deviam, por mandamento divino, receber o sinal da aliança, a circuncisão. Do mesmo modo, os filhos dos cristãos, durante o Novo Testamento, devem, pelo mesmo mandamento, receber o sinal da aliança, o batismo. Em ambos os casos, eles estão habilitados ao sinal da aliança porque são, por direito de nascimento, membros da igreja.

Mas temos alguma indicação de que o Novo Testamento reconhece os filhos dos cristãos como membros da igreja? Sim, temos. Observe o que Paulo diz em Efésios 6.1-3: "Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe (que é o primeiro mandamento com promessa), para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra".

A que filhos Paulo está se dirigindo? Ele se dirige aos filhos dos cristãos na igreja de Éfeso. Como Paulo se dirige a esses filhos? Ele se dirige a eles como aqueles que estão entre "os santos que vivem em Éfeso e fiéis em Cristo Jesus" (Ef 1.1). Ou seja, ele se dirige a eles como membros da congregação. Por que ele chama os membros da igreja de Éfeso "santos"? Paulo não está dizendo aqui que eles são todos interiormente santos. Ele está dizendo que eles são, por chamado, separados do mundo e separados para Deus.

Então, o filhos são membros da igreja e, como tais, são conclamados a buscar a santidade. Em Efésios 6.1-3, Paulo diz aos filhos da congregação como devem viver à luz desse chamado. Em Efésios 6.4, Paulo diz aos pais dessas crianças: "Criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor". Esses filhos, em outras

palavras, são chamados para serem alunos na escola de Cristo, para serem discípulos de Jesus.

Considere o que Paulo argumenta em 1Coríntios 7.14: "Porque o marido incrédulo é santificado no convívio da esposa, e a esposa incrédula é santificada no convívio do marido crente. Doutra sorte, os vossos filhos seriam impuros; porém, agora, são santos". Os filhos de, pelo menos um cristão, são "santos", não "impuros". À luz das nossas conclusões sobre as declarações de Paulo em Efésios, podemos dizer que eles são "santos" exatamente da maneira como Paulo os chamou santos em Efésios 1.1. Eles são, por chamado, separados do mundo e separados para Deus.

Alguém pode objetar: "Mas Paulo disse que a esposa incrédula é santificada por causa do marido dela. Você está dizendo que cônjuges incrédulos devem aderir à igreja simplesmente porque são casados com cristãos?" Em resposta, observe a preocupação da qual Paulo trata nessa passagem. Seu interesse principal é a posição na igreja do filho de um casamento espiritualmente misto. Qual cônjuge – o incrédulo ou o cristão – determina a posição do filho? Paulo responde que o filho deve ser reconhecido como membro da igreja visível por causa do seu relacionamento com seu pai/mãe cristão. Em que sentido os cônjuges incrédulos são "santos"? Eles são "santos" no sentido que são aqueles por meio dos quais esses filhos "santos" vieram ao mundo. [47]

Um último conjunto de passagens que mostra o reconhecimento da filiação de filhos à igreja e sua habilitação ao sacramento do batismo são os "batismos de famílias" de Atos. Lemos que Lídia foi "batizada, ela e toda a sua casa" (At 16.15). O carcereiro de Filipos "foi [...] batizado, e todos os seus" (At 16.33).

Isso é exatamente o que esperamos ver. Em Gênesis 17, vimos que cristãos professos e suas famílias receberam o sinal da aliança para indicar a filiação deles à igreja. Nessas passagens do Novo Testamento, estamos vendo cristãos professos e suas famílias também receberem o sinal da aliança para indicar sua filiação à igreja.

Alguém pode objetar que não há crianças, muito menos bebês, mencionados em qualquer um desses batismos. Podemos replicar que não é necessário que a Escritura nos diga precisamente quem fazia ou não parte dessa família. O ponto importante para o que estamos tentando mostrar é que a "família" foi batizada depois da profissão de fé da cabeça daquela família.

Alguém pode também objetar que, em Atos 18.8, as Escrituras dizem que "toda a casa" de Crispo creu. Isso não implica que os membros da família do carcereiro e da casa de Lídia também creram? Não necessariamente. Tendo a família crido

ou não, todos foram habilitados ao sinal do batismo, uma vez que a cabeça da família fez a profissão de fé. Eles tinham direito àquele sinal porque eram membros da igreja em virtude do relacionamento que tinham com a pessoa que professava sua fé.

Resumindo, as Escrituras reconhecem os filhos de um pai/mãe cristão como sendo, em virtude desse relacionamento, membros da igreja. Em outras palavras, esses filhos têm um relacionamento reconhecido com a igreja; eles estão sob o governo dela; eles têm privilégios e responsabilidades ao participar dessa filiação. [48]

Ao dizer que esses filhos são membros da igreja, não estamos dizendo que eles são regenerados ou que certamente se tornarão regenerados. Não diríamos isso a respeito de qualquer membro da igreja, seja sob a antiga ou a nova aliança. Estamos dizendo que, como filhos de cristãos, eles têm direito a certos privilégios e têm certas responsabilidades.[49] A eles são devidas orações, instrução e admoestação por parte dos outros membros da igreja. O que deve ser ensinado a esses filhos? Deve-se ensinar a eles que eles são pecadores à vista de Deus, que merecem a punição de Deus pelos seus pecados e que precisam da purificação do sangue de Cristo e da renovação do Espírito Santo. Deve-se ensinar a eles o padrão de mente e vida das Escrituras que é agradável ao Senhor. Deve-se ensinar a eles a voltarem-se para Cristo com fé e arrependimento e a viver uma vida que agrade a ele.

Pesquisamos o ensino das Escrituras a respeito da importância da igreja na história redentora. Consideramos a distinção bíblica entre "igreja visível/invisível". Consideramos por que a filiação à igreja visível é necessária aos cristãos e por que as Escrituras consideram os filhos de cristãos como membros da igreja. Agora estamos prontos para olhar mais detalhadamente o governo da igreja.

2

O GOVERNO DA IGREJA

No capítulo anterior, vimos que Deus tem apenas um povo ao longo de toda a história da redenção. Desde que Deus proclamou o evangelho primeiramente a Adão e Eva, ele teve uma comunidade composta daqueles que professam a religião verdadeira, juntamente com seus filhos. Também vimos que a igreja está situada no centro do plano redentor de Deus, que está se desdobrando. Isso é verdadeiro em Gênesis, em Apocalipse e em todos os pontos entre esses dois.

Por que a igreja tem um lugar tão importante no desdobrar desse propósito redentor de Deus? A resposta a essa pergunta certamente é encontrada no relacionamento da igreja com seu Salvador e Cabeça, Jesus Cristo. Na Introdução, observamos o ensino da Bíblia de que a igreja visível é o "reino do Senhor Jesus Cristo" (CFW 25). A Escritura aponta para a igreja como evidência do reinado glorioso de Jesus sobre todas as coisas. A igreja demonstra singularmente o reinado de Jesus para o mundo ao seu redor. Na igreja, o mundo vê um corpo de pessoas professando submissão a um Rei majestoso e ressurreto. Quando a Bíblia enfatiza a igreja na história da redenção, ela, portanto, direciona o holofote para seu Rei, Jesus.

Dizer que Jesus reina sobre sua igreja faz com que surjam várias perguntas. Se a Bíblia ensina que Deus é soberano sobre tudo o que ele fez, é redundante dizer que Jesus reina sobre a igreja? Em segundo lugar, como Jesus pôde dizer aos seus discípulos: "Toda a autoridade *me foi dada* no céu e na terra"? (Mt 28.18). Em outras palavras, o que Jesus tem agora que ele não tinha antes? Além disso, uma vez que Jesus ascendeu ao céu (At 1.9-10), por quais meios ele reina sobre sua igreja que habita na terra? Que relacionamento o reino de Jesus tem com o governo civil? As Escrituras chamam o governo civil para desempenhar algum papel no direcionamento das questões da igreja? As Escrituras chamam o governo da igreja para desempenhar algum papel nas questões do estado?

Todas essas perguntas dizem respeito ao governo da igreja. Neste capítulo, exploraremos o ensino da Bíblia sobre o governo da igreja ao tratar dessas questões.

“Jesus reinará em todas as partes onde o sol faz seu percurso sucessivo”

A Bíblia é clara e completa no seu ensino sobre a soberania de Deus. J. I. Packer resumiu essa doutrina muito bem.

> A afirmação da absoluta soberania de Deus na criação, providência e graça é básica para a fé bíblica e o louvor bíblico. A visão de Deus no trono – isto é, governando – é recorrente. [...] Ouvimos constantemente em termos explícitos que o Senhor (Yahweh) reina como rei, exercendo domínio sobre coisas grandes e pequenas (Êx 15.18; Sl 47; 93; 96.10; 97; 99.1-5; 146.10; Pv 16.33; 21.1; Is 24.33; 52.7; Dn 4.34-35; 5.21-28; 6.26; Mt 10.29-31). O domínio de Deus é total: ele deseja como quer e cumpre tudo o que deseja e nada pode deter sua mão ou contrariar seus planos. [50]

A doutrina da soberania divina nos ajuda a entender o ensino da Escritura sobre a providência de Deus. O Catecismo maior de Westminster afirma que as obras da providência de Deus são “a sua mui santa, sábia e poderosa maneira de preservar e governar todas as suas criaturas, bem como todas as ações delas, para a sua própria glória” (CMW 18). Como Packer explica:

> [Pela providência], o Criador, de acordo com sua própria vontade, (a) mantém todas as criaturas vivas, (b) envolve-se em todos os acontecimentos, e (c) dirige todas as coisas para suas finalidades designadas [...] Deus está completamente no comando do seu mundo. Sua mão pode estar escondida, mas seu governo é absoluto. [51]

Se a Bíblia afirma a soberania do Deus trino desse modo, como devemos entender a declaração de Jesus de que “toda a autoridade *me foi dada* no céu e na terra”? Se Jesus é completamente divino e se o Deus trino é totalmente soberano, então a soberania de Jesus não pode aumentar nem diminuir. Assim, como, então, Jesus fala de uma autoridade que ele tinha recebido recentemente?

Considere as passagens do Antigo Testamento que olham para frente, para o domínio global de Jesus, o Messias:

> Eu estava olhando nas minhas visões da noite, e eis que vinha com as nuvens do céu um como o Filho do Homem, e dirigiu-se ao Ancião de Dias, e o fizeram chegar até ele. Foi-lhe dado domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem; o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído. (Dn 7.13-14)
> Proclamarei o decreto do Senhor: Ele me disse: Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei. Pede-me, e eu te darei as nações por herança e as extremidades da terra por tua possessão. (Sl 2.7-8)
> Disse o Senhor ao meu senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés. O Senhor enviará de Sião o cetro do seu poder, dizendo: Domina entre os teus inimigos. (Sl 110.1-2)
> Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz; para que se aumente o seu governo, e

> venha paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, para o estabelecer e o firmar mediante o juízo e a justiça, desde agora e para sempre. O zelo do Senhor dos Exércitos fará isto. (Is 9.6-7)

Considere passagens do Novo Testamento que afirmam que Jesus, depois da sua ressurreição e ascensão, assumiu esse reinado messiânico global:

> Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser Senhor tanto de mortos como de vivos. (Rm 14.9)
>
> E, então, virá o fim, quando ele [Jesus] entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder. Porque convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés. O último inimigo a ser destruído é a morte. (1Co 15.24-26)
>
> A si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai. (Fp 2.8-11)
>
> (...) o qual exerceu ele [o Pai] em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos e fazendo-o sentar à sua direita nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, mas também no vindouro. E pôs todas as coisas debaixo dos pés e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas. (Ef 1.20-23)

Mais uma vez, podemos perguntar – como é que Jesus assumiu uma autoridade e reinado que ele não tinha anteriormente? A resposta é encontrada numa importante distinção. Podemos diferenciar o domínio ou reinado *essencial* de Jesus do seu domínio ou reinado *mediador*. É assim que Ebenezer Erskine e James Fisher, dois comentaristas escoceses do Breve catecismo de Westminster do século 18 expressam a diferença.

> P. 17. Quão *multiforme* é o reinado [de Jesus]?
>
> R. Ele é *duplo*; seu reinado *essencial* e seu reinado *mediador*.
>
> P. 18. O que é seu reinado *essencial?*
>
> R. É aquele poder absoluto e supremo que ele tem sobre todas as criaturas no céu e na terra, *essencial* e *naturalmente,* como Deus igual ao Pai (Sl 103.19: "o seu reino domina sobre tudo [...]").
>
> P. 19. O que é o seu reinado *mediador*?
>
> R. É aquele poder e autoridade soberanos na igreja e sobre a *igreja,* que são dados a ele como Mediador (Ef 1.22). [52]

O reinado essencial de Jesus pertence a ele como Segunda Pessoa da Divindade. Esse reinado é permanente e imutável. No entanto, o reinado mediador de Jesus pertence a ele como o Filho encarnado de Deus, o Deus-homem. Ele assumiu esse reinado depois da sua exaltação. [53] Esse reinado está sujeito a mudanças e

pode ser dito que ele aumenta ou cresce. Esse reinado se estende aos confins da terra, mas tem a igreja como seu foco particular. Como o teólogo presbiteriano norte-americano do século 19, Robert L. Dabney, explicou: "A igreja é domínio imediato [de Jesus]: seus membros são seus cidadãos; e para o benefício deles os poderes dele são todos dirigidos. Mas seu poder se estende sobre toda a raça humana, a ordem angelical, os bons e os maus e os poderes da natureza". [54] Em outras palavras, ao reconhecer o reinado *essencial* de Jesus, os cristãos confessam Jesus particularmente, como o Pai e o Espírito Santo, como sendo Deus sobre tudo. Ao reconhecer o reinado *mediador* de Jesus, os cristãos confessam Jesus particularmente como o Senhor ressurreto que os comprou pelo seu próprio sangue.

"Como planetas girando em órbitas concêntricas"

Qual é o relacionamento entre o reinado mediador de Jesus e o controle dos governos deste mundo? Os governos civis têm um papel legítimo no governo da igreja? Na história da igreja, muitos têm respondido "sim" a essa pergunta. A igreja oriental, durante o Período Bizantino (ca. 500-1500 d.C.), passou por uma experiência de intervenção direta dos imperadores bizantinos nas suas questões. Esse relacionamento entre o governo civil e a igreja foi denominado "cesaropapismo". [55] Na igreja ocidental, na época da Reforma, o "erastianismo", em homenagem ao protestante Thomas Erastus (1524-1583), recomendava que o governo civil tivesse um papel legítimo no governo da igreja. Essa função inclui a responsabilidade pelo exercício da disciplina da igreja. Depois de debater a questão, a Assembleia de Westminster rejeitou essa posição e afirmou que as Escrituras confiam a disciplina da igreja inteiramente à "mão dos oficiais da igreja, distintos do magistrado civil" (CFW 30.1). [56]

Diremos mais sobre as esferas próprias do governo civil e da igreja no próximo capítulo. Por ora, podemos simplesmente apontar para o ensino da Escritura de que esses dois governos são inteiramente distintos um do outro. Quatro observações são necessárias. A primeira nasce de duas questões relacionadas: a natureza do reino de Cristo e a filiação ao reino de Cristo. O cristão tem entrada no reino por meio do seu novo nascimento. Esse novo nascimento não é afetado por coisas como direito de primogenitura, genealogia ou esforço humano (veja Jo 1.13). No entanto, a pessoa deve ser nascida do Espírito para ver o reino ou entrar nele (Jo 3.3, 5). Esse novo nascimento é uma obra soberana do Espírito Santo (Jo 3.8). Ele não acontece em resposta a privilégio ou atividade humanos,

pela previsão destes, ou em associação com estes. A entrada nesse reino é inteiramente obra de Deus: "Ele [o Pai] nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados" (Cl 1.13-14). É por isso que Jesus diz a Pilatos que "o meu reino não é deste mundo" (Jo 18.36). O reino de Deus não pertence à esfera do governo civil, mas a uma ordem inteiramente diferente. A entrada nesse reino ou fazer parte dele é fundamentalmente diferente da entrada e filiação aos reinos deste mundo. À luz dessa observação, seria surpreendente se as Escrituras autorizassem participação do governo civil na administração do governo da igreja.

Segunda, Jesus reconhece a independência do governo da igreja em relação ao governo civil. Uma pergunta que se avultava nos dias de Jesus era como a nação judaica devia viver sob o domínio romano. Os judeus deviam se acomodar à autoridade romana? Se sim, como? Eles deviam rebelar-se contra o domínio romano? Eles deviam isolar-se da sociedade civil? Essas perguntas eram preocupantes porque Deus, no Antigo Testamento, havia dado a Israel um conjunto distinto de leis para ordenar sua vida comum. O que aconteceria se aquelas leis e a lei romana entrassem em conflito?

Os fariseus tentaram atrair Jesus para esse debate. A Escritura diz que eles "consultaram entre si como o surpreenderiam em alguma palavra" (Mt 22.15). Em outras palavras, eles não interrogaram Jesus motivados por um desejo sincero de saber a verdade. Eles tentaram criar uma armadilha para que ele dissesse algo que traria problemas para si mesmo com as autoridades romanas ou que o desacreditasse entre os judeus.

A pergunta que eles propuseram dizia respeito àquela mais temida das responsabilidades – os impostos. Unidos aos herodianos, eles perguntaram: "É lícito pagar tributo a César ou não?" Jesus, depois de levantar uma moeda romana, perguntou-lhes: "De quem é esta efígie e inscrição?" Eles responderam: "de César". A isso, Jesus respondeu: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.17, 21).

Jesus não está dizendo que Deus é indiferente ao governo civil – "Deus não está interessado nem um pouco nos impostos, deixe César cuidar disso!" Em vez disso, Jesus afirma que o governo civil tem uma esfera de responsabilidade designada por Deus. Essa esfera do magistrado civil inclui, entre outras coisas, o poder de cobrar os impostos (veja também Rm 13.1-7). Como essa é uma tarefa atribuída por Deus, não é deixado ao nosso critério obedecer ou desobedecer ao governo civil de acordo com nossa vontade. Portanto, Jesus não pisará na

armadilha de dizer que, em nome da obediência a Deus, devemos nos recusar a pagar nossos impostos.

Do mesmo modo Jesus afirma que há uma esfera distinta de responsabilidade que Deus atribuiu ao governo do seu povo (Mt 22.17, 21). Apesar de Jesus não elaborar aí o que essa esfera envolve, ele observa que há limites ou demarcações que Deus atribuiu ao governo civil com respeito ao povo de Deus. O estado não pode ultrapassar esses limites. Portanto, a autoridade do estado é limitada, e isso por designação divina. Essa autoridade é limitada parcialmente porque Deus estabeleceu uma esfera e um governo distintos independentes da esfera e do governo do estado. Portanto, há responsabilidades que temos para com César e há responsabilidades distintas que temos para com Deus.

Em terceiro lugar, Jesus havia indicado anteriormente e em outro lugar um governo para a igreja, distinto dos governos dos reinos deste mundo. Em Mateus 16.16, Pedro confessa que Jesus era "o Cristo, o Filho do Deus vivo". Então, Jesus diz a Pedro:

> Bem-aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue que to revelaram, mas meu Pai, que está nos céus. Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus. (Mt 16.17-19)

O que Jesus está dizendo aí? Antes de tratarmos dessa questão, precisamos tratar de uma questão anterior. A quem Jesus está falando a essa altura? Alguns insistem que Jesus não está falando aos discípulos em geral, mas especificamente a Pedro. A Igreja Católica Romana, por exemplo, apelou para este texto em suporte ao papado, ou para afirmar que o papa, suposto sucessor de Pedro, é a cabeça da igreja. Os católicos romanos veem aí Jesus singularmente confiando somente a Pedro uma autoridade eclesiástica tremenda.

Os protestantes discordam veementemente dessa conclusão. A Confissão de Westminster declara: "Não há outro Cabeça da igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o seu cabeça" (CFW 25.6). Somente Jesus é cabeça da igreja. Portanto, nem o papa nem qualquer outro indivíduo pode ser considerado ou denominado "cabeça" da igreja.

À primeira vista, o apelo de Roma a Mateus 16 tem um toque de plausibilidade. Afinal de contas, aí Jesus está se dirigindo diretamente a Pedro.[57] Contudo, antes de concluirmos que *somente* Pedro está em vista, duas considerações merecem reflexão. Primeiro, a confissão de Pedro (16.16) foi ocasionada pelas perguntas de Jesus: "Quem diz o povo ser o Filho do Homem?" (16.13) e "Mas

vós, continuou ele, quem dizeis que eu sou?" (16.15). Em outras palavras, Jesus está fazendo uma pergunta a todos os discípulos.[58] Quando Pedro responde com sua confissão de Jesus, devemos entender que ele está falando por todo o grupo de discípulos de Jesus. Em segundo lugar, quando Jesus trata a questão do "ligar e desligar", novamente em Mateus 18.18, ele se dirige aos discípulos coletivamente.[59] Isso sugere que o "ligar e desligar" em Mateus 16 é uma questão que diz respeito aos discípulos coletivamente.

Então, qual é a "pedra" sobre a qual Jesus edificará a sua igreja? Não é a confissão de Pedro no contexto da pessoa de Pedro. E não é Pedro no contexto da sua confissão. Essa "pedra" é a confissão de Jesus como Messias – uma confissão que o grupo de discípulos fez por meio de Pedro.[60] Jesus está dizendo aí o que o apóstolo Paulo escreveria mais tarde aos efésios, ou seja, que a igreja é edificada "sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular" (Ef 2.20). Os apóstolos eram testemunhas singulares de Jesus, o Messias de Deus, crucificado e ressurreto de entre os mortos para a salvação de pecadores. É sobre essa confissão singular e fundamental que Jesus edificará a sua igreja através dos tempos.[61]

Assim, o que são as "chaves" que Jesus confia a seu grupo fundamental de testemunhas? O que é o "ligar e desligar" ao qual ele os conclama? É importante reconhecer, primeiro, que essas "chaves" são algo que Jesus "dá" a esses discípulos: "Dar-te-ei as chaves do reino dos céus" (Mt 16.19).[62]

O que significa confiar "chaves" a alguém? Uma passagem do Antigo Testamento nos ajuda aqui. Em Isaías 22.22, lemos Deus dizendo: "Porei sobre o seu ombro [do meu servo Eliaquim] a chave da casa de Davi; ele abrirá, e ninguém fechará, fechará, e ninguém abrirá". Eliaquim é o "servo" do Senhor (22.20) e recebe "poder" em "suas mãos" (22.21). O lugar em que esse poder é exercido é o lar (cf. 22.15).

Como essa passagem de Isaías nos ajuda a entender a entrega das chaves aos apóstolos em Mateus 16? Ela nos mostra que os apóstolos atuam como servos ou mordomos na casa de Deus. A cabeça do lar atribui a eles autoridade dentro da casa. O que eles são convocados a fazer? Eles devem usar as "chaves do reino do céu" para "ligar e desligar" (16.19). A figura, em Mateus 16, é de usar as chaves para abrir um celeiro para fornecer o necessário para o lar.[63] Não é uma figura de admitir na casa ou excluir da casa. Em vez disso, o que está em vista aqui é a "autoridade administrativa" desses discípulos como servos da casa.[64] O comentarista puritano do século 17, Matthew Poole, explica:

> O sentido é: Pedro, eu confiarei a você e ao restante dos meus apóstolos a administração total do meu evangelho; vocês lançarão o fundamento da igreja cristã e administrarão todas as suas questões, revelando as verdades do evangelho para o mundo e governando aqueles que receberão a fé do evangelho. [...] Por essa promessa, nosso Salvador declarou sua vontade, que seus apóstolos deviam resolver as questões da igreja evangélica, determinando o que devia ser legal e ilegal, e estabelecer as regras, de acordo com as quais todos os ministros e oficiais sucessores na sua igreja deviam agir, o que nosso Senhor confirmaria no céu [...] Não posso pensar que o sentido de ligar e desligar aqui seja excomungar e absolver, mas uma determinação doutrinária ou jurídica das coisas legais e ilegais outorgadas aos apóstolos. [65]

Então, o que Mateus 16.17-19 nos mostra é que Cristo confiou autoridade expressamente aos seus apóstolos para organizar a vida do povo de Deus sob o Novo Testamento. Como veremos a seguir, uma parte crucial dessa ordem é um governo que pertence exclusivamente à igreja. É importante para a nossa discussão saber que não há provisão, em Mateus 16, para o magistrado civil participar dessa organização fundamental da vida da igreja.

No entanto, talvez possa haver espaço para o magistrado civil participar da administração contínua da vida da igreja. Talvez o magistrado civil possa ter um papel a desempenhar na disciplina da igreja. As declarações de Jesus em Mateus 18.15-20 nos mostram que há uma disciplina que pertence exclusivamente à igreja e não ao governo civil. Jesus vislumbra uma situação em que um cristão peca contra outro: "Se teu irmão pecar [contra ti], vai argui-lo entre ti e ele só" (18.15). Contudo, suponha que o cristão ofensor se recuse a se arrepender, mesmo na presença de outros cristãos que o cristão ofendido levou com ele (18.16). Nesse caso, Jesus diz, "dize-o à igreja" (18.17a). Se o ofensor "se recusar ouvir também a igreja", ele deve ser excluído da igreja (18.17b). Essas pessoas estão sob censura do próprio céu (18.18). Jesus não está ensinando aí que os discípulos são "os iniciadores de novas orientações para a igreja". Em vez disso, eles são "mordomos fiéis das decisões anteriores de Deus". [66] Jesus não está prometendo à igreja infalibilidade nas decisões relacionadas à disciplina na igreja. Em vez disso, o que ele está dizendo é que a decisão da igreja esperada aqui, quando é fiel à palavra de Deus, já foi feita no céu. É somente quando a igreja é fiel à palavra que suas decisões – em disciplina ou em qualquer outra questão – recebem a sanção e suporte da sua Cabeça ascendida.

Em nenhum ponto dos passos estabelecidos em Mateus 18.15-20 Jesus prevê ou permite a participação do magistrado civil na disciplina da igreja. Essa participação seria nada menos que uma intrusão ilegal. A disciplina da igreja é conduzida dentro da igreja e pela igreja.

A quarta indicação de que a igreja tem um governo inteiramente distinto do magistrado civil é encontrada nas epistolas do Novo Testamento, as cartas esboçadas ou ditadas pelos apóstolos de Cristo para a igreja em todas as épocas. O Novo Testamento nos mostra que a igreja tem um governo todo próprio. Paulo, escrevendo aos cristãos tessalonicenses, diz: "Agora, vos rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam; e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam" (1Ts 5.12-13). O escritor aos hebreus dá instrução semelhante: "Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles; pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros" (Hb 13.17).

Esses líderes estão acima dos seus companheiros cristãos "no Senhor". Eles têm um conjunto específico de tarefas espirituais que Cristo deu a eles e pelo qual eles terão de prestar contas. Os cristãos devem respeito e obediência a esses líderes no Senhor. Em outras palavras, temos um governo independente designado e adequado para a igreja como povo de Deus. Igreja e estado, tomando emprestadas palavras do *Book of church order*, da PCA, são "como planetas girando em órbitas concêntricas". [67]

Antes de deixarmos essa questão, é importante enfatizar o que *não* estamos dizendo quando falamos que o governo da igreja é totalmente distinto do governo civil. Não estamos dizendo que os membros da igreja e os oficiais da igreja não têm obrigações para com o magistrado civil. Os membros da igreja e os oficiais da igreja estão tão sujeitos às leis e penalidades do estado como estão todos os outros cidadãos. As Escrituras ordenam: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores" (Rm 13.1). Paulo não disse nada incorreto em seu comparecimento diante do tribunal de Agripa para enfrentar as acusações feitas contra ele pelos judeus (At 25.10). De fato, Paulo disse ao seu juiz: "Caso, pois, tenha eu praticado algum mal ou crime digno de morte, estou pronto para morrer" (25.11). Paulo estava disposto a pagar a penalidade civil por qualquer malfeito da sua parte.

Isso significa que os oficiais da igreja precisam estar inteirados de quais são suas responsabilidades pessoais e coletivas diante do estado. Se eles estiverem inteirados das questões que podem sujeitar pessoas na igreja a penalidades civis ou criminais, os oficiais da igreja têm a responsabilidade cristã de conhecer suas opções e obrigações legais e agir corretamente à luz dessas opções e obrigações.

Além disso, dizer que a igreja tem um governo independente do governo do estado não significa que seja antibíblico uma igreja constituir-se em pessoa jurídica, ou seja, procurar reconhecimento do estado como uma entidade civil. Frequentemente e por muitas razões, constituir-se em pessoa jurídica pode ser um passo sábio por parte de uma igreja e de modo algum viola a independência do governo da igreja.

O que temos frisado é que Cristo não confiou a ordem e a administração da vida da igreja ao magistrado civil. Essas questões foram confiadas exclusivamente à igreja. Especificamente, Cristo deu à igreja um governo para organizar sua vida sob sua própria liderança gloriosa.

"O rei Jesus reina"

Já vimos que o Cristo ressurreto exerce um reinado específico sobre todo o mundo por amor ao seu povo. Seu povo, a igreja, está no centro ou é o ponto focal de todo esse domínio mundial. Além disso, vimos evidências de que Jesus designou para a igreja um governo totalmente distinto dos governos do mundo.

Isso dá origem à outra pergunta – para onde iremos para aprender sobre esse governo? Os apóstolos desempenham um papel fundamental no estabelecimento desse governo, mas qual é exatamente esse papel? Vimos no Novo Testamento evidências de um governo distinto pertencente à igreja, mas onde, exatamente, esse governo teve origem? A igreja, em todas as gerações, está livre para formar e transformar seu governo de acordo com seu próprio conceito do que funciona melhor? Ou a Escritura prescreveu para a igreja um tipo de governo ao qual ela precisa se comprometer sem reservas?

Essas perguntas se resumem a uma única – o governo da igreja é *jure divino* (por direito divino) ou é *jure humano* (por direito humano)? James Bannerman descreve governo *jure humano* do seguinte modo.

> A forma de governo para a igreja deve ser deixada ao arbítrio e ao bom-senso dos seus membros, bem como deve ser ajustada por eles para se ajustar às circunstâncias da época, ou país, ou governo civil com o qual eles estão ligados [...] nas Escrituras não há modelo de governo eclesiástico estabelecido para que seja imitado pelos cristãos em todos os tempos, nem qualquer forma particular dele que seja universalmente obrigatória [...] a conveniência cristã, guiada por uma consideração criteriosa quanto aos benefícios e às necessidades da igreja no momento, é a única regra a determinar sua organização exterior e o único diretório para o governo da igreja. [68]

Bannerman observa que essa abordagem ao governo da igreja encontrou ampla expressão dentro da Igreja da Inglaterra durante e após a época da Reforma. [69]

Compare com a descrição de Bannerman de governo *jure divino*, historicamente, característica da maioria das igrejas presbiterianas.

> A forma e a estruturação do governo da igreja não foram deixadas para serem estabelecidas pela sabedoria do homem, nem reduzidas ao nível de uma questão de mera conveniência cristã, mas foram determinadas por autoridade divina e são suficientemente reveladas na Escritura. [...] Com respeito ao seu governo e organização, bem como com respeito à sua doutrina e ordenanças, a igreja é de Deus, e não de homem [...] A Escritura, corretamente interpretada e compreendida, fornece material suficiente para determinar o que o Divino Fundador planejou que a constituição e ordem da sua sociedade cristã fossem. Em preceitos expressos na Escritura, em exemplo apostólico, no precedente das primeiras igrejas enquanto estavam sob direção inspirada e nos princípios gerais incorporados no Novo Testamento, eles acreditam que é possível encontrar as características principais e essenciais de um sistema de governo de igreja que seja de autoridade divina e obrigação universal. Eles acreditam que a palavra de Deus incorpora os princípios e perfis gerais de uma constituição eclesiástica, adequada para ser o modelo autorizado para todas as igrejas, apto a ser adaptado às exigências de todos os diferentes tempos e países e, não obstante, exibir uma unidade de caráter e estruturação em harmonia com o padrão da Escritura. O governo da igreja, de acordo com essa visão, não é um produto de arbítrio cristão, nem um desenvolvimento da consciência cristã; ele foi moldado e estabelecido não pela sabedoria do homem, mas pela da Cabeça da Igreja. Ele não se apoia numa base da conveniência humana, mas da designação divina. [70]

Colocando isso de modo sucinto, por governo *jure divino* queremos dizer que "os *princípios fundamentais* do governo da igreja apostólica foram retidos e são legitimamente aplicados nas circunstâncias e sob as condições que são peculiares à nossa própria era e país". [71] O governo *jure divino* não defende que o governo da igreja em todas as gerações será uniforme em todos os detalhes. Em vez disso, diz que o governo da igreja é determinado pelos princípios derivados da Escritura. Além do mais, são esses princípios, e não outros, que são admitidos na estrutura do governo da igreja. É desse modo que falamos do governo da igreja ter sido designado por Cristo na Palavra.

É convicção de muitas entidades presbiterianas que a Escritura ensina governo eclesiástico *jure divino*. Considere essa afirmação do prefácio do *Book of church order* (*PCA*):

> Cristo, como Rei, deu oficiais, oráculos e ordenanças à sua igreja; e ele ordenou especialmente nela seu sistema de doutrina, governo, disciplina e culto, todos expressamente estabelecidos na Escritura ou, por boa e necessária inferência, deduzidos dela; e aos quais ele ordena que nada seja acrescentado e dos quais nada seja retirado.

Que indicações temos da Escritura de que o governo da igreja é por direito divino e não por direito humano? Podemos apontar para três.

Primeira, o governo da igreja por direito divino é evidente "a partir do caráter de Deus como Deus de ordem". [72] Deus fundou seu reino espiritual. Cristo reina sobre esse reino. Seria surpreendente descobrir que Deus tenha entregado o governo desse reino à "autonomia não inspirada" do povo de Deus. [73] Nesse caso, a desordem poderia muito bem ser a consequência. Em vez disso, esperamos, que Deus e somente Deus seja o autor e estipulador do governo desse reino. Essa provisão protege e cultiva a ordem que deve caracterizar qualquer povo que leve o nome de Deus.

Segunda, o governo de direito divino da igreja é evidente "a partir do caráter de Cristo como Mediador". [74] Cristo é Cabeça sobre sua igreja. Uma prerrogativa da realeza e liderança de Cristo é seu domínio soberano e exclusivo sobre seu povo. Um dos propósitos do governo da igreja é proteger essa preciosa prerrogativa. Se o governo da igreja fosse deixado à sabedoria e conveniência da igreja, essa prerrogativa poderia ser prejudicada.

> Portanto, deve haver alguma lei orgânica – ou, pelo menos, princípios organizadores – encontrados na sua palavra para combater e "invalidar" as invenções dos homens que obstruem o progresso do seu reino. Não podemos renunciar à influência mais importante e poderosa de uma constituição divina sobre a liberdade dos homens, nem admitir, sem uma insubordinação de traição à Cabeça, que sua igreja possa facilmente tornar-se a criada de um domínio corrupto e despótico bem como de liberdade bem regulamentada. [75]

Portanto, os direitos à coroa de Jesus, Cabeça de sua igreja, são preservados pelo governo de direito divino da igreja.

Terceira, a Escritura testifica que Cristo exerceu sua prerrogativa como única Cabeça da igreja ao dar ao seu povo um governo que é singularmente deles. No Cenáculo, nas horas que antecederam sua morte, Jesus prometeu a seus discípulos duas coisas. Ele prometeu enviar o Espírito Santo que "ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito" (Jo 14.26). Além disso, Jesus disse aos seus discípulos que "tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade" (Jo 16.12-13a). O Espírito Santo então "vos anunciará as coisas que hão de vir [...] há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar" (Jo 16.13b-14).

Aí está a fundação do cânon do Novo Testamento. Em João 14, Jesus prometeu à sua igreja um registro inspirado do que ele havia dito e feito durante seu ministério terreno. O cumprimento dessa promessa é encontrado especialmente nos quatro Evangelhos. Em João 16, Jesus também prometeu que diria mais

coisas, por meio dos seus apóstolos, à igreja. O cumprimento dessa promessa é encontrado especialmente em Atos, nas epístolas e em Apocalipse.

Que os apóstolos transmitissem o ensino de Jesus à igreja continuou sendo um interesse do nosso Senhor depois da sua ressurreição dos mortos. Na Grande Comissão, Jesus comissiona os onze discípulos "ensinando-os [meus discípulos de todas as nações] a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado" (Mt 28.20). Uma vez que Jesus continua para dizer aos seus discípulos que estaria presente com eles "até à consumação do século" (28.20), podemos concluir que a observância de tudo o que Jesus ordenou deve continuar até que Jesus retorne em glória no fim dos tempos.

Os apóstolos estavam conscientes dessa responsabilidade singular e elevada que Jesus havia confiado a eles. Eles entenderam que estavam lançando um "fundamento" definitivo para a igreja, do qual o próprio Jesus Cristo é a pedra angular (Ef 2.20). Paulo, por exemplo, entendia que, quando ele escrevia suas cartas, não estava falando pela sua própria autoridade pessoal. Pelo contrário, ele escreveu aos coríntios: "Se alguém se considera profeta ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo. E, se alguém o ignorar, será ignorado" (1Co 14.37-38). De modo semelhante, Pedro podia falar das "palavras que, anteriormente, foram ditas pelos santos profetas, bem como do mandamento do Senhor e Salvador, ensinado pelos vossos apóstolos" (2Pe 3.2). Persistir na desobediência ao ensino apostólico era sujeitar-se à disciplina da igreja (2Ts 3.14-15). As epístolas aos tessalonicenses e aos colossenses eram lidas em voz audível no culto público a Deus (1Ts 5.27; Cl 4.16). Nos seus próprios dias, Pedro podia falar das epístolas de Paulo como pertencentes às "Escrituras" (2Pe 3.16).

Assim, então, Jesus confiou aos seus discípulos a transmissão do seu ensino à igreja. Uma parte desse ensino foi dada durante o ministério terreno de Jesus. Contudo, grande parte desse ensino foi dada depois da ressurreição e ascensão. Jesus prometeu que os apóstolos escreveriam todo esse ensino por inspiração do Espírito Santo. Isto é, esse registro apostólico de ensino seria inteiramente, e ao pé da letra, palavras do próprio Jesus. Contendo totalmente e somente as palavras de Jesus por meio dos seus apóstolos, esse registro seria totalmente livre de erro e verdadeiro em cada parte e em cada detalhe.

O que caracteriza a igreja no Novo Testamento é a aderência inabalável à palavra de Jesus dada por intermédio dos seus apóstolos. Imediatamente depois do Pentecostes, os cristãos são descritos como aqueles que "perseveravam na doutrina dos apóstolos" (At 2.42). Em todo o livro dos Atos dos Apóstolos,

observamos Deus reunindo seu povo pela sua palavra entregue por meio dos apóstolos e sustentando e alimentando esse mesmo povo por essa mesma palavra (veja At 14.21-22; 16.4-5; 20.17-35).

É nesse registro do ensino apostólico e inspirado – o Novo Testamento – que encontramos a provisão de Jesus de um governo para sua igreja. Já testemunhamos a evidência da existência desse governo na igreja em 1Tessalonicenses 5.12-13 e em Hebreus 13.17. Que outras indicações temos de que esse governo fazia parte da instrução de Jesus, por intermédio dos seus apóstolos, para a igreja? Num aspecto importante, os dois últimos capítulos deste livro considerarão essa pergunta detalhadamente. Por ora, podemos observar algumas poucas passagens representativas.

Primeira, lemos em Atos 14.23: "E, promovendo-lhes, em cada igreja, a eleição de presbíteros, depois de orar com jejuns, os encomendaram ao Senhor em quem haviam crido". O cenário para essa passagem é a primeira viagem missionária de Paulo. Paulo e Barnabé estão viajando pelo que hoje é a parte centro sul da Turquia. O propósito da viagem deles é pregar o evangelho, ajuntar aqueles que responderem com fé a esse evangelho e organizar a vida deles juntos, como igreja. Paulo e Barnabé não apenas pregam e saem da cidade. Eles gastam tempo com os novos cristãos, para instruí-los e encorajá-los. Depois de pregarem nas cidades de Antioquia da Pisídia, Icônio, Listra e Derbe, Paulo e Barnabé retornam a essas cidades (At 14.21). O propósito deles é fortalecer "a alma dos discípulos, exortando-os a permanecer firmes na fé; e mostrando que, através de muitas tribulações, nos importa entrar no reino de Deus" (14.22).

No entanto, esse ensino não é tudo o que eles fazem. Lucas continua para dizer que Paulo e Barnabé promoviam, "em cada igreja, a eleição de presbíteros". Parte do ministério contínuo dos apóstolos às igrejas que Cristo chamou do mundo pela pregação da palavra foi a indicação de "presbíteros". No Novo Testamento, como veremos, os presbíteros são oficiais que Cristo designou para liderar a congregação. Jesus está providenciando, por meio dos apóstolos, governo para a sua igreja. Observe que esse era o padrão de Paulo e Barnabé para "toda" igreja que eles haviam visitado. Cada e toda congregação de cristãos devia ser governada por um grupo de presbíteros. O governo da igreja era e é algo não negociável para a vida da igreja. Aqui vemos o motivo para isso: ele faz parte do padrão de ensino de Cristo dado por intermédio dos apóstolos.

Um segundo conjunto de passagens relacionadas é encontrado em 1Timóteo 3.1-7; 3.8-13 e Tito 1.5-9. Essas passagens estão inseridas em cartas que frequentemente são chamadas de "epístolas pastorais". Nessas cartas, Paulo se

dirige a dois colegas de ministério mais jovens, Timóteo e Tito. Ele escreve a eles sobre vários assuntos referentes à vida na igreja. Uma questão tratada nesses versículos diz respeito ao governo da igreja. "Presbíteros" e "diáconos" deviam fazer parte regular e contínua da vida da igreja local. Paulo comunica a Timóteo e a Tito quais qualificações devem estar presentes num homem para que ele esteja qualificado para servir à congregação como "presbítero" ou "diácono".

Trataremos dessas passagens no capítulo 4. O importante agora é que Paulo esperava que os "presbíteros" e os "diáconos", ou seja, oficiais da igreja, fossem parte contínua e não negociável da vida da igreja. Não é simplesmente que Paulo e seus colegas apóstolos fizeram esquemas para presbíteros e diáconos servirem nas congregações que eles supervisionavam. É que as gerações subsequentes da igreja deviam seguir esse mesmo modelo. É por isso que Paulo escreve a Timóteo: "E o que de minha parte ouviste através de muitas testemunhas, isso mesmo transmite a homens fieis e também idôneos para instruir a outros" (2Tm 2.2). Então, os padrões que Paulo estabelece para Timóteo e Tito não são apenas para Timóteo e Tito. Timóteo e Tito devem passar esses padrões para as gerações seguintes de "homens fieis". E então, esses "homens fieis" devem fazer o mesmo para a geração que vier depois deles. Assim, concluímos que o governo da igreja faz parte do padrão bíblico para a igreja em todas as gerações.

Uma qualificação

Temos insistido que Cristo, como única Cabeça e Rei da sua igreja, prescreveu um governo para sua igreja. Ele deu esse governo à sua igreja por meio dos apóstolos. Encontramos esse governo no Novo Testamento, particularmente em Atos e nas epístolas. Procuramos os princípios, preceitos e exemplos estabelecidos pelos apóstolos no Novo Testamento para descobrir o que é esse governo revelado.

Neste ponto, uma qualificação importante vem a calhar. O Novo Testamento, pelo seu próprio objetivo, não nos fornece um manual abrangente das formas de governo eclesiástico. Ele não prescreve todos os detalhes concebíveis que estão relacionados ao governo da igreja. Se Deus nos tivesse dado um livro assim, duvido que conseguíssemos fabricar uma estante grande o suficiente para guardar todos os volumes.

Em vez disso, o Novo Testamento dá à igreja seu governo na forma de princípios que precisam ser aplicados. Há muitos detalhes que o Novo Testamento não prescreve propositadamente, sobre os quais Cristo não legislou

expressamente na sua palavra. Escritores reformados chamaram isso de "circunstância". Uma "circunstância", como Thomas Peck define, é "um concomitante de uma ação, sem a qual ela pode não ser realizada ou não pode ser realizada com decência e decoro".[76] Um exemplo de uma circunstância no culto público pode ser a temperatura do local (20º C ou 25º C); a disposição dos assentos (fileiras horizontais ou em semicírculo); ou o horário do culto (10h ou 11h). Um exemplo de uma circunstância no governo da igreja pode ser o quórum (número mínimo de membros num corpo deliberativo exigido para que as decisões tenham peso legal) para uma assembleia da igreja; quantas comissões um presbitério deve ter; ou que modo de procedimento parlamentar um concílio eclesiástico deve usar.

Essas questões não estão prescritas na Escritura. Mas a igreja não está usurpando as prerrogativas legislativas exclusivas de Jesus. Em vez disso, a igreja recebeu a tarefa com "o poder de ordenar e sistematizar sob a lei".[77] A igreja recebe a lei de Cristo que diz respeito ao culto e ao governo. Por meio dessa mesma lei, ela organiza certos detalhes e questões que são indispensáveis à conduta ordenada do culto público e do governo da igreja.

A Confissão de fé de Westminster fala de circunstâncias do seguinte modo.

> Há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas. (CFW 1.6)

A Confissão está dizendo pelo menos três coisas sobre circunstâncias. Primeira, circunstâncias vêm à tona em pelo menos duas áreas – o culto público a Deus e o governo da igreja. Segunda, uma circunstância deve ser "comum às ações e sociedades humanas". Isto é, ela deve ser algo compartilhado com organizações e atividades diferentes da igreja e sua obra. Terceira, uma circunstância está sujeita a certos padrões objetivos – "luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas".

A base bíblica para essa doutrina de circunstâncias é encontrada em 1Coríntios 14. Nesse capítulo, Paulo está dando à igreja de Corinto padrões para o culto público. Ao longo desse capítulo, Paulo articula duas vezes a base para a legitimidade do que estamos denominando "circunstâncias" no culto público a Deus. Em 1Coríntios 14.26, Paulo escreve: "Que fazer, pois, irmãos? Quando vos reunis, um tem salmo, outro, doutrina, este traz revelação, aquele, outra língua, e ainda outro, interpretação. Seja tudo feito para edificação". Ele conclui sua

discussão deste modo: "Tudo, porém, seja feito com decência e ordem" (1Co 14.40).

Então, a Escritura nos fornece dois critérios para ordenar questões circunstanciais no governo da igreja e no culto público. O primeiro é a edificação ("seja tudo feito para edificação"). O segundo é decência e ordem ("tudo, porém, seja feito com decência e ordem"). Na PCA, por exemplo, o Supremo Concílio adotou o *Robert's rules of order, newly revised*, como seu padrão de procedimento parlamentar.[78] Um quórum para uma sessão que consiste de um pastor e três presbíteros regentes é o pastor e um presbítero regente.[79] O presbitério do qual sou membro (o Mississippi Valley Presbytery da Presbyterian Church of America) tem várias comissões permanentes que tratam de áreas como administração, missões mundiais e educação cristã. Nenhuma dessas regras pode ser justificada por um "texto-prova" da Bíblia. Em vez disso, a igreja as formulou usando o bom-senso, governado por princípios gerais da palavra. Ela agiu assim porque não podia levar a cabo o trabalho do governo da igreja sem elas. Ela o fez guiada por um desejo de edificar a igreja e conduzir seu trabalho decentemente e em boa ordem.

Grande parte do trabalho prático diário da igreja e muitas das estipulações dos livros presbiterianos contemporâneos sobre ordem na igreja caem na categoria de "questões circunstanciais". Felizmente, como presbiterianos do século 21, nós nos beneficiamos de séculos de experiência dos nossos antepassados presbiterianos. Esses procedimentos já foram experimentados, peneirados, testados e modificados na vida da igreja. E mesmo assim não recebemos essa herança acriticamente. Somos livres para modificá-la de acordo com a palavra de Deus e de acordo com o que a edificação, a decência e a ordem requerem. No entanto, as semelhanças essenciais entre os livros presbiterianos históricos sobre ordem na igreja e os atuais testificam abundantemente a provisão do Senhor para o seu povo, de geração em geração, nessa área.

Uma objeção

Alguns podem apresentar uma objeção ao que estamos argumentando. Dissemos que, para encontrar o governo que Cristo deu à sua igreja, devemos nos voltar para a Escritura e procurar princípios, preceitos e exemplos estabelecidos pelos apóstolos. Alguém pode concordar que os preceitos apostólicos sejam obrigatórios para a igreja, mas questionar se a prática apostólica também é obrigatória para a igreja: "Apenas porque os apóstolos

fizeram algo e essa ação está registrada no Novo Testamento devemos concluir que esse exemplo é normativo para nós? Como sabemos que uma prática específica não era singular às circunstâncias locais ou à igreja do século 1º? Não deveríamos simplesmente nos ater aos preceitos ou mandamentos que os apóstolos deram à igreja no Novo Testamento?"

Se essa objeção fosse acatada, certamente teríamos muito menos direcionamento do Novo Testamento na área de governo da igreja. Muitas questões que os presbiterianos têm, historicamente, tirado do livro de Atos estariam fora dos limites para tais discussões – a (provável) constituição do diaconato em Atos 6; a designação de presbíteros em cada igreja em Atos 14; e o funcionamento da assembleia de toda a igreja em Atos 15, para citar poucos exemplos. Se fosse para nos restringir somente aos preceitos apostólicos relacionados ao governo da igreja, teríamos uma pequena base sobre a qual edificar.

Essas reflexões ilustram as consequências práticas da objeção. Porém, não respondem à objeção em si. A que base bíblica nós nos voltamos para preceito e exemplo apostólico com o intuito de descobrir o que Cristo impôs à sua igreja?

Em primeiro lugar, como James Bannerman nos lembrou, "quanto à sua autoridade, os mandamentos da Escritura, os exemplos da Escritura e os princípios da Escritura, todos se fundamentam exatamente na mesma base. [...] Todos os mandamentos da Escritura não são obrigatórios para nós atualmente, muito menos todos os exemplos da Escritura são obrigatórios. Não é a forma legislativa nem a falta dela; não é o uso do modo imperativo num determinado caso e do indicativo no outro que faz a diferença". [80] Em outras palavras, não devemos concluir que todos os mandamentos bíblicos exijam obediência cristã, nem que exemplos bíblicos nunca obrigam o cristão. Deus revela nosso dever cristão por meio de certos preceitos e também por meio de certos exemplos.

Segundo, como podemos dizer se determinado mandamento ou exemplo é obrigatório para nós agora? Bannerman trata dessa questão.

> O que aprendemos em ambos os casos igualmente é apenas isto: assim e assim o Espírito de Deus ordenou certos homens a agirem em certas circunstâncias. Não aprendemos mais no caso do preceito do que no caso do exemplo. Um é tão obrigatório para nós quanto o outro, *desde que estejamos em circunstâncias semelhantes.* [...] O verdadeiro teste de sua obrigação permanente [...] [é perguntar] se esse mandamento era – se ele nos alcançar na forma na qual talvez tenha sido dado em inicialmente, ou se estiver incorporado na obediência que o seguiu – fundamentado em bases morais, comuns a todos os homens em todos os tempos, em todas as circunstâncias, ou em bases locais e temporárias, peculiares a certos homens em certas circunstâncias, em algum determinado tempo? [81]

Em outras palavras, Bannerman argumenta que o verdadeiro teste de se um mandamento ou exemplo é obrigatório ao cristão é este: eu estou em "circunstâncias semelhantes" às do público original? Se, contudo, um mandamento ou exemplo "depender de circunstâncias peculiares de uma determinada época ou país", então podemos concluir que não temos a obrigação de observá-lo. [82]

Tomemos um exemplo relativamente incontestável. Quando Jesus institui a Ceia do Senhor, ele diz aos seus discípulos: "Fazei isto em memória de mim". Portanto, a igreja, em obediência a Jesus, observa a Ceia do Senhor em todas as épocas. O que exatamente nós observamos? Observamos o partir do pão e a distribuição do cálice. Não insistimos em que a Ceia do Senhor seja observada "à noite e em uma casa", com "pão sem fermento" e por "homens somente". [83] Entendemos corretamente essas circunstâncias e detalhes como incidentais à observância do sacramento. Eles não fazem parte do mandamento "fazei isto" de Jesus. A razão pela qual dizemos isso é porque "essas observâncias peculiares [não] se fundamentam em bases morais comuns em todos os tempos e, portanto, não são universalmente obrigatórias". [84]

O mesmo processo de raciocínio se aplica ao governo da igreja. Quando vemos os apóstolos estabelecendo e praticando o governo da igreja no Novo Testamento, devemos perguntar se estamos em "circunstâncias semelhantes" à igreja do século 1º. Se concluirmos que estamos, entendemos que esses exemplos fazem parte do governo que Cristo revelou para a sua igreja na Escritura. [85]

Conclusão

Vimos que Jesus, a única Cabeça e Rei de sua igreja, impôs à sua igreja um governo singular. Esse governo ele deu por meio dos seus apóstolos nas Escrituras. Esse governo é fundado nos princípios, preceitos e exemplos estabelecidos no Novo Testamento. Embora a igreja tenha sido chamada para organizar ou ordenar certas questões "sob a lei", ela permanece sendo um povo firmemente "sob a lei" que somente Cristo designou para ela.

Estamos quase preparados para considerar os detalhes da estrutura desse governo – seus oficiais, suas assembleias e sua interação mútua. Contudo, antes de chegarmos a esse ponto, uma pergunta importante permanece. Qual é o poder que Cristo confere à sua igreja?

3

O PODER DA IGREJA

Todo governo legítimo tem poder e exerce poder. Maus governos exercem o poder com pouca ou nenhuma restrição. Pense nos regimes totalitários e nas ditaduras nos quais as liberdades civis, a liberdade religiosa e o direito à propriedade privada estão sujeitos ao capricho e à vontade do líder ou partido em comando. Nos Estados Unidos, contudo, o poder do governo federal é limitado e prescrito pela Constituição dos Estados Unidos.[86] O governo federal tem poderes enumerados. O governo não pode exceder esses poderes legalmente. E ele não pode reivindicar para si poderes não concedidos expressamente pela constituição. O governo limitado dos Estados Unidos é uma razão pela qual as pessoas que vivem sob governo totalitário arriscaram suas propriedades e até sua vida para encontrar refúgio na América. Infelizmente, o governo limitado é raro na história mundial. Ao longo do tempo, muitos governos civis têm exercido o poder de modo a serem destrutivos do bem do governado. A pergunta não é se o governo tem poder – para que funcione corretamente, ele deve ter. A pergunta é como esse governo exerce poder e de que fonte o governo deriva seu poder.

Vimos no capítulo anterior que a igreja tem um governo. Ela tem um governo independente dos governos civis deste mundo. Seu Rei glorioso e ascendido, Jesus Cristo, deu a ela esse governo. Ele o fez pelos princípios, preceitos e exemplos dos apóstolos, os quais foram estabelecidos no Novo Testamento.

Como governo, a igreja tem poder e exerce poder. Contudo, Jesus ensinou aos seus discípulos que esse poder era de um caráter diferente do caráter dos governos do mundo.

> Os reis dos povos dominam sobre eles, e os que exercem autoridade são chamados benfeitores. Mas vós não sois assim; pelo contrário, o maior entre vós seja como o menor; e aquele que dirige seja como o que serve. Pois qual é maior: quem está à mesa ou quem serve? Porventura, não é quem está à mesa? Pois, no meio de vós, eu sou como quem serve. (Lc 22.25-27)

Nessas palavras, Jesus contrasta explicitamente o modo como os governos do mundo muito frequentemente se relacionam com os governados com o modo

pelo qual seus discípulos deveriam relacionar-se entre si. Jesus não está "condenando o exercício de toda autoridade legítima que ele estabeleceu na igreja". Em vez disso, ele está condenando "o desejo ávido de ministros cristãos por grandeza e glória terrenas", bem como "o exercício da autoridade, mesmo legítimo, com um espírito soberbo e ofensivo". [87] Desse modo, a igreja deve ser diferente do mundo ao seu redor.

De fato, a igreja tem poder. No entanto, Jesus nos lembrou de que o poder da igreja e seu exercício podem diferir de muitas maneiras do poder exercido pelos governos do mundo. Neste capítulo trataremos dessa questão. Seguiremos o esquema da discussão desse assunto em *The church of God as an essential element of the* Gospel, de Stuart Robinson. Nessa obra, Robinson trata de quatro características do poder da igreja. Essas quatro características são, primeira, a fonte do poder da igreja; segunda, a delegação e investidura do poder da igreja; terceira, o modo de exercício do poder da igreja; e quarta, os limites do poder da igreja.

A fonte do poder da igreja

Qual é a fonte do poder da igreja? Na Declaração de Independência, os fundadores norte-americanos declararam que "os governos [...] instituídos entre homens, derivam seus justos poderes do consentimento dos governados". Em outras palavras, o poder exercido pelo governo deriva, em última instância, de uma aliança ou acordo do "povo soberano". [88] De onde o poder na igreja deriva, em última análise? Vem dos membros soberanos da igreja?

A resposta da Escritura é decisivamente negativa. O poder da igreja não vem dos membros da igreja. Ele deriva somente de Jesus. É assim que esperamos que seja. Como temos visto, a Escritura diz que Jesus se relaciona com a igreja como a cabeça com o corpo e como o rei com os seus súditos (Ef 5.23; Cl 1.18). Em cada caso, o poder flui num sentido: de Jesus para sua igreja.

De modo mais específico, "a fonte de todo poder da igreja é fundamentalmente Jesus Cristo, o Mediador". [89] Vimos que Jesus inicia a Grande Comissão com a declaração: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra". Séculos antes, Isaías havia profetizado que "o governo está sobre os seus [de Jesus] ombros" (Is 9.6). Robinson explica que é por isso que os apóstolos "ensinavam no nome de Jesus" (At 4.17-18); administravam disciplina no nome de Jesus (Mt 18.20; 1Co 5.4); e por que Jesus "abarca em si, como eminência, todos os ofícios da igreja". [

[90] Resumindo, a doutrina da igreja, sua disciplina e os ofícios derivam de Jesus e não de qualquer autoridade humana.

Há uma lição importante aí. O ensino da igreja, ou os atos de disciplina desempenhados pela igreja, não têm importância simplesmente por serem atos da igreja. Eles são importantes somente ao carregarem a sanção e o sorriso de Jesus (veja Mt 18.19-20). Mas como podemos saber se algum ensino ou ação da igreja tem a bênção de Jesus? A resposta é: descobrindo se esse ensino ou ação se conforma aos ensinos da Palavra de Deus ou se afasta deles. Quando a igreja age em conformidade com o que Cristo a chamou para fazer na Palavra escrita, essa ação deve ser recebida como a opinião de Cristo.

Em sua história, a igreja com frequência reivindicou a autoridade de Jesus para ensinos e ações que não tinham base na Palavra de Deus. Contudo, hoje os evangélicos estão provavelmente inclinados a dar pouca importância ao ensino e ações legítimos da igreja. Achamos difícil ver, além da igreja, Cristo, que autorizou a igreja a ensinar e agir em seu nome. Talvez essa situação seja, em parte, devida a uma consciência de maus usos passados e presentes dessa autoridade. Em bom espírito bereano, devemos medir cada ensino e ação da igreja contra as Escrituras (veja At 17.10-15). Quando descobrimos que a igreja tem ensinado e agido em conformidade com a Escritura, devemos gratamente receber esse ensino e ação como do próprio Cristo. Em última instância e diretamente, ao recusar ou aceitar tais questões, prestaremos contas a Cristo pela nossa recusa ou pela nossa aceitação.

A delegação e investidura de poder da igreja

Cristo é a fonte do poder da igreja. No entanto, ele delega ou "investe" a igreja com esse poder. Nesse sentido, podemos falar de "autoridade" ou "poder" pertencente à igreja.

Essa observação, por sua vez, dá origem a uma pergunta – uma dúvida que tem estado com a igreja por grande parte da sua história, até os dias atuais. Na igreja, onde exatamente está seu poder? Onde ele está localizado? Quem está autorizado a exercê-lo? O *Book of church order* da PCA responde a essas perguntas.

> O poder que Cristo confiou à sua igreja é conferido a todo o corpo, os governantes e os governados, constituindo-o uma comunidade espiritual. Esse poder, sendo exercido pelas pessoas, estende-se à escolha daqueles oficiais que ele nomeou na sua igreja. [91]

Dois pontos estão sendo enfatizados aqui. Primeiro, "o poder é conferido à igreja como um corpo orgânico, composto de governantes e governados". [92] Para entender esse ponto, é importante ver a igreja como a Escritura a descreve – um corpo orgânico, vivo (1Co 12.31, Ef 4.1-16). Como no corpo humano, o poder é conferido a todo o corpo. O "poder" habita no corpo todo, não dentro de um membro ou órgão do corpo em particular, à exclusão do restante do corpo.

Isso significa que a igreja é, assim, constituída numa "comunidade espiritual". Como conciliamos esse entendimento da igreja com o ensino bíblico de que a igreja está sujeita ao domínio e reinado do seu Rei? A resposta a essa pergunta é encontrada numa distinção importante.

> Quando a igreja é vista nesse relacionamento com Cristo, ela é considerada um reino (veja [BCO] 1–2), mas, quando vista quanto à inter-relação dos seus membros, ela "não é uma monarquia, nem uma oligarquia, nem uma democracia, mas uma comunidade". [93]

Em outras palavras, a igreja é um reino em relação a Cristo, uma comunidade em relação a si mesma. [94] Essa distinção preserva Jesus como única fonte do poder da igreja e mantém o ensino da Escritura de que o poder foi conferido ao corpo como um todo.

Em segundo lugar, o *Book of church order* enfatiza que o poder é conferido ao corpo como um todo e que o povo exerce esse poder de um modo – na "escolha daqueles oficiais que [Cristo] nomeou sua igreja". De todos os outros modos, o poder é exercido por esses oficiais assim escolhidos.

Como Peck expôs a questão, "o poder reside no corpo como seu *ser* e nos oficiais como seu *exercício*". [95] Ele ilustra essa distinção ao considerar o corpo humano.

> O corpo vê, mas vê pelo olho. A vida do corpo está em toda parte e órgão e a vida do corpo controla a vida em toda parte. O olho vê pela vida do corpo e vê sob o controle da vida do corpo e para o bem do corpo. O olho [...] está *no* corpo, não *sobre* o corpo para esse propósito. [96]
>
> O poder [da igreja] reside nela; ele é exercido pelos [oficiais]. Os ministros são sua boca, assim como os presbíteros são suas mãos. Ambos a representam igualmente e ambos nada são, exceto ao representá-la. Todos os atos legais de todos os oficiais legais são atos da igreja, e aqueles que ouvem o pregador ou o presbitério ouvem a igreja. O caso é análogo aos movimentos do corpo humano. O poder vital não está nas mãos ou nos pés, está no corpo todo. Mas o exercício desse poder em andar, ou em escrever, está confinado a órgãos específicos. O poder é um, mas suas funções são múltiplas, e ele tem um órgão apropriado para cada função. Isso o torna um todo orgânico. Assim, a igreja tem funções; essas funções requerem órgãos apropriados; esses órgãos são criados por Cristo, e a igreja torna-se um todo orgânico. [97]

Esse entendimento de igreja significa, em primeiro lugar, que os oficiais da igreja são tirados de entre o corpo como um todo, permanecem como parte dele e servem a ele. Os oficiais da igreja não são um grupo ou casta separada do corpo de Cristo. Por essa razão, não é sábio falar de "clero" (oficiais da igreja) e "leigos" (não oficiais na igreja).[98] Essa terminologia tem sido usada na história da igreja para expressar uma distinção muito diferente do que a Escritura ensina entre oficiais e não oficiais.

Embora as pessoas exerçam poder somente de uma maneira, ou seja, na escolha dos oficiais, o governo da Igreja Presbiteriana tem enfatizado há muito tempo esse privilégio como um direito inviolável da igreja. Os presbiterianos insistem que a igreja nunca pode ser obrigada a receber um oficial a quem eles nunca escolheram para servi-la.[99] Esse direito é evidente no registro bíblico da igreja de Jerusalém em Atos. Os apóstolos direcionam a igreja a escolher "dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço" (At 6.3; cf. At 6.5). Assim, quando lemos que [Paulo e Barnabé] "promovendo-lhes, em cada igreja, a eleição de presbíteros" (At 14.23), e de Paulo dizendo a Tito que "em cada cidade, constituísses presbíteros, conforme te prescrevi" (Tt 1.5), a Escritura não está dizendo que as pessoas não escolheram seus oficiais. Em vez disso, está suposto nessas passagens o princípio de Atos 6.3 – os oficiais da igreja devem ser escolhidos pelas pessoas antes de assumirem as responsabilidades e deveres do ofício.[100]

A quem o povo escolhe? Falando precisamente, o povo reconhece homens a quem Cristo dotou previamente para servirem como oficiais da igreja. A convocação que eles fazem ao ofício é estendida somente àqueles homens que eles estão persuadidos de que Cristo chamou e dotou para o ofício. Então, a eleição dos oficiais pelas pessoas é o meio designado por Cristo para colocar oficiais na sua igreja. Como Robinson observa, "Nesse reino espiritual de Cristo, por meio da indicação ao ofício, as qualificações e comissão vêm dele, a verdadeira Cabeça invisível do reino; porém, a vocação ao exercício verdadeiro do ofício conferido está no povo".[101] Peck insiste no mesmo ponto. "É Cristo quem cria o ofício, define suas funções e prescreve as qualificações para ele. No entanto, de acordo com a vontade do mesmo Senhor e Cabeça, o chamado para ser um oficial não está completo sem a ação da igreja. Assim, a vocação é tanto interior quanto exterior; e a exterior consiste da eleição e ordenação".[102]

Esse ponto tem grande importância prática. Os oficiais da igreja são escolhidos pelas pessoas. Contudo, primeiramente, eles são dotados por Cristo para o ofício da igreja. A eleição reconhece o que já está estabelecido – esses homens

específicos foram abençoados por Cristo para o ofício. A eleição "completa" o chamado de Cristo ao ofício para um homem específico. Isso significa que os oficiais da igreja, apesar de eleitos pelas pessoas, em última instância não prestam contas às pessoas. Eles prestam contas a Cristo. A autoridade que eles exercem deriva de Cristo. Ela não deriva das pessoas. Os oficiais não devem sua lealdade à vontade das pessoas. Eles não são uma comissão da congregação, limitados a fazer a vontade delas.[103] Mais propriamente, os oficiais da igreja devem sua lealdade à vontade de Cristo, representada na Escritura. Quando a vontade das pessoas entra em conflito com o ensino claro da Escritura, os oficiais da igreja têm o dever de acatar o ensino da Escritura, qualquer que seja o custo. Por mais impopular ou desconfortável que uma decisão correta seja aos olhos de alguns, o oficial da igreja pode descansar na segurança de que fez o que é certo aos olhos de Jesus. Mesmo se, naquele momento, a aprovação de Jesus for tudo o que ele tiver, ela é tudo de que ele precisa para ser um oficial fiel na igreja.

Além do mais, "as pessoas não compartilham do governo, mas somente do direito de escolher seus governantes".[104] À parte da eleição dos oficiais, o exercício do poder na igreja pertence aos oficiais da igreja. Nesse sentido, não é compartilhado entre os oficiais e os não oficiais da igreja.

No entanto, isso não significa que a igreja está destinada a sofrer sob governos ruins. Se um oficial usar de modo incorreto o seu poder na igreja, Cristo designou um sistema de disciplina nas Escrituras. Os oficiais, exercendo esse sistema bíblico de disciplina, almejam o arrependimento e a recuperação do oficial ofensor. Se esse oficial persistir no seu mau uso do poder, a igreja, agindo por meio dos seus oficiais, pode suspendê-lo do ofício ou até mesmo removê-lo do ofício totalmente. A Escritura não prevê não oficiais tomando a atitude de resolver essas questões pelas suas próprias mãos. Isso faz parte do que significa viver sob o governo que Cristo deu à sua igreja.

É importante ressaltar que o poder exercido pelos oficiais da igreja não é conferido a eles "pessoalmente, mas como homens representantes".[105] Em outras palavras, Cristo não cede seu poder para a igreja. Os homens que exercem poder na igreja não o fazem com a autoridade de sua própria pessoa ou caráter. Eles fazem isso como representantes de Jesus, que tem todo esse poder na sua própria pessoa. Os oficiais da igreja não são lei para si mesmos. Eles são homens que servem sob os padrões que Cristo deu à sua igreja na Escritura.

O modo do poder da igreja

Vimos que Jesus Cristo, Cabeça e Rei da sua igreja, é a única fonte de poder na igreja. Também vimos que Jesus delega ou confere esse poder à igreja como um todo. Descrevemos essa delegação de duas maneiras. O poder reside no corpo como um todo. O exercício que o povo faz desse poder se estende somente à escolha dos oficiais para servir ao corpo. Argumentamos que esse direito é bíblico e inviolável. No entanto, todo o exercício restante desse poder está reservado exclusivamente aos oficiais da igreja. A autoridade exercida pelos oficiais da igreja é uma autoridade representativa. Eles agem como representantes de Cristo. Por um lado, os oficiais da igreja não prestam contas ao povo, mas a Cristo. Por outro lado, suas ações têm peso e autoridade somente até o ponto em que se conformam ao ensino da Escritura.

Agora estamos prontos para considerar outra pergunta. De que maneira o poder da igreja deve ser exercido? Podemos responder a essa pergunta de três maneiras.

Poder de ordem, poder de jurisdição

Primeira, o poder da igreja às vezes pode ser exercido por um oficial individualmente. Em outras vezes, o poder da igreja pode ser exercido somente pelos oficiais da igreja agindo conjuntamente. O *Book of church order* considera essa distinção.

> O poder eclesiástico, que é totalmente espiritual, é duplo. Os oficiais o exercem às vezes individualmente, como na pregação do evangelho, na administração dos sacramentos, na reprovação do errado, visitando o enfermo e confortando o aflito, que é o poder de ordem; e eles o exercem algumas vezes conjuntamente, nos tribunais da igreja, como forma de julgamento, que é o poder de jurisdição. [106]

Os oficiais da igreja podem exercer poder eclesiástico individualmente. O *BCO* descreve isso em termos do "poder de ordem". O poder de ordem fica evidente quando os oficiais da igreja pregam, administram o batismo ou a Ceia do Senhor, admoestam pecadores e assim por diante. Temos muitos exemplos no Novo Testamento de oficiais da igreja envolvidos individualmente ("separadamente") nessas atividades. Essas questões são um exercício de poder eclesiástico porque aquele que está envolvido nelas está agindo na sua competência como oficial da igreja. Ele não é um representante autônomo. Portanto, esse oficial está sujeito à supervisão e, se necessário, à correção pelos tribunais da igreja. [107]

Podemos falar do poder da igreja de outro modo. O "poder de jurisdição" é exercido legalmente quando os oficiais se reúnem no que são chamados

"tribunais eclesiásticos" e fazem "julgamento". Desenvolveremos esse ofício com mais detalhes no capítulo 5. Por ora, devemos observar que há certas questões que exigem uma pluralidade de oficiais. É por isso que, por exemplo, a Escritura nos mostra repetidamente que as igrejas eram governadas por vários presbíteros (At 20.28; Fp 1.1; 1Ts 5.12-13; Tt 1.5, 7; Hb 13.17; 1Pe 5.2).

Que tarefas pertencem a esse "poder de jurisdição"? É a execução do julgamento. Os presbíteros não fazem individualmente os julgamentos autoritativos que Cristo conclama a igreja a fazer. Eles o fazem em reuniões de presbíteros chamadas "tribunais". [108]

Temos um exemplo desse exercício de poder eclesiástico em Atos 15. Uma corrupção do evangelho estava sendo difundida na igreja (veja At 15.1). A disseminação desse falso ensino perturbou tanto a igreja que um concílio de presbíteros se reuniu para tratar da questão e resolvê-la. O concílio deliberou, considerando a questão à luz das palavras e obras de Deus. O concílio chegou a "pleno acordo" sobre a questão (At 15.25). O concílio concluiu seu trabalho escrevendo uma carta que autorizava ser distribuída às igrejas. Essa carta repudiava o falso ensino (veja At 15.24) e dava conselho positivo às igrejas a respeito da difusão desse erro (At 15.28-29).

Esse concílio da igreja se reuniu para julgar uma questão de interesse da igreja. O concílio fez julgamento sobre o assunto à luz das palavras e obras de Deus e então tornou esse julgamento conhecido à igreja. O efeito do julgamento, diz Atos, foi que as "igrejas eram fortalecidas na fé e, dia a dia, aumentavam em número" (At 16.5).

Ministerial e declarativo

Para entender melhor esse exercício particular de poder eclesiástico, precisamos nos voltar para as nossas duas outras respostas à pergunta: "De que maneira o poder da igreja deve ser exercido?" A primeira dessas duas outras respostas é que o poder da igreja é "ministerial e declarativo". Thomas Peck explica o significado dessa importante expressão.

> ["Ministerial e declarativo" significa] o poder de um ministro ou servo para declarar e executar a lei do Mestre, Cristo, como revelada na sua palavra, o livro-estatuto do seu reino, as Escrituras contidas no Antigo e no Novo Testamento. Nenhum oficial ou concílio da igreja tem qualquer poder legislativo. "Só Cristo é Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela" (CFW 20.2). Escravidão somente a Cristo é a única e verdadeira liberdade da alma humana. [109]

Nenhum oficial da igreja e nenhum concílio da igreja têm qualquer direito de criar e impor legislação sobre a igreja. Por definição, os oficiais da igreja são autorizados somente a impor a palavra de Deus. Fazer de modo diferente disso é violar a liberdade cristã.

Essa é uma razão pela qual as reuniões de presbíteros que exercem o poder de jurisdição são chamadas "tribunais". Elas não são órgãos legislativos. Em vez disso, elas são corpos que são chamados para declarar a mente de Cristo em relação às questões que estão corretamente diante deles. Nesse sentido, os tribunais da igreja não são diferentes dos tribunais na esfera do governo civil. O que Alexander Hamilton escreveu no Federalist 78 a respeito do judiciário norte-americano aplica-se com precisão à tarefa que a Escritura designou aos tribunais da igreja.

> Os tribunais devem declarar o sentido da lei; e se eles estiverem dispostos a exercer VONTADE em vez de JULGAMENTO, a consequência seria igualmente a substituição do corpo legislativo pelo seu prazer. [110]

Então, os tribunais da igreja violam seu próprio propósito quando vão além dos limites estabelecidos para eles pela Escritura. Como Peck observa:

> A Bíblia é um estatuto – uma constituição definitiva – e o que não é concedido é, por conseguinte, proibido [...] portanto, toda função da igreja está confinada à interpretação da *palavra* e obediência à ela. Todos os acréscimos à palavra, se não *explicitamente* proibidos, são proibidos pelo menos *implicitamente* no mandamento geral de que *nada seja acrescentado*. [111]

Que "todo poder da igreja, exercido pelo corpo em geral, ou por representação, é apenas ministerial e declarativo" é uma questão de tremenda importância prática. [112] A igreja não está autorizada a tratar de questões que Cristo não a autorizou na Palavra de Deus a tratar. Por exemplo, a igreja não tem autoridade para apoiar um determinado candidato a um cargo público do governo civil. Em vez disso, ela declara os princípios do governo civil estabelecidos em passagens como Romanos 13.1-7 e 1Pedro 2.13-17. A igreja não pode apoiar um projeto de lei específico que aguarda solução diante de um órgão legislativo civil, por exemplo, um projeto de lei referente ao aborto. Em vez disso, a igreja deve declarar que o aborto é uma violação do sexto mandamento de Deus, e fazer isso sem referência a apoiar esse ou qualquer outro componente de legislação.

A Confissão de fé de Westminster afirma esse princípio.

> Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazer isso. (CFW 31.4)

Aí a Confissão afirma que os concílios da igreja devem lidar com as questões exclusivamente "eclesiásticas". Isto é, eles são chamados para declarar a vontade de Deus como está registrada nas Escrituras. É feita provisão para tratar de "questões civis" apenas em duas situações – "humilde petição em casos extraordinários" e quando o magistrado civil precisar que a igreja dê conselho a respeito de uma questão. Mesmo nessas questões, os concílios da igreja cuidariam de se limitar a declarar a vontade de Deus referente ao assunto em questão, por exemplo, "aborto é uma violação da lei de Deus". [113]

A razão para essas limitações estabelecidas para os concílios da igreja tem, pelo menos, dois aspectos. Primeiro, a igreja deve exercer seu poder somente dentro dos limites designados para ela por Cristo. Ela não está autorizada a falar sobre questões que estão fora do que Deus declarou na sua Palavra, nem recebeu uma promessa de ter competência para isso. Infelizmente, muitas igrejas norte-americanas do século 21 afastaram-se desse princípio. Muitas igrejas votam rotineiramente para apoiar ou opor-se a emendas na legislação que aguardam solução no Congresso ou diretrizes da atual administração presidencial. Por mais bem-intencionadas que sejam as motivações por trás dessas ações, a Escritura declara essas ações como infidelidade a Cristo. É infiel porque a igreja ultrapassou os limites prescritos para ela por Cristo na sua Palavra.

A segunda razão para essas limitações é a liberdade cristã, como Peck observa. Cristo libertou seu povo "das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela" (CFW 20.2). Quando os concílios da igreja ultrapassam os limites que Cristo prescreveu para eles na sua Palavra, eles arriscam comprometer a consciência de cristãos individuais.

Suponha, por alguma razão, que um concílio da igreja aprove uma resolução que incentive os cristãos a apoiarem um projeto de lei pendente no Congresso dos Estados Unidos. Digamos que esse projeto de lei, se aprovado para ser uma lei, restrinja o aborto. À primeira vista, parece recomendável que a igreja aja dessa maneira. Afinal de contas, não devemos nós, como igreja, de modo coletivo e ativo apoiar tais esforços?

No entanto, coloque-se na posição de um congressista cristão. Ele acredita que o aborto é uma violação do sexto mandamento e, assim, apoia tornar o aborto ilegal. Isso não significa necessariamente que ele apoie esse projeto de lei específico. Talvez ele se oponha a esse projeto de lei porque acredite que suas provisões significariam uma violação à Constituição dos Estados Unidos. Ou, talvez, ele se oponha a esse projeto em bases fiscais. Ou, talvez, ele se oponha a

esse projeto de lei porque acredite que, apesar das suas intenções declaradas, o projeto de fato não restringirá o aborto.

Esse concílio da igreja, ao ultrapassar seus limites e fazer um pronunciamento relativo a uma questão fora da sua esfera de competência, restringe a consciência desse cristão. Cristo chamou e dotou esse congressista cristão para analisar, debater e votar projetos de lei que surgem na legislatura da qual ele é membro. Ele não chamou e dotou desse modo os presbíteros da igreja. Ao ultrapassar seus limites bíblicos, esse concílio da igreja se inseriu entre Cristo e a consciência desse cristão. Esse cristão não é ajudado, mas prejudicado nos seus esforços de servir a Cristo como legislador.

Nossa afirmação de que os concílios da igreja estão limitados a declarar somente a vontade de Cristo com base nas Escrituras é bíblica. Em todo o Novo Testamento os concílios e oficiais da igreja abstêm-se firmemente de tratar das questões políticas imediatas. Nunca vemos a igreja esboçando resoluções para o senado romano ou para César Augusto. Nunca vemos a igreja censurando a escravidão, a desigualdade econômica, as ações militares imperiais, a política de imigração e uma multidão de outras preocupações sociais e políticas. O que Atos e as epístolas nos mostram é a igreja proclamando e mencionando nos seus concílios Cristo e ele crucificado e ressuscitado de entre os mortos (veja 1Co 2.2 com 1.10-31; 1Co 15.1-4).

Os apóstolos deixam claro que cada cristão está obrigado a cumprir a lei de Deus e, desse modo, estimulam os cristãos a certos deveres. Esses deveres devem ser seguidos em todas as suas vocações – sua família, sua vizinhança, seu local de trabalho e na esfera civil. Além disso, os apóstolos ensinam que Deus considera que todos os seres humanos devem prestar contas pelo mesmo padrão pelo qual os cristãos são responsáveis: a lei de Deus. Tudo isso significa que a vida do cristão individual tem uma face pública e uma dimensão pública. Não estamos incentivando o cristão a retirar-se da sociedade ou do envolvimento social. Estamos dizendo que Cristo, pelas razões que esboçamos acima, limitou os concílios da igreja a declararem a vontade de Cristo como revelada nas Escrituras.

Doutrina, ordem e disciplina

Ainda temos que tratar de uma terceira e crucial questão em resposta à nossa pergunta: "De que maneira o poder da igreja deve ser exercido?" Dissemos que todo o poder da igreja é apenas ministerial e declarativo e que os concílios da

igreja são incumbidos de declarar a palavra de Deus. Podemos dizer mais a respeito dos detalhes dessa tarefa?

Aqui, uma distinção tripla nos ajuda a entender essa responsabilidade. Essa distinção tripla relaciona-se com o que denominamos "poder de jurisdição", ou a autoridade que os concílios da igreja, ou conselho de presbíteros, exercem. Essa distinção tripla é expressa no *Book of church order* da PCA como "doutrina", "ordem" e "disciplina". [114] Com respeito ao poder de jurisdição, então, o poder da igreja se expressa por três e apenas três canais: doutrina, ordem e disciplina. Consideremos cada um por sua vez.

"Doutrina" diz respeito à autoridade da igreja no ensino da doutrina ou na promulgação da mesma. Aqui, o *Book of church order* afirma que "[os concílios da igreja] não podem fazer leis que constranjam a consciência; mas podem estruturar símbolos de fé, dar testemunho contra erros na doutrina e imoralidade na prática, dentro ou fora da igreja, e decidir sobre casos de consciência". [115] Em outras palavras, os presbíteros da igreja, reunidos em concílios da igreja, não podem fazer uma lei "que constranja a consciência" (veja CFW 20.2).

Como argumentamos acima, eles são autorizados apenas a declarar a vontade de Deus revelada nas Escrituras. Positivamente, os concílios da igreja são autorizados a "estruturar símbolos de fé", isto é, esboçar confissões de fé, "dar testemunho contra erros" e "decidir casos de consciência".

Então, a declaração da igreja a respeito da vontade de Deus envolve pelo menos duas coisas. Primeira, a igreja é autorizada a declarar o que ela entende que as Escrituras ensinam. Muitos órgãos reformados e presbiterianos têm feito isso adotando os Padrões de Westminster como sua confissão de fé. Encontramos precedentes no Novo Testamento para estruturar declarações confessionais em passagens como Filipenses 2.5-11 e 1Timóteo 3.16. [116]

Em segundo lugar, a igreja é chamada a aplicar a Palavra de Deus a circunstâncias específicas e concretas. Os concílios da igreja devem "dar testemunho contra o erro" e "decidir casos de consciência", isto é, questões em que uma das partes pode ter alguma incerteza quanto a como a palavra de Deus se aplica a uma circunstância ou situação em particular. Vimos evidência de um concílio da igreja exercendo esse tipo de autoridade legitimamente no Concílio de Jerusalém de Atos 15.

O segundo aspecto do poder de jurisdição da igreja, "ordem", envolve a organização de certos detalhes relativos ao "governo, disciplina, culto e extensão da igreja". Essas "regras" que os concílios da igreja estabelecem devem "estar de acordo com as doutrinas relacionadas contidas na Escritura, de tal modo que

apenas os detalhes circunstanciais dessas questões sejam deixados para a prudência e sabedoria cristãs dos oficiais e concílios da igreja". [117]

Vemos evidência do exercício desse aspecto de poder da igreja quando as igrejas adotam uma forma de governo, regras de disciplina, um diretório de culto ou um padrão de procedimento parlamentar, como *Robert's rules of order, newly revised*. Essse não é apenas um exercício legítimo de autoridade eclesiástica. É também um exercício necessário da autoridade da igreja.

Como vimos no capítulo 2, a Escritura autoriza a igreja a agir exatamente desse modo. Quando Paulo aconselha a igreja em Corinto com relação à adoração pública, ele diz: "Seja tudo feito para edificação" (1Co 14.26) e "tudo, porém, seja feito com decência e ordem" (1Co 14.40). Em outras palavras, há uma multidão de detalhes referentes ao culto público e ao governo da igreja que a Escritura não prescreveu. Esses são detalhes que a Confissão de fé de Westminster reconhece que são "comuns às ações e sociedades humanas". Esses detalhes são deixados para os concílios da igreja organizarem. Eles devem fazê-lo "pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas". [118]

Observe que esse poder de ordenar é um poder conjunto. Se os presbíteros, individual ou separadamente, exercessem esse poder, o caos se instauraria na igreja. Para preservar a boa ordem no culto e no governo da igreja, são os presbíteros atuando somente nos concílios da igreja que devem exercer esse poder. Além disso, observe que esse poder não é legislativo. A igreja não tem autoridade para criar e aprovar leis. A igreja tem o poder de ordenar ou organizar a vida da igreja sob a lei de Cristo. [119]

O terceiro e último aspecto de poder da igreja a considerar aqui é o poder de disciplina. O poder de disciplina é o "direito" dos concílios da igreja de exigirem "obediência às leis de Cristo". Esse poder inclui a admissão de pessoas como membros da igreja, inclusive aos sacramentos da igreja; ao ofício na igreja; e a exclusão do "desobediente e desregrado" do ofício ou dos "privilégios sacramentais". A igreja é autorizada até mesmo, por meio dos seus concílios, a "excluir o contumaz e impenitente da congregação dos crentes". A igreja também tem a "autoridade administrativa" de que precisa para exercer esses poderes. [120]

É esse poder que enfrenta resistência especial no presente. Muitos entendem que a igreja é uma mera sociedade voluntária. Uma pessoa entra por escolha e pode sair por escolha, por qualquer razão. Qualquer esforço por parte da igreja

de administrar disciplina, até mesmo para tirar uma pessoa do rol de membros da igreja, pode ser considerado tirânico e autoritário.

De fato, a igreja é uma sociedade voluntária no seguinte sentido. As pessoas não entram para a igreja por compulsão externa. Elas entram quando declaram de maneira pública e voluntária fé em Cristo e obediência a ele, e parte dessa obediência é união e compromisso com a igreja de Cristo. [121]

Contudo, a igreja não é uma *mera* sociedade voluntária. Ser um membro dela, como diz anúncio, tem seus privilégios, mas também tem responsabilidades. Uma dessas responsabilidades, como as promessas feitas pelos membros da PCA colocam, é "submeter [se] ao governo e à disciplina da igreja e [...] observar sua pureza e paz".

Existem bons tratamentos da prática da disciplina da igreja. [122] Por ora, observemos simplesmente que a disciplina da igreja é uma parte biblicamente necessária do chamado da igreja e que Cristo confiou aos concílios da igreja a disciplina de todos os seus membros.

Jesus trata da disciplina da igreja na comunidade da nova aliança em Mateus 18.15-20. Ele começa com um "irmão" que "pecou contra ti". Em outras palavras, aconteceu uma ofensa particular. Jesus diz que a sua responsabilidade é "argui-lo entre ti e ele só. Se ele te ouvir, ganhaste a teu irmão" (18.15). A disciplina começa com a admoestação e exortação dia a dia e cristão a cristão que nosso Senhor espera que faça parte da vida contínua da igreja. Se, com essa repreensão, nosso irmão se arrepender, então a disciplina executou sua obra – "ganhaste teu irmão".

Supondo que ele se recuse a ouvi-lo, isto é, a arrepender-se, o que fazer? Nesse caso, Jesus diz: "Toma ainda contigo uma ou duas pessoas" para que "pelo depoimento de duas ou três testemunhas, toda palavra se estabeleça" (18.16). Aí Jesus faz referência a Deuteronômio 19.15. Essa referência evoca o processo formal, legal, de exame que Deus havia instituído no Israel antigo. Jesus está dizendo que algo semelhante ao processo de exame de Deuteronômio 19 continuará a acontecer na vida do povo de Deus. [123]

Se esse irmão recusar-se a dar ouvidos até mesmo a essas testemunhas, então o processo de disciplina deve avançar para o seu último estágio: "Dize-o à igreja" (18.17). Então, o fato tornou-se uma "questão pública da igreja". [124] Se ele recusa-se a dar ouvidos até mesmo à igreja, então "considera-o como gentio e publicano", isto é, como alguém que está fora da comunhão do povo de Deus (18.17). Jesus prossegue dizendo que quando a igreja age em seu "nome", isto é,

de modo consoante com a vontade de Deus revelada nas Escrituras, essa decisão da igreja deve ser considerada como a própria decisão do céu (18.18-20). [125]

Quando Jesus diz que a "igreja" está ativamente envolvida no processo formal de disciplina, ele não quer dizer que toda a congregação é chamada a avaliar essa pessoa e a julgá-la. [126] Sabemos disso por causa da obra que ele atribui particularmente ao ofício de presbítero. Em 1Tessalonisensses 5.12, vemos que os presbíteros não apenas "vos presidem no Senhor", mas também "vos admoestam". Em outras palavras, eles têm uma responsabilidade particular, como presbíteros, de admoestar o rebanho. Como Hebreus 13.17 nos diz, os presbíteros são chamados para "velar" pelas "almas" da igreja. Eles terão de "prestar contas" a Cristo pelo trabalho deles nessa área. Além disso, o Novo Testamento chama os presbíteros de "pastores" (1Pe 5.2) e "despenseiros" (At 20.28; Tt 1.7). Esses títulos nos dizem que a esse ofício é confiada a supervisão espiritual da igreja. Assim como, no antigo Israel, somente poucos eram chamados para o trabalho da disciplina (veja Dt 19.15-20), do mesmo modo também no novo Israel os presbíteros são chamados para assumir o trabalho da disciplina. Quando eles o fazem, a "igreja" está aplicando corretamente a tarefa da disciplina.

A tarefa da disciplina é o que denominamos um exercício do poder "conjunto" que pertence ao presbiterado. Em outras palavras, os presbíteros não podem administrar disciplina individualmente. Trata-se de uma tarefa que pertence aos presbíteros reunidos em concílios da igreja. É isso o que certamente está em vista em Mateus 18.15-20. Jesus não tem em vista um homem sozinho investigando, dando a sentença e fazendo cumprir esse julgamento. Como ele indica no versículo 19 ("se dois dentre vós, sobre a terra, concordarem") e no versículo 20 ("onde estiverem dois ou três"), a disciplina não é conduzida corretamente por um único indivíduo, mas por um grupo de pessoas.

Essa observação nos ajuda entender por que o Novo Testamento refere-se com tanta frequência a uma pluralidade de presbíteros, isto é, presbíteros juntos assumindo seus chamados para pastorear e supervisionar o rebanho juntos nos concílios da igreja (veja At 20.28; 1Ts 5.13; Tt 1.5, 7; Hb 13.17; 1Pe 5.1-2). O padrão apostólico é que os presbíteros juntos assumam e desempenhem a tarefa de disciplina na igreja. A Bíblia nunca teve o intuito de que esse peso caísse sobre os ombros de um único homem. [127]

Em resumo, esse entendimento triplo do âmbito do poder de jurisdição (doutrina, ordem e disciplina) é indissociável da natureza do poder da igreja como ministerial e declarativo. Os oficiais da igreja são autorizados ou

habilitados a declarar e fazer cumprir a palavra de Deus. Ultrapassar os limites das Escrituras é trair o ofício de presbítero. Quando a igreja elabora e adota confissões, dá testemunho contra o erro ou resolve casos de consciência, ela está cumprindo seu chamado de tornar conhecido todo o conselho de Deus. Quando a igreja ordena questões circunstanciais no governo da igreja e no culto público, ela está cumprindo uma responsabilidade biblicamente ordenada e biblicamente guiada. Quando a igreja assume a tarefa difícil, mas necessária, de disciplinar seus membros, ela está agindo de acordo com a palavra de Deus para lidar com um membro da igreja que se recusa a se arrepender de uma crença ou prática que é contrária à palavra de Deus.

Ao refletir sobre o caráter exclusivamente espiritual da autoridade da igreja, é útil fazer uma pausa e refletir sobre por que Jesus ordenou que fosse assim. Stuart Robinson oferece uma admirável meditação sobre esse tema.

> E como esse poder é assim limitado no modo do seu exercício, ele também é limitado quanto ao seu fim, que é totalmente espiritual. Em total acordo com a ideia de um reino não deste mundo e do poder de homens nele como totalmente espiritual é o fim para o qual ele é exercido. Ele é espiritual: é para ganhar nosso irmão. É que o espírito daquele contra quem esse poder é exercido seja salvo no dia do Senhor Jesus. É para a edificação do seu povo e para as questões do Senhor; para a paz e harmonia da igreja, para a extensão da igreja e para a glória de Jeová. [128]

Outro modo que nos ajuda a entender o poder da igreja é contrastá-lo com o poder que o governo civil exerce.

Os limites do poder da igreja

Num capítulo anterior, argumentamos que o governo da igreja é distinto do governo civil. Começamos este capítulo refletindo sobre as palavras de Jesus aos seus discípulos em Lucas 22. Ali ele informou aos seus discípulos que o poder exercido pelo governo da igreja e o governo civil podem diferir visivelmente. Para terminar este capítulo, vamos refletir sistematicamente sobre como o poder da igreja difere do poder civil.

Antes de explorar suas diferenças, devemos observar que eles não são totalmente diferentes. Como Robinson observa, "ambos são poderes de autoridade divina, ambos interessados na raça humana e ambos foram instituídos para a glória de Deus como finalidade". À parte dessas semelhanças, porém, "eles não têm nada em comum". [129]

Com essas semelhanças em mente, observemos algumas das diferenças entre a autoridade civil e a eclesiástica, com Robinson como nosso guia. Primeiro, "o

poder civil deriva sua autoridade de Deus como o Autor da natureza, enquanto o poder eclesiástico vem apenas de Jesus como Mediador". [130] Assim, tanto o poder civil quanto o eclesiástico provêm de Deus. Contudo, eles vêm de Deus em aspectos diferentes. O poder civil vem de Deus como Criador da humanidade. O poder eclesiástico vem de Jesus como Mediador do seu povo. Essa diferença em poder é relacionada com a diferença no caráter da igreja e do estado.

> O estado é ordenado para o homem como homem, a igreja, para o homem como pecador, sob a dispensação da restauração e salvação. O estado é para toda a raça humana, a igreja consiste daquela porção da raça humana que é realmente, ou por profissão crível, o corpo mediador de Cristo. O estado é um governo de justiça natural; a igreja, um governo de graça. [131]

Em vista dessas diferenças, então, não nos surpreendemos em descobrir que há diferenças entre o poder ou autoridade civil e o eclesiástico.

Uma segunda diferença entre o poder na igreja e no estado diz respeito à regra ou padrão de autoridade em cada um.

A regra para orientação do poder civil em sua existência é a luz da natureza e da razão, lei que o autor da natureza revela por meio da razão do homem; mas a regra para a orientação do poder eclesiástico em seu exercício é aquela luz que [...] Jesus Cristo revelou na sua Palavra. É um governo sob leis estatutárias já promulgadas pelo rei. [132]

Então, Deus concedeu ao estado um poder legislativo legítimo. A igreja não tem poder legislativo. Isso porque Jesus é o legislador dela. Como vimos, seu poder é ministerial e declarativo. Além disso, o padrão da igreja é a Bíblia. Como ordenança da criação, o estado não é governado pela Bíblia. Mas o estado não está desprovido de um padrão que está acima dele e ao qual deve prestar contas. Esse padrão é "a lei que o autor da natureza revela por meio da razão do homem", ou a lei natural. [133] Essa lei é acessível a todo homem e mulher pelo uso da mente, particularmente ao refletir sobre o testemunho da consciência (veja Rm 2.14-15). É a esse objetivo e padrão imutáveis que todo governo civil deve se conformar.

Uma terceira diferença é que a "esfera de ação e o objetivo do poder civil estão corretamente limitados a coisas vistas e temporais; o âmbito e o objetivo do poder eclesiástico são coisas invisíveis e espirituais". [134] Como uma sociedade essencialmente espiritual, a igreja deve assumir somente o trabalho que a palavra de Deus a autorizou a fazer. Como o *Book of church order* da PCA explica, "as únicas funções da igreja, como reino e governo distinto da comunidade civil, são proclamar, administrar e fazer cumprir a lei de Cristo revelada nas Escrituras". [

[135] Refletimos acima sobre essa importante distinção. A igreja nunca deve ultrapassar os limites que Cristo estabeleceu para ela na Palavra de Deus.

Uma quarta diferença é refletida nos respectivos símbolos do estado e da igreja, a espada e as chaves, respectivamente.

> O governo [civil] é um governo de força, um terror para os malfeitores; mas [...] o governo [da igreja é] somente ministerial e as funções dos seus oficiais, abrir, fechar e cuidar de uma casa já completa quanto à sua estrutura externamente e internamente organizada e abastecida. [136]

Em Romanos 13, o apóstolo Paulo descreve o magistrado civil precisamente nesses termos. O estado, que tem sua autoridade proveniente de Deus (Rm 13.1), não é "temor quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal" (Rm 13.3). É por isso que, como "ministro de Deus" que "traz a espada", o governante civil é "vingador, para castigar o que pratica o mal" (Rm 13.4). Então, a autoridade do estado é punitiva. Por designação divina, o magistrado civil pune os malfeitores. O estado aplica justiça àqueles que fazem o mal.

O poder da igreja é diferente. O poder da igreja diz respeito somente àqueles que estão dentro dos seus limites (veja 1Co 5.12-13). Além disso, seu poder não é punitivo. Deus não chama oficiais da igreja para punir ofensores, seja com ou sem força temporal. Algumas das palavras mais severas de Paulo estão em 2Coríntios 10-13. No entanto, ele deixa claro que não está escrevendo dessa maneira para punir a igreja de Corinto. Ele lhes diz que está escrevendo para "aperfeiçoamento" deles. Ele comenta ainda que o Senhor deu a ele "autoridade [...] para edificação e não para destruir" (2Co 13.10).

Portanto, a disciplina na igreja, seja considerada no nível da admoestação particular ou no nível da excomunhão, não é punitiva por natureza. A disciplina tem o objetivo de glorificar a Deus, promover a pureza e o bem-estar da igreja e guardar e restaurar pecadores desobedientes.[137] Como Peck observa, a disciplina da igreja assume um caráter inteiramente diferente da justiça administrada pelo estado. Não é "a punição de um juiz vingador, declarando a majestade inflexível da lei, mas a disciplina de uma mãe carinhosa, cujo interior se enternece pelo filho teimoso, e que não inflige dor, exceto pela mudança e salvação do filho". [138]

Conclusão

Vimos neste capítulo que a igreja não somente tem um governo independente dos governos deste mundo, mas também que, em aspectos fundamentais, o

poder exercido pelos oficiais da igreja difere do poder exercido pelo magistrado civil. Ambos os modos de poder são apropriados em suas próprias esferas. Há risco iminente quando são confundidos ou misturados.

Lembre-se de que a identidade da igreja é essencial para manter essa distinção na prática. A igreja é uma sociedade essencialmente espiritual. Ela é composta de homens e mulheres e seus filhos, os quais Deus chamou do mundo para si mesmo. Esses homens e mulheres professaram sua aliança com Cristo como seu Salvador e Senhor. Em alegre submissão a ele, eles se uniram de maneira formal e voluntária ao seu povo, a igreja. Para a reunião e aperfeiçoamento dos santos, eles não buscam os meios ou métodos do mundo. Eles buscam a Palavra, confiando no poder do Espírito, para desempenhar fielmente a tarefa que Jesus lhe deu. Quanto mais firmemente a igreja mantém esse senso de identidade, mais fielmente ela consegue desempenhar sua missão.

E agora, que já consideramos o governo e poder da igreja, temos mais dois conjuntos de perguntas. Primeiro, de acordo com a Escritura, quais são os oficiais da igreja? Quais são suas responsabilidades biblicamente designadas? Segundo, quais são os concílios da igreja? Como eles estão relacionados entre si? Abordaremos essas perguntas nos próximos dois capítulos.

4 OS OFÍCIOS DA IGREJA

A maioria de nós tem experiência com "ofício" eleito. Talvez um membro de sua família tenha concorrido a um cargo público. Talvez você tenha servido num diretório estudantil quando estava na faculdade. Muitos de nós vamos para as eleições pelo menos uma vez por ano para votar em candidatos que querem nos representar nos governos municipal, estadual ou nacional.

Não deveria ser surpresa saber que o governo bíblico da igreja também tem cargos e oficiais. O que é um "ofício"? Quantos ofícios existem na igreja? O que os oficiais da igreja fazem? Quais são as qualificações para os cargos da igreja? Como uma pessoa se torna oficial da igreja? A Escritura permite que mulheres sirvam nos ofícios da igreja? Por que sim ou por que não? Neste capítulo, traremos dessas dúvidas com base nas Escrituras, procurando respostas bíblicas.

O que é ofício?

"Ofício" é algo que podemos reconhecer facilmente, mas podemos ter dificuldades em definir. Isso é verdadeiro até mesmo na igreja. Parte da nossa dificuldade vem do fato de que o Novo Testamento não tem um "termo correspondente à nossa palavra 'ofício'".[139] Precisamos proceder de modo diferente.

Uma passagem fundamental para o entendimento do ofício na igreja é Efésios 4.7-14.

> E a graça foi concedida a cada um de nós segundo a proporção do dom de Cristo. Por isso, diz: Quando ele subiu às alturas, levou cativo o cativeiro e concedeu dons aos homens. Ora, que quer dizer subiu, senão que também havia descido até às regiões inferiores da terra? Aquele que desceu é também o mesmo que subiu acima de todos os céus, para encher todas as coisas. E ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo, para que não mais sejamos como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro.

Primeiramente, observe que Cristo é o doador dos dons. Especificamente, é o Cristo ascendido, que está assentado à mão direita do Pai e reina sobre todas as coisas pelo amor da igreja, que concede dons à sua igreja. Aí Paulo cita Salmos 68. no salmo 68, Davi representa Deus como um conquistador levando cativos no seu séquito. Paulo nos diz que esse salmo é sobre Jesus. Jesus é identificado com Yahweh, que conquistou seus inimigos. O resultado da vitória de Jesus sobre o pecado e a morte é o fato de ele conceder dons aos homens.[140] Para pensar biblicamente a respeito dos dons, precisamos primeiro considerar o Doador desses dons, Jesus.

No capítulo 2, observamos que Jesus "contém em si mesmo, pela sua eminência, todos os ofícios da igreja". É por essa razão que as Escrituras chamam Jesus de "Apóstolo" (Hb 3.1), "pastor" (Jo 10.11) e "Bispo" (1Pe 2.25).[141] Portanto, nunca podemos separar ofício e os dons para ofício do Senhor Jesus Cristo.

Em segundo lugar, observe que todos os cristãos se beneficiam desses dons. Em Efésios 4.7, Paulo diz que "a graça foi concedida a cada um de nós segundo a proporção do dom de Cristo". Nos versículos 13 e 14, Paulo enfatiza que cada cristão se beneficia dos dons de Cristo para a igreja. Quais são alguns desses benefícios? Paulo menciona a unidade da igreja, o conhecimento de Cristo, a maturidade, a constância espiritual e a proteção contra o engano e a dissimulação. Nenhum cristão tem todos os dons, mas todo cristão se beneficia de todos os dons.

Em terceiro lugar, observe no versículo 7 que Cristo reparte certos dons entre certos cristãos.[142] Na igreja, não há base para o ciúme com relação aos dons espirituais. Se Cristo me deu certo dom ou reteve certo dom de mim, então eu sei as três coisas seguintes: (1) Eu não mereço nenhum dom. Por definição, um dom é "concedido". Se não tenho um dom específico, não tenho razão para reclamar. Se tenho um dom específico, tenho toda razão para me humilhar e ser agradecido (veja Rm 12.3-6). (2) Cristo é Cabeça e Rei da sua igreja, não eu. Ele é aquele que decide que pessoas receberão determinados dons. (3) Cristo assegurou-me que eu e meus companheiros cristãos que nos beneficiaremos dos dons espirituais do meu irmão.

Em quarto lugar, Paulo nos diz aí quais são alguns desses dons. Eles são "apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres" (v.11). Em outras palavras, esses dons são indivíduos específicos a quem Cristo concedeu dons e chamou para servir à igreja de modo específico. Cada um desses dons que Paulo menciona no versículo 11 tem algo a ver com a Palavra de Deus. Cristo propõe

esses dons à igreja, para que a Palavra de Deus seja ministrada a todo o corpo. Nós já vimos que o propósito da concessão desses dons é edificar o corpo em maturidade e constância.

De fato, Paulo trata dos dons em outros lugares (Rm 12.3-8; 1Co 12.1-31). Porém, nem todo dom acarreta o que estamos chamando de "ofício eclesiástico". [143] Como podemos diferenciar quais dons estão vinculados a ofícios e quais não estão? Um modo de fazer isso é comparando as listas de dons bíblicos com o padrão do exercício desses dons no Novo Testamento. Quando consideramos o Novo Testamento, vemos que certos dons deviam ser exercidos simplesmente dentro da igreja, sem reconhecimento eclesiástico formal. Contudo, outros dons significavam que a igreja devia reconhecer e separar aquele que possuía esses dons. [144] Mais à frente, daremos mais atenção a esse reconhecimento na nossa discussão a respeito da ordenação.

No Novo Testamento não há sugestão de que uma pessoa tenha uma posição espiritual mais alta ou mais baixa por ter ou deixar de ter certos dons para o ofício eclesiástico. A ideia de que os oficiais da igreja são uma casta de pessoas separadas da igreja, numa posição acima dela ou que tem um acesso mais próximo a Cristo devido ao seu ofício, é estranha às Escrituras. Os oficiais da igreja continuam fazendo parte da igreja e são "um em Cristo Jesus" com seus companheiros cristãos (Gl 3.28).

Ao mesmo tempo, o Novo Testamento conclama a igreja a honrar os seus oficiais. Em parte, essa responsabilidade é devida ao fato de o oficial da igreja ter autoridade para exercer seu cargo. Os cristãos recebem a admoestação: "[...] e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam" (1Ts 5.13). Algumas vezes o oficial não alcançará os elevados padrões do seu chamado como oficial. Mesmo assim, por causa da honra de Cristo, que concede o dom, e por causa da autoridade que Cristo assegura à pessoa que recebe o dom em conexão com seu ofício, essa pessoa e esse ofício deve ser tratados com respeito. [145]

Ofício – extraordinário e ordinário

A igreja do século 21 tem todos os ofícios mencionados no Novo Testamento? Se um ofício é mencionado no Novo Testamento, isso significa que *devemos* ter esse ofício na igreja hoje? Para entender o ensino do Novo Testamento a respeito do ofício, é necessário entender a distinção entre *cargo ordinário* (ou *comum*) e *cargo extraordinário* é crucial. Em outras palavras, Deus tinha em mente que

certos ofícios bíblicos fossem permanentes e que outros ofícios bíblicos fossem temporários. Os ofícios permanentes são chamados *ordinários* (*comuns*). Os ofícios temporários são chamados *extraordinários.* Iremos nos concentrar neste segundo tipo de ofício em primeiro lugar.

Ofício extraordinário

O Novo Testamento identifica dois ofícios que são extraordinários, ou temporários: o de apóstolo e o de profeta. Esses ofícios cumpriram, tempos atrás, o propósito para o qual Jesus os criou. Por essa razão, esses ofícios não permanecem na igreja de Jesus Cristo.

O *Book of church order* coloca essa questão deste modo:

> No Novo Testamento, nosso Senhor primeiramente ajuntou seu povo de diferentes nações e os uniu à família da fé pelo ministério de oficiais extraordinários que receberam dons extraordinários do Espírito e que eram agentes por meio dos quais Deus completou sua revelação à sua igreja. Esses oficiais e dons relacionados à nova revelação não têm sucessores, uma vez que Deus completou sua revelação na conclusão da Era apostólica. [146]

Os apóstolos e profetas eram oficiais aos quais Cristo havia concedido dons de revelação. Como vimos no capítulo 2, Jesus intencionou que os apóstolos e profetas servissem como um fundamento definitivo sobre o qual a igreja, em eras sucessivas, seria edificada (veja Ef 2.20). Nós observamos que esse fundamento são as Escrituras do Novo Testamento. Juntamente com as Escrituras do Antigo Testamento, elas são a base da fé e vida da igreja.

Essa conclusão das Escrituras significava que "a obra dos apóstolos havia terminado e seus dons peculiares não eram mais necessários". [147] O mesmo pode ser dito quanto aos profetas, cujos dons também eram de revelação e, portanto, cessaram quando o cânon da Escritura foi completado. [148] O fim desses dois ofícios é confirmado pela ausência de qualquer provisão no Novo Testamento para a sua sucessão. Nenhum apóstolo no Novo Testamento nunca "ordena sucessores". [149] O mesmo pode ser dito quanto aos profetas no Novo Testamento. Como veremos mais à frente, o Novo Testamento nos mostra que o que chamaremos de oficiais "comuns" são aqueles que devem continuar a ser ordenados para o serviço na igreja.

Algumas vezes, na igreja contemporânea, vemos líderes que levam o título de "apóstolo" ou de "profeta". No entanto, o testemunho das Escrituras é que o ofício bíblico de apóstolo e o ofício bíblico de profeta cessaram. Isso significa que a igreja está em desvantagem? Não, Jesus fez provisão nas Escrituras para o que tem sido chamado de ofícios ordinários, ou comuns, da igreja. Ele concede dons

e chama homens para esses ofícios e continuará a fazer isso até que retorne em glória.

Ofício ordinário (comum)

Quais, então, são os ofícios ordinários (comuns) da igreja? MacPherson fornece uma definição útil: "Os ofícios ordinários são aqueles cujas funções não pressupõem quaisquer circunstâncias especiais ou peculiares na vida da igreja, mas são tão indispensáveis nas eras posteriores quanto o eram nos primeiros tempos". [150] De acordo com o Novo Testamento, quais são esses ofícios?

1. *Dois ou três ofícios?*

É sobre essa pergunta que os presbiterianos não têm concordado completamente. Alguns presbiterianos têm defendido que as Escrituras reconhecem dois ofícios ordinários: o de presbítero e o de diácono. Esse é o entendimento de ofício refletido no *Book of church order*, da PCA, e que tem representação histórica particularmente forte na Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. [151] A "visão dos dois ofícios" argumenta ainda que, no âmbito do ofício de presbítero, há duas ordens, o presbítero docente e o presbítero regente. Tanto o presbítero docente quanto o presbítero regente, são presbíteros. Eles são distintos com respeito a certas funções, mas não com respeito ao ofício. [152]

Outros presbiterianos têm defendido que as Escrituras reconhecem três ofícios comuns: o de ministro, o de presbítero e o de diácono. Esse entendimento de ofício tem representação histórica particularmente forte na Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos e entre os evangélicos britânicos. [153] A "visão dos três ofícios" concorda com a visão de que o ofício de diácono é um ofício verdadeiro. Ele difere da visão dos dois ofícios ao dizer que o ministro (presbítero docente) e o presbítero regente são dois ofícios distintos, não duas ordens do mesmo ofício.

A literatura a respeito dessa questão é volumosa e o debate tem se tornado muitas vezes acalorado e polarizado. George Knight observa que o zelo por cada posição tem, às vezes, levado os partidos a extremos: alguns proponentes dos três ofícios têm defendido que os presbíteros regentes não têm qualquer responsabilidade de ensino, enquanto alguns proponentes dos dois ofícios têm argumentado que não há distinção funcional entre o presbítero docente e o presbítero regente. [154]

E, também, as implicações práticas de cada posição não são igualmente claras para todos. Robert S. Rayburn, um defensor dos três ofícios, considera certos

aspectos da forma de governo eclesiástico da PCA (cujo *Book of church order* observamos aceitar a visão dos dois ofícios) como sendo incompatíveis com a visão dos dois ofícios.[155] É provável que outros oficiais da PCA discordem dessa avaliação. A divergência ressalta o fato de que a adoção de uma teoria não leva, necessariamente, a resultados práticos definidos.

Para complicar ainda mais a questão, há o fato de que cada posição faz apelos plausíveis às Escrituras. Os partidários dos dois ofícios apelam para o fato de que as Escrituras usam somente dois títulos de ofícios eclesiásticos: presbítero e diácono. Os defensores dos três ofícios apelam para o fato de que a Escritura descreve o ofício eclesiástico em termos de três funções: ensino, governo e serviço.[156] O importante presbiteriano escocês William Cunningham, que estudou com muito interesse os debates do século 19 relacionados a essa questão, confessou: "Nunca consegui decidir completamente quanto às precisas bases sobre as quais o ofício e as funções do presbítero regente devem ser mantidos e defendidos".[157] À luz das diferenças históricas entre presbiterianos e dificuldades expressas por eles a respeito desse tema, humildade e bondade são particularmente relevantes.

O propósito deste livro não é entrar nesses debates detalhadamente. Concordo com a perspectiva dos dois ofícios refletida no *Book of church order*, da PCA. Iremos considerar mais à frente quais são algumas das diferenças funcionais entre as duas ordens de presbíteros: docente e regente. Por ora, qual é a base bíblica para defender a posição de que os presbíteros docente e regente são duas ordens do mesmo ofício de presbítero?

A passagem que representa essa distinção com mais clareza é 1Timóteo 5.17: "Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino". Paulo está dizendo a Timóteo que todos os presbíteros são chamados para governar. No entanto, alguns presbíteros são chamados para "se afadigar na palavra e no ensino".[158] Paulo não está dizendo que alguns presbíteros ensinam e outros não. Ele havia dito a Timóteo anteriormente que todos os presbíteros deviam ser "aptos para ensinar" (3.2). Então, qual é a distinção entre um grupo de presbíteros e o outro? Se não for governo e ensino, o que é? A distinção é que "entre os presbíteros, há aqueles dotados singularmente por Deus com o chamado para ensinar a Palavra e, como tais, merecem ser remunerados pelo seu ministério".[159] Há certa classe de presbítero (o "presbítero docente" ou ministro) que recebeu o dom e foi chamado para servir à igreja em tempo integral na obra de governar e ensinar e que é remunerado pelo seu labor

ministerial. Que esses presbíteros em particular devem receber honorários é evidente a partir do que Paulo diz no versículo seguinte: "Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o trigo. E ainda: O trabalhador é digno do seu salário" (5.18).

Lembre-se do padrão que observamos no capítulo 3: as congregações são governadas por vários presbíteros, os quais elas escolheram para servi-las. Esses presbíteros são chamados para pastorear ou governar a congregação. Parte da responsabilidade pastoral dos presbíteros, conjunta e individualmente, é ser "apegado à palavra fiel, que é segundo a doutrina, de modo que tenha poder tanto para exortar pelo reto ensino como para convencer os que o contradizem" (Tt 1.9). O que Paulo está nos dizendo em 1Timóteo 5.17 é que há certos presbíteros que governam e ensinam na medida em que forem pagos pelo seu serviço. Nas palavras do *Book of church order*, da PCA, "os presbíteros em conjunto têm o governo e a supervisão espiritual da igreja, incluindo o ensino. Somente aqueles presbíteros que são especialmente dotados, chamados e treinados por Deus para pregar, devem servir como presbíteros docentes". [160] Por essas razões, é preferível considerar o ministro como uma ordem do ofício de presbítero, em vez de um ofício distinto do ofício de presbítero.

2. *E quanto aos "bispos"?*

A esta altura, alguns leitores podem estar perguntando: "E quanto aos bispos?" Se você cresceu em determinadas denominações, pode ser que tenha tido oficiais da igreja chamados "bispos". Quando eu estava crescendo na Lutheran Church of America (LCA; mais tarde Evangelical Lutheran Church of America, ELCA), nossa congregação era servida por um pastor. Acima do pastor havia o bispo. O bispo tinha a responsabilidade pastoral sobre os pastores e as congregações da sua região. Mais ou menos uma vez por ano, o bispo visitava a igreja, pregava e se encontrava com a congregação.

Se você cresceu na igreja Metodista, Episcopal, Episcopal metodista africana, Luterana ou Católica Romana, então está familiarizado com bispos. A palavra "episcopal", na verdade, vem da palavra grega que é frequentemente traduzida por "bispo" ou "supervisor". Nessas denominações "hierárquicas", o ministro pastoreia a congregação, enquanto o bispo pastoreia os pastores. Em algumas igrejas, apenas o bispo tem o poder de ordenar pastores ao ministério.

Lembre-se da nossa discussão no capítulo 3. Lá, vimos que o poder de disciplina na igreja é "conjunto". Em outras palavras, a disciplina nunca é exercida por um presbítero agindo sozinho ("individualmente"). A disciplina é

exercida sempre por presbíteros agindo juntos ("conjuntamente"). Estamos certos em suspeitar de uma afirmação de que essa responsabilidade pastoral recai sobre uma única pessoa, o bispo.

Quando nos voltamos para o Novo Testamento, descobrimos que as Escrituras não estabelecem um ofício de "bispo" independentemente do ofício de "presbítero". Isso não quer dizer que o Novo Testamento não fale de "bispos" ou "supervisores" – ele fala. No entanto, quando o Novo Testamento fala de "supervisores", ele está descrevendo o presbítero. Em outras palavras, "supervisor" é um dos títulos bíblicos para o presbítero. Ele ajuda o presbítero entender que parte do seu chamado é supervisionar a congregação espiritualmente.

Onde vemos isso na Escritura? Observemos dois exemplos. Primeiro, considere o discurso de Paulo aos presbíteros de Éfeso em Atos 20. Lemos em Atos 20.17: "De Mileto, mandou [Paulo] a Éfeso chamar os *presbíteros* da igreja" (ênfase minha). Dirigindo-se a esse mesmo grupo de homens, ele diz em Atos 20.28: "Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu *bispos*, para pastoreardes a igreja de Deus" (ênfase minha). Então, as Escrituras descrevem o mesmo grupo de oficiais usando dois títulos – "presbítero" e "bispo". Assim, esses termos não indicam dois ofícios diferentes.

Em Tito 1, Paulo está dando a Tito conselho sobre assuntos referentes ao governo da igreja. Em Tito 1.5, ele lhe diz que o havia deixa em Creta para que "[...] em cada cidade, constituísses *presbíteros*, conforme te prescrevi" (ênfase minha). Em seguida, Paulo dá a Tito uma lista de qualificações para esse ofício. Ele diz no versículo 7: "Porque é indispensável que o *bispo* seja irrepreensível como despenseiro de Deus" (ênfase minha). Mais uma vez, "presbítero" e "bispo" são termos que descrevem o mesmo ofício.

Num livro recente sobre o tema do governo da igreja, um teólogo anglicano que defende a autoridade das Escrituras escreveu: "No início da era apostólica, como é bem conhecido, o bispo-presbítero parece ter sido a mesma pessoa". [161] Esse escritor prossegue para defender o ofício separado de bispo dentro da igreja com base nos desenvolvimentos na história da igreja depois da conclusão do Novo Testamento. Essa linha de defesa chama a atenção para uma pergunta que exploramos no capítulo 2: o governo da igreja é "por direito divino" (*jure divino*) ou "por direito humano" (*jure humano*)? Presbiterianos e anglicanos podem concordar que o Novo Testamento não ensina um ofício distinto de "bispo". Eles diferem nas implicações que tiram dessa observação. Os presbiterianos concluem do governo eclesiástico *jure divino* da Escritura que, em nenhum ponto da vida

da igreja, o ofício de "bispo" deve ser introduzido na igreja. Eles chegam a essa conclusão por causa da convicção que têm de que o governo da igreja é dado por Cristo nas Escrituras e que a igreja não tem autorização para acrescentar ou tirar algo desse governo.

3. *Presbítero docente, presbítero regente*

Vimos que os presbiterianos entendem que pelo menos um ofício continua na vida da igreja: o presbiterado. Eles concluem que esse ofício é perpétuo porque a Escritura enumera explicitamente as qualificações e os deveres do presbítero (1Tm 3; Tt 1) e o faz de tal maneira que ordena a vida da igreja até o retorno de Cristo. [162]

Também argumentamos que a visão dos dois ofícios representa melhor o entendimento do Novo Testamento do presbiterado. Uma pergunta permanece. Quais são as semelhanças entre as duas ordens de presbíteros (presbítero docente e presbítero regente)? Quais são as diferenças?

O *Book of Church Order*, da PCA, resume de modo muito útil as responsabilidades bíblicas do presbítero.

> Quando [o presbítero] tem a supervisão do rebanho de Cristo, ele é denominado *bispo* ou *pastor.* Quando seu dever é ser sério e prudente, um exemplo para o rebanho e governar bem a casa e o reino de Cristo, ele é denominado *presbítero* ou *ancião.* Quando expõe a palavra e, pela sã doutrina exorta e convence o contraditor, ele é denominado *mestre*. Esses títulos não indicam graus diferentes de ofício, mas todos descrevem o único e mesmo ofício. [163]

Então, todos os presbíteros são chamados para supervisionar a igreja, governar a igreja e ensinar a igreja. Não faremos uma exposição das responsabilidades dos presbíteros aqui. [164] No entanto, é importante realçar que os presbíteros são chamados para servir ao lado do ministro no governo e no pastoreio do rebanho. O presbiterado é um ofício pastoral, e os presbíteros regentes são chamados para desempenhar um papel importante na supervisão espiritual da congregação.

Algumas vezes, o ministro é denominado *primus inter pares* ("o primeiro entre iguais") em relação aos presbíteros com os quais serve no conselho. Essa descrição é correta, considerando que descreve a vocação do ministro de fornecer liderança e direcionamento para o conselho nos seus esforços comuns como presbíteros. Contudo, o ministro não pertence a um escalão mais alto de ofício do que o presbítero regente. Ele é "presbítero como eles" (cf. 1Pe 5.1).

Um modo pelo qual a igualdade do presbiterado está refletida na Presbyterian Church of America está no requisito do seu *Book of church order* de que nenhum concílio da igreja (conselho, presbitério ou supremo concílio) possa se reunir

para conduzir alguma atividade sem a presença de certo número de presbíteros regentes participantes. [165] Com frequência, os concílios da igreja exigem que os presbíteros regentes tornem-se membros e participem dos seus conselhos e comissões. Todos esses são modos de enfatizar que os presbíteros regentes e os presbíteros docentes são chamados para servirem juntos num ofício comum.

Isso não quer dizer que não há diferença entre o presbítero docente e o presbítero regente. Essas são duas ordens distintas dentro do mesmo ofício. Desse modo, esperamos que haja certas diferenças funcionais entre o presbítero docente e o presbítero regente. Quais são elas? Podemos observar pelo menos quatro diferenças refletidas na constituição da Presbyterian Church of America. Primeira, os candidatos a presbíteros docentes devem possuir certas credenciais educacionais antes de poderem ser admitidos ao ministério. Essas rigorosas credenciais educacionais não são exigidas dos presbíteros regentes. [166] Além disso, os candidatos a presbíteros regentes são examinados e aprovados pelo conselho. Os candidatos a presbíteros docentes são examinados e aprovados pelo presbitério. [167] Em segundo lugar, os presbíteros docentes são membros do presbitério, enquanto os presbíteros regentes são membros da congregação local. [168] Em terceiro lugar, a participação do presbítero regente no presbitério e no Supremo Concílio é por delegação de um concílio menor, enquanto a participação do presbítero docente no presbitério e no Supremo Concílio não é tão restrita. [169] Quarto, não é permitido aos presbíteros regentes administrarem os sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor. Somente os presbíteros docentes podem administrar os sacramentos. [170]

Essa última distinção em particular merece reflexão adicional. Alguns podem perguntar se essa restrição não atinge a igualdade bíblica do presbiterado. Isso não é para tornar os presbíteros regentes subordinados aos presbíteros docentes? Qual é a lógica bíblica para restringir a administração dos sacramentos somente aos presbíteros docentes?

Em primeiro lugar, devemos observar que essa prática é estipulada não apenas nas constituições de muitas denominações presbiterianas, mas também nos padrões de Westminster. É claro que esse fato não resolve a questão. Contudo, significa que aqueles que insistem em permitir que os presbíteros regentes administrem os sacramentos devem reconhecer que estão divergindo de um consenso de longa data e muito difundido, relacionado ao ensino das Escrituras a respeito desse ponto. [171]

A restrição da administração dos sacramentos aos presbíteros docentes é incoerente com a igualdade do presbiterado? Não é. Primeiro, lembre-se de que a

visão dos dois ofícios reconhece duas ordens dentro do mesmo ofício de presbítero. A distinção não é de ofício. A distinção é de função. Portanto, deve haver alguma função ou funções que distinguem o presbítero docente do presbítero regente. Longe de prejudicar a igualdade do presbiterado, essa função diferenciadora é necessária para manter alguma diferença entre o presbítero docente e o presbítero regente.

Em segundo lugar, lembre-se de que o que distingue o presbítero docente do presbítero regente é que o presbítero docente trabalha na pregação e no ensino e é sustentado pela igreja para fazer isso. Os presbíteros regentes devem ser capazes de ensinar e, quando convocados, devem ensinar. No entanto, eles não arcam com o peso do ministério público regular da palavra.

Em terceiro lugar, as Escrituras não somente unem os sacramentos à Palavra de Deus, mas também une a administração dos sacramentos àqueles que ministram a Palavra de Deus. Jesus, por exemplo, confiou o batismo (Mt 28) e a Ceia do Senhor (Mt 26) aos apóstolos, aos quais ele chamou para trabalhar em tempo integral no ministério da Palavra de Deus. De fato, o ofício de apóstolo cessou na igreja. Temos na igreja, contudo, oficiais não apostólicos aos quais Cristo chamou para trabalhar em tempo integral no ministério da palavra. Então, no nosso lugar na história redentora, podemos concluir analogamente, de Mateus 28 e Mateus 26, que somente os ministros devem administrar os sacramentos.

Em quarto lugar, a Escritura não nos dá exemplo de um presbítero regente administrando o sacramento do batismo ou o sacramento da Ceia do Senhor. Cada exemplo de administração dos sacramentos no Novo Testamento é por um ministro. Esses exemplos confirmam o princípio ensinado em outras partes do Novo Testamento: Cristo limitou a administração dos sacramentos somente aos presbíteros docentes.

Embora essa função do presbiterado pertença apenas ao presbítero docente, é importante não perder de vista o princípio básico que temos observado nas Escrituras. Esse princípio é que os presbíteros da igreja são chamados, individual e conjuntamente, para pastorear, governar e ensinar a igreja. Usando as palavras do *Book of church order*, da PCA, "presbíteros sendo uma classe de ofício, os presbíteros regentes têm a mesma autoridade e elegibilidade ao ofício nos concílios da igreja que os presbíteros docentes. Além disso, eles devem cultivar de maneira zelosa suas próprias aptidões ao ensino da Bíblia e devem aprimorar-se em toda oportunidade que tiverem". [172]

4. *Presbiterado por mandato?*

O que a nossa pesquisa sobre o ensino da Escritura a respeito do presbiterado tem a dizer sobre a prática do que é chamado comumente "presbiterado por mandato"? John Murray define o presbiterado por mandato como a eleição e ordenação de "presbíteros regentes [...] para o ofício por um período de tempo limitado e específico". [173] Se depois desse mandato expirar esse indivíduo for eleito novamente para o ofício de presbítero, em alguns casos será necessário que ele seja ordenado novamente. Por outro lado, outros têm argumentado que o presbiterado é vitalício. Se um homem for eleito e ordenado para o ofício de presbítero, então isso tem "em vista a posse e o exercício permanente do ofício". [174] A dúvida diz respeito a se o presbiterado regente em particular é limitado ou não com relação à duração ou tempo.

O presbiterado por mandato tem precedente histórico substancial na igreja reformada. [175] O *Book of church order* da Presbyterian Church of America não estipula nem proíbe o presbiterado por mandato. É razoável dizer que, atualmente, o presbiterado por mandato é praticado amplamente dentro das congregações da PCA. As práticas reformadas e presbiterianas, históricas e contemporâneas, têm dado espaço para o presbiterado por mandato.

Dito isso, há algumas objeções significativas ao presbiterado por mandato. Podemos abordar pelo menos quatro. Primeira, "quando um homem possui certos dons que o qualificam para o presbiterado, devemos agir com a ideia de que eles são duradouros e o qualificam permanentemente para o cumprimento das funções do ofício". [176] Em outras palavras, o Novo Testamento ensina que a igreja deve supor que a outorga de dons por Deus para o presbiterado é permanente. Consequentemente, quando um homem qualificado assume o ofício de presbítero, ele deve permanecer nesse ofício enquanto estiver servindo fielmente.

Uma preocupação relacionada é que o presbiterado por mandato pode "criar na mente das pessoas a ideia de períodos de teste". [177] O problema com essa visão é que o Novo Testamento enfatiza a necessidade de um período de teste antes de a congregação poder eleger um homem ao ofício (1Tm 3.10 diz: "Também sejam estes [os diáconos] primeiramente experimentados; e, se se mostrarem irrepreensíveis, exerçam o diaconato"; 1Tm 5.22 adverte: "A ninguém imponhas precipitadamente as mãos"). Teste ou provação deve preceder o ofício. No entanto, o presbiterado por mandato pode incentivar um entendimento de um mandato de serviço como o próprio período de teste. Se a congregação entender que, ao eleger um homem para o ofício, está reconhecendo dons espirituais já existentes para esse ofício e que é esperado que esse homem a sirva

com esses dons permanentemente, ela verá a necessidade de teste antes da eleição, não depois.

Em segundo lugar, no Novo Testamento, não encontramos uma base para o presbiterado por mandato, nem exemplo dele. Nenhuma passagem no Novo Testamento ordena, prevê ou exemplifica essa prática. Certamente, pode ser que tenhamos um exemplo no Novo Testamento de um indivíduo deixando de lado as funções de um ofício para assumir as funções de outro ofício. [178] Filipe, que a igreja em Jerusalém escolheu para servir como diácono (At 6.1-6), é citado numa ocasião posterior como evangelista (At 21.8). Dito isso, esse exemplo não mostra que, sem considerar a deposição, alguém possa deixar um ofício totalmente. O máximo que esse exemplo pode mostrar é que alguém pode deixar de lado as funções de um ofício para assumir as funções de outro. [179]

Em terceiro lugar, o presbiterado por mandato perturba a igualdade do presbiterado num ponto em que o presbiterado regente e o docente estão em igualdade: "o governo na igreja de Deus". [180] Embora os presbíteros docentes possam tirar períodos sabáticos das suas obrigações, eles retomam suas atividades sem terem de ser eleitos, ordenados ou empossados novamente para o ofício. Ninguém defende com seriedade o presbiterado por mandato para os presbíteros docentes. Um mecanismo no qual os presbíteros docentes servem vitaliciamente e os presbíteros regentes servem por mandatos estabelecidos é desequilibrado e pode sugerir que o ofício de presbítero regente é de importância secundária em relação ao do presbítero docente.

Esse ponto tem uma implicação prática importante para a vida da igreja. O presbiterado por mandato priva os conselhos da continuidade, experiência e sabedoria que a longevidade do serviço pode assegurar ao presbítero regente. Portanto, o presbiterado por mandato prejudica inadvertidamente o conselho de se tornar o que poderia ser.

Em quarto lugar, o presbiterado por mandato arrisca desequilibrar o relacionamento bíblico entre os oficiais da igreja e a congregação. Um sistema de rotação de presbíteros é facilmente politizado. As eleições podem se tornar plebiscitos congregacionais quanto ao desempenho de um presbítero em particular ou do conselho como um todo. Se isso acontecer, o conselho é prejudicado na sua responsabilidade de servir prestando contas a Cristo no governo da igreja. Tentações são apresentadas diante dele para governar a igreja com vistas à aprovação ou desaprovação política da congregação com relação à sua administração. De fato, como vimos no capítulo 3, a congregação tem o direito inalienável de escolher seus oficiais. No entanto, a administração em si é

reservada aos presbíteros. O presbiterado por mandato pode permitir, involuntariamente, que a congregação participe de questões que Cristo reservou somente para os presbíteros.

5. *Diácono – ofício de serviço*

O segundo ofício perpétuo ou comum na igreja do Novo Testamento é o de diácono. Enquanto o ofício de presbítero é um ofício de governo ou administração, o ofício de diácono é um ofício de serviço. [181] De fato, a palavra grega da qual "diácono" vem significa "servo". Os presbiterianos concluem que o ofício de diácono é perpétuo porque a Escritura relaciona expressamente suas qualificações e obrigações (1Tm 3), e o faz de tal maneira que ordena a vida da igreja até o retorno de Cristo. Então, os diáconos são necessários para o bem-estar da vida da igreja.

Qual é a origem bíblica do diaconato? Poucos presbiterianos contestam que a Escritura ensina que o diaconato é um ofício perpétuo na igreja. Contudo, os presbiterianos discordam quanto a se Atos 6.1-6 registra a origem do diaconato na igreja. Escritores presbiterianos e reformados de destaque ao longo dos séculos têm argumentado que sim. [182] Outros acreditam que, apesar de o diaconato ser um ofício bíblico, Atos 6 não registra a instituição desse ofício. [183]

É provável que Atos 6.1-6 nos informe quando e sob que circunstâncias o ofício de diácono foi estabelecido na igreja.

> Ora, naqueles dias, multiplicando-se o número dos discípulos, houve murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária. Então, os doze convocaram a comunidade dos discípulos e disseram: Não é razoável que nós abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas. Mas, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço; e, quanto a nós, nos consagraremos à oração e ao ministério da palavra. O parecer agradou a toda a comunidade; e elegeram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. Apresentaram-nos perante os apóstolos, e estes, orando, lhes impuseram as mãos. (At 6.1-6)

A ocasião das ações dos apóstolos registradas aí é a reclamação dos helenistas, ou judeus de língua grega, de que suas "viúvas estavam sendo esquecidas na distribuição diária" (At 6.1). O contexto dessa reclamação é a prática dos apóstolos de distribuir os recursos dados à igreja para o benefício dos necessitados dentro da igreja (veja At 4.32-37, especialmente versículo 35).

As Escrituras não censuram os apóstolos por parcialidade ou má administração. No entanto, os apóstolos veem que o *status quo* deve mudar. A

igreja havia crescido até o ponto de os apóstolos reconhecerem que não podiam mais "pregar [...] a palavra de Deus" e "servir às mesas" (At 6.2).

Então, os apóstolos convidam a congregação a escolher "sete homens" que possuam qualificações espirituais demonstradas. Por eleição, os apóstolos "encarregarão", isto é, separarão com "oração" e "imposição de mãos", esses homens para o "serviço" de "servir às mesas", enquanto os apóstolos continuam no seu ministério de oração e pregação.

Nessa passagem, várias questões merecem observação. Primeira, nessa passagem o que está em vista é a instituição de um ofício. A congregação escolhe sete homens. Esses homens devem ser conhecidos por possuir certos dons espirituais. Por eleição, esses homens são separados para sua tarefa pela oração e pela imposição de mãos. Embora o título "diácono" ou a palavra "ofício" não sejam usados explicitamente em Atos 6.1-6, os conceitos básicos dessas palavras estão muito presentes. A tarefa para a qual esses homens são chamados ("servir às mesas") é descrita usando uma palavra com a qual a palavra "diácono" é relacionada de modo muito estreito.[184] A qualificação, a eleição e a separação desses homens apontam para o estabelecimento de um ofício na igreja.

Em segundo lugar, o ofício de diácono é um ofício espiritual. Vemos em Atos 6 e também em 1Timóteo 3.8-12 que os diáconos devem ter dons espirituais para levar a cabo as tarefas e as responsabilidades desse ofício. Os diáconos lidam com dinheiro e assistem aos pobres e necessitados na igreja. A Escritura nos lembra de que essa é uma tarefa que requer dons especiais do Espírito Santo ao homem. De fato, a igreja precisa de homens que sejam práticos e sábios nas questões temporais. No entanto, a igreja precisa cuidar para que esses homens demonstrem o tipo de sabedoria e praticidade que acompanham e manifestam verdadeira piedade.

Em terceiro lugar, o trabalho do diácono é uma tarefa espiritual. A obra para a qual os diáconos são chamados aí não é uma obra nova. É um serviço que tem sido feito desde o dia de Pentecostes (veja At 2.42-47; 4.32-37). A assistência àqueles da igreja que estavam necessitados é uma expressão da comunhão da igreja. Da mesma maneira que os cristãos tinham comunhão entre si "na doutrina dos apóstolos, no partir do pão e nas orações" (At 2.42), também tinham comunhão entre si nas "coisas materiais".[185] A vocação dos diáconos é assistir à igreja em dar expressão à comunhão dos santos. Em Atos 6, a tarefa específica é cuidar das viúvas necessitadas. Então, o ministério diaconal é um trabalho desempenhado para o povo de Deus. Como o *Book of church order*, da PCA, estabelece, "esse ofício é de compaixão e serviço, de acordo com o exemplo

do Senhor Jesus; ele expressa também a comunhão dos santos, especialmente em ajudar um ao outro na hora da necessidade". [186]

Esse ponto tem importância prática na igreja. Os diáconos são chamados para servir à igreja, não ao mundo em geral. [187] O diaconato é provisão de Jesus para a comunhão dos santos. O ofício é parcialmente designado para ajudar a aliviar de maneira concreta as necessidades e carências de cristãos que demonstram verdadeira necessidade.

Lembre-se de que aquelas que tinham necessidades em Atos 6 eram "viúvas". Algumas décadas mais tarde, Paulo escreveu instruções a Timóteo sobre como a igreja devia cuidar das viúvas (1Tm 5.3-16). Então, Paulo está nos dando uma janela por meio da qual podemos ver como os diáconos deviam conduzir seu ministério. Sem considerarmos todos os detalhes dessa passagem, alguns pontos se destacam. Em primeiro lugar, Paulo espera que as necessidades na igreja sejam providas pelos membros das famílias individuais (5.4, 8). Paulo considera o esquivar-se dessa tarefa "negar a fé" e evidência de que essa pessoa é "pior do que o descrente" (5.8). [188] Então, não é dever da igreja cuidar de toda necessidade temporal representada dentro da congregação. A família é o instrumento primário dessa assistência.

Em segundo lugar, Paulo enfatiza que somente membros da igreja que são qualificados podem receber assistência congregacional (5.3, 5, 16). Em terceiro lugar, Paulo relaciona várias qualificações daqueles que são qualificados para receber assistência diaconal. Está implícito que os diáconos realizarão um processo de exame público e prolongado para estabelecer quais são as viúvas qualificadas e quais não são. Em quarto lugar, Paulo ressalta os perigos espirituais de a igreja manter membros da igreja que não se encaixam nesse critério (5.7, 11-14). As viúvas mais novas, em particular, devem ser aconselhadas a procurar casar-se e ter filhos, o chamado da criação para elas (5.14; 2.15). O que Paulo quer dizer é que a igreja nunca deve promover, incentivar ou capacitar um comportamento ímpio por meio das suas benevolências.

Não estamos dizendo que os diáconos não possam dar conselho e incentivo a cristãos com o intuito de auxiliar o pobre tanto dentro quanto fora da congregação, ou que, em sua capacidade como indivíduos cristãos, os diáconos não devam aliviar as necessidades materiais do seu próximo (Gl 6.10). Também não estamos dizendo que não haja circunstâncias sob as quais os fundos da congregação não possam ser empregados para assistência temporária de não membros. Estamos dizendo, contudo, que o objeto correto do ministério

diaconal são os membros da igreja visível. Isso porque "o principal aspecto [...] do ofício do diácono é o de um representante da comunhão dos santos". [189]

Quais são algumas das outras tarefas que a Escritura atribui aos diáconos? Além de assistir às necessidades materiais de pessoas dentro da congregação, os diáconos também servem como "agentes fiscais" e "gerentes de propriedade". [190] Essas tarefas são evidentes na reflexão sobre a natureza da tarefa que os apóstolos atribuem aos diáconos em Atos 6.1-6.

> É certo que a razão indicada pelos apóstolos para organizar a eleição [i.e., dos diáconos] se aplica tão vigorosamente à coleta quanto ao desembolso de fundos tanto para um propósito quanto para outro. O propósito deles não era livrarem-se de atender ao pobre, mas livrarem-se de distrações seculares. [...] O que eles teriam ganhado por ignorarem o cuidado com o pobre e continuarem a ficar perplexos com a coleta de fundos para todos os outros propósitos? Deve ser perfeitamente óbvio para toda alma sincera que toda a atividade secular da igreja foi confiada aos diáconos. [191]

Então, as questões referentes à propriedade e ao dinheiro caem no âmbito bíblico das tarefas atribuídas aos diáconos.

A quarta observação que podemos derivar de Atos 6 é que a tarefa dos diáconos é descrita como "servir às mesas" (6.2), enquanto a tarefa dos apóstolos é "oração e ministério da palavra" (6.4). As traduções para a nossa língua algumas vezes obscurecem uma conexão entre essas duas afirmações no texto grego. O verbo "servir" é usado para os diáconos (*diakonein*), e um substantivo extraído da mesma raiz grega é usado para os apóstolos (*diakonia*). O ministério da Palavra e o ministério diaconal, em outras palavras, são, ambos, formas legítimas de serviço dentro da igreja de Jesus Cristo. Ao descrever o serviço dos diáconos como "servir às mesas", de modo algum os apóstolos rebaixam a tarefa ou minimizam a importância dela na igreja. Pelo contrário, eles a preservam como parte legítima, nobre e importante do ministério da igreja.

Em quinto lugar, o trabalho do diaconato é realizado não por um único homem, mas por um grupo de homens que trabalham juntos. Do mesmo modo que os presbíteros devem trabalhar juntos em muitas das suas tarefas designadas, assim também os diáconos devem trabalhar juntos em muitas de suas tarefas designadas. É por isso que os presbiterianos organizam formalmente os diáconos numa junta diaconal (veja *BCO* 9-4).

Em sexto lugar, os diáconos servem a toda a igreja. Como Peck observa, "está claro que nas suas ministrações os diáconos originais não eram confinados a uma única congregação (At 6), a menos que suponhamos, com os independentes, que havia apenas uma congregação em Jerusalém". [192] Conquanto os diáconos

sirvam principalmente às congregações que os elegeram e convocaram para o serviço, eles devem estar disponíveis para servir à igreja mais amplamente quando convocados a fazer nisso. [193]

6. *O relacionamento dos diáconos com os presbíteros*

Vimos que há dois ofícios permanentes dentro da igreja, o de presbítero e o de diácono. O presbiterado é um ofício de governo, enquanto o diaconato é um ofício de serviço. É uma pluralidade de presbíteros e diáconos que serve à congregação local (Fp 1.1). Nesse nível local, esses presbíteros são organizados no que os presbiterianos chamam de "conselho". [194] Os diáconos são organizados no que a Presbyterian Church of America denomina uma "junta"*.

Essa situação dá origem à dúvida sobre o relacionamento entre os presbíteros e os diáconos dentro da igreja. Quem tem a palavra final em quaisquer assuntos comuns que se apresente diante de cada órgão? Tomando emprestada a frase de Harry S. Truman, sobre quem a responsabilidade recai? Aqui entramos em "um dos mais debatidos assuntos sobre o ofício do diácono", e não podemos oferecer mais do que alguns princípios bíblicos gerais no que diz respeito a essa questão. [195]

É importante reconhecer que o ofício de diácono é um ofício por direito próprio. Esse ofício não é, como se tornou mais tarde na história da igreja, um "grau inferior do ofício ministerial". [196] O diaconato é uma instituição permanente e apostolicamente designada na igreja de Cristo, e é distinta do presbiterado. Esse ofício deve ser ocupado por homens a quem Cristo dotou com dons espirituais para o trabalho desse ofício (1Tm 3). O serviço desse ofício é, por concepção, distinto do serviço do ministério da Palavra (At 6). Os diáconos devem ser escolhidos pela congregação e separados formalmente para o trabalho para o qual foram "eleitos" (At 6). Os diáconos são chamados e separados com vista ao exercício permanente dos seus dons diaconais na igreja.

Se Cristo estabeleceu esses dois ofícios na igreja, é esperado que suas respectivas esferas de responsabilidade difiram entre si. [197] É essa diferença que testemunhamos na Escritura. O diaconato é um ofício de serviço; o presbiterado é um ofício de governo. Isso significa que os assuntos de governo pertencem adequadamente ao conselho e que a junta diaconal está "sob a supervisão e autoridade do Conselho". [198] O chamado do conselho para governar a igreja significa que os presbíteros têm a palavra final no desembolso de quaisquer recursos financeiros que pertençam à igreja ou que foram disponibilizados para ela. [199]

Dizer que os diáconos estão sob a supervisão e superintendência do conselho de modo algum desafia a dignidade e a autoridade que pertencem ao seu ofício. Como McGill coloca, "a superintendência não deve ser ditatorial, nem o serviço uma escravidão: a independência de ofício no grau mais baixo é o mesmo que o do grau mais alto".[200] A independência diaconal, como vimos em Atos 6, é crucial para o funcionamento correto do presbiterado. Os diáconos assumem suas tarefas precisamente para que os presbíteros não sejam distraídos da sua tarefa de oração e ministério da Palavra.[201] Quando o diaconato e o presbiterado trabalham dentro dos seus limites bíblicos, cada um dá apoio e incentiva o trabalho do outro. Cada ofício deve trabalhar à sua própria maneira para a edificação do corpo de Cristo.

7. *Ordenação*

Estamos refletindo sobre os dois ofícios permanentes na igreja, o de presbítero e o de diácono. Observemos agora diretamente a questão de como eles assumem o ofício.[202] Já vimos que um candidato ao ofício deve possuir e ser conhecido pela igreja por possuir dons espirituais para esse ofício (1Tm 3; Tt 1). Em outras palavras, há um período de teste no qual a congregação forma um julgamento com respeito ao candidato ter recebido esse dom para sua preparação para o ofício (1Tm 3.10; 5.22).

O candidato não deve apenas possuir dons para o ofício, ele deve também estar disposto a servir (1Tm 3.1; 1Pe 5.2). Ele não deve assumir o ofício devido a um senso de obrigação social ou a um desejo de ganho pessoal. Como o voto de ordenação para o ofício de presbítero docente é perguntado ao candidato: "Você foi induzido, de acordo com o que você conhece sobre o seu próprio coração, a procurar [esse] ofício [...] por amor a Deus e um sincero desejo de promover sua glória no evangelho do seu Filho?"[203] Certamente essa pergunta pode ser adaptada para o autoexame de qualquer candidato que aspira a um ofício na igreja.

Dons e disposição não são suficientes para admitir um homem ao exercício do ofício.[204] Para exercer o ofício, um homem deve primeiramente ser escolhido pela igreja para servir como oficial em algum trabalho definido.[205] Depois de eleito, ele deve ser separado formalmente para o ofício por um concílio da igreja. Essa separação para o ofício é chamada "ordenação". O *Book of church order*, da PCA, define ordenação como "a admissão autoritativa de alguém devidamente chamado para um ofício na igreja de Deus, acompanhada de oração e imposição de mãos, ao que é apropriado acrescentar a oferta da destra de comunhão". Uma

vez que a ordenação é ao ofício, a ordenação reconhece que a pessoa ordenada tem a autoridade e o poder para exercer o ofício para o qual foi ordenada. [206]

Três observações são relevantes. Primeira, vemos nas Escrituras exemplos de ordenação ao ofício tanto de diáconos quanto de presbíteros. Já consideramos Atos 6, em que os "sete homens" foram apresentados "perante os apóstolos, e estes, orando, lhes impuseram as mãos". Portanto, os sete foram separados para o trabalho para o qual a igreja os havia chamado. Eles foram admitidos solenemente ao ofício de diácono. Essa prática é o que queremos dizer por "ordenação".

De modo semelhante, Barnabé e Saulo, chamados pela igreja em Antioquia para o ministério da Palavra, são ordenados. O Espírito Santo orienta a igreja a "separai-me, agora, Barnabé e Saulo para a obra a que os tenho chamado" (13.2). Os "profetas e mestres" da igreja de Antioquia, "jejuando, e orando, e impondo sobre eles [Barnabé e Saulo] as mãos, os despediram" (13.1, 3).

Em segundo lugar, tanto em Atos 6 quanto em Atos 13, os que ordenam esses homens são também presbíteros da igreja. Paulo lembra a Timóteo da "imposição das mãos do presbitério" (1Tm 4.14). Então, a ordenação é realizada por um concílio da igreja. [207] A ordenação não é pela congregação em geral, nem por um único oficial da igreja. [208]

Em terceiro lugar, a ordenação não "confere à parte ordenada um 'caráter' indelével, transmitido a ela, independentemente de sua fé ou de sua condição espiritual geral, graças sobrenaturais e poder sacerdotal *ex opere operato*, do qual a validade do seu ministério e da sua dispensação da palavra e sacramento dependem", [209] como alguns na igreja ensinaram. A ordenação não é um sacramento. A imposição de mãos não confere graças ou dons ao candidato, equipando-o para o ministério. [210] A imposição de mãos é "o gesto de reconhecimento", uma indicação pública de que o homem sendo ordenado é chamado por Deus para esse ministério específico. [211] Ela é "a expressão de uma crença de que a dotação necessária de graça está presente no indivíduo apresentado". [212]

Ao mesmo tempo, Bannerman observa, a ordenação é "um mandato divino". Não é uma invenção humana. Portanto, quando a ordenação é "feita com o espírito correto" podemos esperar que ela "não será sem a presença e paz de Cristo, possuindo sua própria instituição e abençoando sua própria ordenança". [213]

8. *Mulheres no ofício*

Uma última pergunta referente aos ofícios comuns da igreja é se esses ofícios estão abertos somente para homens, ou se homens e mulheres podem servir no ofício de presbítero e diácono. Dizer que isso é um tema sensível na igreja hoje é um eufemismo. Uma vez que nosso compromisso é com a Escritura, é para lá que nos voltamos, procurando orientação e direcionamento. Vejamos cada ofício separadamente.

Presbítero. As mulheres podem servir como presbíteras? Fazendo a pergunta de outro modo, a Escritura indica que Deus concede dons e chama mulheres para o exercício do ofício de presbítera na igreja? Para responder a essa pergunta, consideremos o ensino de Paulo em 1Timóteo 2.11-15.

> A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém, em silêncio. Porque, primeiro, foi formado Adão, depois, Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor, e santificação, com bom senso.

Essas instruções vêm numa seção dessa epístola em que Paulo está dizendo a Timóteo como o culto público a Deus deve ser na igreja (1Tm 2.1-15). Ele diz a Timóteo que, quando a igreja se reúne para o culto, os homens têm certas obrigações (2.8) e as mulheres têm certas obrigações (2.9-15).

Quais são as obrigações das mulheres cristãs no culto público? De modo positivo, Paulo enfatiza que as mulheres devem "aprender em silêncio, com toda submissão" (2.11). Paulo defende a identidade e dignidade de toda mulher cristã como discípula de Cristo. Ela é autorizada a aprender de Cristo e chamada para crescer no conhecimento de Deus.

De modo negativo, as mulheres não devem "ensinar" no culto público a Deus. Paulo não proíbe totalmente as mulheres de ensinar. Mesmo dentro da igreja, as mulheres mais idosas devem ensinar às mulheres mais jovens em particular (Tt 2.3-5), e Priscila, com seu marido, Áquila, deu instrução particular ao mestre Apolo (At 18.26). Contudo, o ensino que Paulo tem em mente nessa passagem é o ensino que transpira quando a igreja se reúne para o culto público a Deus.

Alguns podem objetar a esta altura: "Mas e quanto às profetisas? E quanto aos exemplos que temos na Escritura de mulheres profetizando?" Em resposta, podemos afirmar realmente que a Escritura fornece múltiplos exemplos de mulheres profetizando. Ao mesmo tempo, devemos observar também que a Escritura é inteiramente coerente consigo mesma no reconhecimento de mulheres profetizando, mas proibindo mulheres de ensinarem a palavra de Deus no culto público a Deus. Tanto profetizar quanto ensinar são dons da Palavra,

mas com uma diferença crucial. Profetizar é um dom de revelação – o profeta é o instrumento pelo qual Deus fala sua Palavra à igreja. Ensinar não é um dom de revelação – o mestre explica e aplica o que Deus já disse na sua Palavra. Embora Deus tenha permitido que as mulheres fossem instrumentos de revelação, ele não permite que elas ensinem essa revelação no culto público a Deus.

Além disso, diz Paulo, as mulheres não devem "exercer autoridade sobre homem". Aí "um papel ou função de liderança na igreja" está em vista. [214] No entanto, ao proibir as mulheres de exercerem o papel ou função de liderança na igreja, Paulo proíbe as mulheres, desse modo, de possuírem o título ou ofício de liderança na igreja. [215]

Assim, Paulo restringe as mulheres de ensinarem no culto público a Deus e de exercerem autoridade dentro da congregação. Ao fazer isso, Paulo exclui as mulheres do título ou exercício do ofício de presbítera. Quando nos voltamos para 1Timóteo 3.1 e seguintes, vemos que "Paulo ordena e faz provisão positiva para o ensino e governo que ele acabou de proibir às mulheres". [216] Os presbíteros devem ter o dom de ensinar e são chamados a ensinar (1Tm 3.2). Os presbíteros devem ter dons de governo e são chamados a governar na igreja (1Tm 3.2, 5). É dentro dessas provisões positivas que podemos observar, ainda, que Paulo limita o ofício de presbítero somente a homens (1Tm 3.2; Tt 1.6).

Alguns dizem que talvez Paulo esteja dando instruções de duração limitada ou de alcance geográfico limitado. Devido a circunstâncias peculiares à igreja de Éfeso naquele tempo, Paulo talvez esteja estabelecendo instruções em 1Timóteo 2.12-15 que não se aplicam à igreja em geral ou à igreja em todas as épocas. Essa possibilidade é excluída pelo que Paulo diz nos versículos 13-14: "Porque, primeiro, foi formado Adão, depois, Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão". Ao falar dessa maneira, "Paulo deixa claro que, conquanto essas questões locais ou culturais possam ter fornecido o *contexto* da questão, elas não forneceram a *razão* para seu conselho". [217] Essa razão é o "relacionamento de função entre homem e mulher, que foi criado". [218] Uma vez que essa razão é eterna, as proibições de Paulo se aplicam à igreja em todas as épocas.

Precisamos enfatizar que Paulo não está proibindo mulheres de ensinarem e de exercerem autoridade na igreja porque o gênero feminino é considerado inerentemente mais ingênuo e tendente ao engano do que os homens. Paulo não diz nada desse tipo. Paulo aponta para dois acontecimentos na História – a prioridade da criação de Adão à criação de Eva e o engano de Eva pela serpente e seu pecado consequente. Esses acontecimentos – o relacionamento funcional de

homens e mulheres, instituído divinamente na criação e a violação de Eva dessa ordem pela sua transgressão – são a base para Deus restringir o título e o exercício do ofício de presbítero na igreja somente aos homens.

Paulo conclui essa passagem com o conselho à mulher que ela seja "preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor, e santificação, com bom senso" (2.15). Provavelmente Paulo está dando um incentivo positivo às mulheres cristãs para procurarem o chamado que Deus atribui a elas.

> As mulheres da aliança são salvas nos seus papéis dados por Deus e atribuídos na criação como mães na tradição de Sara, Isabel e Maria (cf. 1Pe 3.5-6). A maldição pela qual ela foi parcialmente responsável, ao deixar de se submeter à autoridade do seu marido, é retirada na graciosa salvação de Deus. Agora, ao lembrar-se da sua função dada por Deus como auxiliadora idônea na tarefa da aliança, o Senhor promete salvá-la enquanto ela confia e obedece. [219]

Paulo não está dizendo que as mulheres se salvarão pela boa obra de dar filhos à luz. Paulo está dizendo às mulheres: "Não se distraiam correndo atrás de uma tarefa para a qual Deus não as chamou. Em vez disso, procurem o chamado nobre e elevado para o qual Deus as chamou. Se vocês o cumprirem, terão a certeza de que o Senhor é realmente o seu Salvador". Paulo ressalta que a redenção preserva, mantém e restaura a ordem que Deus estabeleceu na criação. Os cristãos devem seguir Cristo e crescer em piedade à medida que assumem seus chamados da criação.

Diácono. Uma pergunta distinta é se mulheres podem servir no ofício de diaconisas. Conquanto as igrejas reformadas fieis tenham seguido as Escrituras à uma só voz ao limitar o ofício de presbítero somente aos homens, não tem havido consenso comparável com respeito ao ofício de diáconos. Uma minoria de teólogos reformados bem respeitados tem entendido que as Escrituras admitem mulheres ao diaconato. [220] Duas passagens em particular, Romanos 16.1 e 1Timóteo 3.11, são citados com dando autorização bíblica para diaconisas.

No que se segue, irei argumentar que as Escrituras não dão indicação clara de que o ofício de diácono está aberto às mulheres. Se esse for o caso, então devemos concluir que o ofício de diácono, como o ofício de presbítero, está aberto apenas aos homens. Além disso, veremos que as Escrituras asseguram que mulheres piedosas assistam aos diáconos nas suas tarefas diaconais.

Seguindo Thomas Witherow, B. B. Warfield identifica Romanos 16.1 ("Recomendo-vos a nossa irmã Febe, que está servindo à igreja de Cencreia") como a única passagem autorizando "diaconisas no Novo Testamento". [221] Para essa interpretação provar o que é argumentado, a palavra traduzida

"servindo" (grego *diakonos*) deve referir-se ao título ou ofício de diácono. A dificuldade com esse argumento é que a palavra grega pode ser usada tanto para oficiais quanto não oficiais e, além disso, não há indicação contextual clara de que o termo aí refira-se a um oficial. Warfield argumenta que o contexto não pode descartar "diaconisa" como tradução dessa palavra e que a prática da igreja patrística sugere que a igreja pós-apostólica entendia que o Novo Testamento autorizava "diaconisas". [222] O problema nesse caso é que esse argumento não mostra que a afirmação de Paulo em Romanos 16.1 autoriza diaconisas na igreja apostólica. Seja o que for que os intérpretes subsequentes possam ter concluído dos seus estudos dessa passagem, o contexto de Romanos 16 não exige a interpretação que Warfield defende.

O que dizer de 1Timóteo 3.11? "Da mesma sorte, quanto a mulheres, é necessário que sejam elas respeitáveis, não maldizentes, temperantes e fiéis em tudo" (observe a glosa à margem da ESV: Ou *Esposas*, ou *Mulheres*[*]). Não há dúvida de que aí Paulo está dando uma lista de qualificações para certo grupo de mulheres. Além disso, essas qualificações são dadas em meio a um debate mais amplo sobre o diaconato (1Tm 3.8-13). Os defensores de mulheres no diaconato apelam plausivelmente para essa passagem para autorizar certo tipo de inclusão das mulheres no diaconato.

Não há controvérsia quanto a que Paulo descreve as qualificações dos diáconos em 1Timóteo 3.8-10, 12-13. A dúvida diz respeito a que grupo de mulheres Paulo está se referindo em 1Timóteo 3.11. A palavra que Paulo usa (*gynaikas*) pode ser traduzida como "esposas" ou "mulheres". Muitas traduções incluem o pronome possessivo "suas", mas não há correspondente possessivo no texto grego. Então Paulo está se referindo às esposas dos diáconos (ESV) ou a um grupo separado de mulheres (ESV Mg.)? Se for o último, essas mulheres têm, com os homens, o ofício de diaconisas? Elas ocupam um ofício ("diaconisas") que é o equivalente ao ofício apenas masculino de diácono? Ou elas são assistentes do diaconato e não oficiais? [223]

Há várias dificuldades em entender as mulheres do versículo 11 como se referindo a oficiais. Em primeiro lugar, Paulo não usa título para se referir a um oficial, "diaconisa", nessa passagem. Ele simplesmente se refere a elas como "esposas" ou "mulheres". Em segundo lugar, conquanto Paulo enfatize que uma exigência para o ofício tanto do presbítero quanto do diácono é que o candidato seja "marido de uma só mulher" (1Tm 3.2,12), ele não oferece essa qualificação matrimonial aqui. [224] A ausência dessa qualificação sugere que Paulo não tem um ofício distinto em mente no versículo 11. Em terceiro lugar, enquanto Paulo

faz provisão expressa para o teste tanto de diáconos (1Tm 3.10) quanto de presbíteros (1Tm 5.22), ele não faz esse tipo de provisão para os indivíduos no versículo 11. Novamente, a ausência dessa provisão sugere que Paulo não está pensando num ofício ou em oficiais aqui. Em quarto lugar, os versículos 12-13 resumem as qualificações de diáconos que Paulo discutiu nos versículos 8-10. O versículo 11 é como um parêntese da discussão. Contudo, quando Paulo argumenta sobre os ofícios de presbítero e diácono, ele dá tratamento destacado a eles. Esse formato sugere que o versículo 11 não introduz um novo ofício à discussão.

Finalmente, Paulo refere-se expressamente ao controle que o candidato tem da sua casa como uma qualificação para o ofício de presbítero (3.5) e de diácono (3.12). Em cada caso, Paulo tem em mente um homem que supervisiona a sua casa. A liderança competente no lar o qualifica para a liderança na igreja, seja como presbítero ou diácono. Embora o ofício de diácono seja um "ofício de serviço" e não um "ofício de governo", ele é um ofício. Paulo está dizendo que o título e o exercício de ofício na igreja necessariamente implicam posse e exercício de autoridade. Nesse aspecto, portanto, a proibição de mulheres para o ofício de presbítero em 1Timóteo 2.12 estende-se ao ofício de diácono.[225] Esse entendimento de ofício é refletido, por exemplo, nas diretrizes da PCA.[226]

As pessoas que entendem que Paulo está falando de um ofício distinto no versículo 11 fazem uma objeção compreensível ao que temos defendido. Eles podem dizer: "A passagem de 1Timóteo 3.11 dá indicação positiva de que Paulo tem em mente um ofício separado para diaconisa. Afinal de contas, a expressão 'da mesma sorte' seguida de uma lista separada de qualificações é exatamente como Paulo introduz o ofício de diácono e distingue o ofício de diácono (3.7-8) do ofício de presbítero (3.1-6)". Indicamos acima várias razões pelas quais a passagem do versículo 11 não aponta para um ofício separado. No entanto, a objeção dá origem a boas dúvidas. Qual é o propósito de Paulo ter escolhido esse grupo de mulheres da maneira como escolheu? Por que ele não fala assim das mulheres em conexão à sua discussão do presbiterado em 1Timóteo 3.1-6? Um modo de responder a essas perguntas é refletir sobre o que vimos sobre a tarefa de diácono. Certamente Paulo previu, como ele diz depois em 1Timóteo 5, que o ministério diaconal envolveria os diáconos intimamente na vida de membros da congregação do sexo feminino. A decência dita que mulheres qualificadas estejam disponíveis para assistir os diáconos em tais trabalhos, e quem melhor para assisti-los do que suas próprias esposas[227] ou assistentes adequadas do sexo feminino?[228] É por essa razão que Paulo estabelece uma lista de

qualificações para essas mulheres no versículo 11. Então, essa lista encaixa-se adequadamente na discussão de Paulo sobre o diaconato em 1Timóteo 3.8-13.

Certamente, então, Paulo está enfatizando que algumas mulheres têm uma função crucial no ministério diaconal da igreja. O fato de a Escritura não as chamar para fazer esse trabalho como oficiais da igreja, de modo algum diminui o privilégio e o valor que a Escritura atribui a esse serviço. Aí, como em outras partes da Escritura, Deus estima e honra o serviço e as contribuições das mulheres para a igreja.

Concluindo, o Novo Testamento nos informa que há dois e apenas dois ofícios permanentes na igreja: o de presbítero e o de diácono. Consideramos algumas das importantes linhas de ensino bíblico referentes ao presbiterado e ao diaconato. Também vimos indícios de que presbíteros e diáconos servem à igreja num nível mais elevado do que a congregação. Essa amplitude de serviço sugere um ponto importante a respeito do governo da igreja, ou seja, que ele não está contido inteiramente na igreja local. É para esse tema que nos voltaremos no próximo capítulo.

5 OS CONCÍLIOS DA IGREJA

Nos Estados Unidos, o governo está estabelecido em vários níveis. Há o governo no nível local: distritos, cidades e condados. Depois, há o governo no nível estadual. Finalmente, há o governo no nível federal. Cada nível de governo tem certas responsabilidades definidas em relação aos cidadãos aos quais serve. Cada nível de governo tem parâmetros definidos constitucionalmente dentro dos quais deve operar. As ações e decisões de níveis mais baixos do governo estão sujeitas à supervisão dos níveis mais altos de governo. Com esse modelo, o governo dos Estados Unidos realiza e dá expressão de modo singular à unidade das nações americanas.

Ou considere a sua família. No dia a dia, você, sua esposa e seus filhos interagem entre si de inúmeras maneiras. Embora essa expressão não seja comum hoje, os escritores cristãos mais idosos costumavam falar de "governo familiar".[229] Quando falamos de governo familiar, queremos dizer que há um relacionamento entre "governador" e "governado" dentro do lar.[230] As Escrituras conclamam os pais a exercerem uma liderança servil e indicada por Deus no lar para a paz, a prosperidade e o bem-estar de sua esposa e filhos. O governo da família piedosa é caracterizado por amor, não amargura; ordem, não desordem; harmonia, não conflito.

Agora considere sua família mais ampla. Você tem primos, tias e tios, sobrinhas e sobrinhos, pais ou avôs. Embora não viva mais com eles, e talvez nem mesmo perto deles, eles ainda são seus pais. Agora que tem sua própria família, você não está mais sob a autoridade dos seus pais da maneira como estava quando era criança. Mesmo assim, você tem uma obrigação bíblica de "honrar pai e mãe" (Êx 20.12). Você continua a receber conselhos e orientação dos seus pais. Algumas vezes os pais, que têm mais idade, conseguem convencer seus filhos a se submeterem à sua sabedoria em questões relacionadas ao governo familiar. Esses exemplos servem como lembretes de que a sua casa imediata faz parte de uma família maior e se beneficia da sabedoria e liderança dos membros dessa família maior.

Esses exemplos da família e do estado dão origem a uma pergunta para o nosso entendimento da igreja. Se a igreja, como a família e o estado, tem um governo para "promover" a "comunhão" dos seus membros e se a Escritura nos diz que a igreja é mais ampla e mais importante do que a congregação local, então a Escritura também nos diz que o governo da igreja se estende além e acima da congregação local? [231]

Neste capítulo, iremos argumentar que as Escrituras ensinam que o governo da igreja, de fato, estende-se para além e acima da congregação local. Iremos considerar também a natureza, a composição e as responsabilidades desse governo. E depois iremos tratar do modo pelo qual os vários níveis de governo da igreja devem se relacionar e interagir entre si.

Governo da igreja – para toda a igreja

É importante esclarecer o que é que estamos defendendo. Em quê, por exemplo, os presbiterianos e os congregacionais concordam? [232] Em que eles diferem?

Os presbiterianos e os congregacionais concordam que o Novo Testamento ensina a existência do que tem sido chamado de a "igreja invisível". Consideramos essa expressão no capítulo 1. A igreja invisível, como o Catecismo maior de Westminster define, é "o número completo dos eleitos, que foram e que serão reunidos num único corpo sob Cristo, a cabeça". [233] Vemos a igreja invisível refletida em passagens como Efésios 5.25-27, em que o apóstolo Paulo nos diz que "Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito". Não há discordância quanto a que a igreja, nesse sentido, existe além do nível de congregação local.

O desacordo diz respeito a se a igreja visível deve ser governada em níveis além da congregação local. Os presbiterianos argumentam que sim, os congregacionais argumentam que não. O governo da igreja congregacional não nega que os presbíteros que servem às congregações podem ou até mesmo devam reunir-se com o propósito de instrução, edificação e esforço cooperativo. Contudo, essas assembleias são consultivas, não governamentais. Elas não têm poder para impor seus resultados e ações aos membros da igreja local. Falando de modo mais correto, o poder da igreja é exercido apenas dentro da congregação local.

O presbiterianismo defende que "Jesus Cristo, nosso Mediador, estabeleceu na sua Palavra um padrão de um presbitério e de um governo presbiterial em comum sobre várias congregações individuais numa única igreja, para governar sua igreja em todas as eras posteriores". [234] Em outras palavras, os presbiterianos defendem dois pontos relacionados. Primeiro, o governo da igreja existe além do nível local e acima da congregação local. Segundo, a congregação local, portanto, existe num relacionamento de prestação de contas e submissão mútuas com outras congregações locais.

Qual é a evidência, na Escritura, para o governo presbiteriano para a igreja? De acordo com Peck, podemos indicar três linhas gerais e relacionadas de evidência bíblica. Primeira, as Escrituras ensinam a "unidade da igreja, mesmo como uma igreja universal visível". [235] Não é simplesmente que a unidade da igreja exista com respeito à igreja invisível. É que as Escrituras conclamam a igreja visível a dar expressão a uma unidade que pertence à igreja. Vemos esse ensino refletido em várias passagens.

> Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós o somos; eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim. (Jo 17.22-23)
>
> Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos. (Ef 4.4-6)
>
> Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão. (1Co 10.17)
>
> Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo. (1Co 12.12) [236]

É impossível restringir a unidade em vista nessas passagens à da congregação local. Jesus e Paulo ensinam que há uma unidade que pertence à igreja visível como um todo. [237] Essa unidade é refletida no registro bíblico do crescimento e progresso da igreja primitiva. Em Atos 9.31, Lucas comenta incidentalmente, depois da conversão de Saulo ao cristianismo: "A igreja, na verdade, tinha paz por toda a Judeia, Galileia e Samaria, edificando-se e caminhando no temor do Senhor, e, no conforto do Espírito Santo, crescia em número". Então, as Escrituras podem falar de uma porção considerável do povo de Deus espalhado sobre uma região geográfica ampla como "a igreja" (singular).

Uma coisa é a igreja visível ter e expressar unidade. Outra coisa é essa unidade "autorizar a união de duas ou mais congregações no mesmo governo". [238] A unidade da igreja acarreta necessariamente esse tipo de governo?

Isso nos leva ao nosso segundo ponto: durante o período apostólico, a igreja existia em várias congregações. As Escrituras falam dessas congregações coletivamente como a "igreja" e entende que essas congregações são unidas num único governo. Dois pontos adicionais sustentarão essa observação.[239] O primeiro é que Atos dos Apóstolos descrevem mais de uma vez a igreja em Jerusalém usando a palavra "igreja" no singular.

> Naquele dia, levantou-se grande perseguição contra a igreja em Jerusalém. (At 8.1)
> A notícia a respeito deles chegou aos ouvidos da igreja que estava em Jerusalém; e enviaram Barnabé até Antioquia. (At 11.22)
> Tendo eles chegado a Jerusalém, foram bem recebidos pela igreja, pelos apóstolos e pelos presbíteros e relataram tudo o que Deus fizera com eles. (At 15.4)

Então, as Escrituras falam de todos os cristãos em Jerusalém como "a igreja". Em segundo lugar, "a igreja em Jerusalém deve ter consistido de várias congregações".[240] Atos dos Apóstolos registram o crescimento numérico contínuo e substancial na igreja de Jerusalém. A igreja começou com 120 discípulos e, pela graça do Senhor, cresceu exponencialmente.

> Então, os que lhe aceitaram a palavra foram batizados, havendo um acréscimo naquele dia de quase três mil pessoas. (At 2.41)
> Enquanto isso, acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos. (At 2.47)
> Muitos, porém, dos que ouviram a palavra a aceitaram, subindo o número de homens a quase cinco mil. (At 4.4)
> E crescia mais e mais a multidão de crentes, tanto homens como mulheres, agregados ao Senhor. (At 5.14)
> Crescia a palavra de Deus, e, em Jerusalém, se multiplicava o número dos discípulos; também muitíssimos sacerdotes obedeciam à fé. (At 6.7)
> Ouvindo-o, deram eles glória a Deus e lhe disseram: Bem vês, irmão, quantas dezenas de milhares há entre os judeus que creram. (At 21.20)

Sem dúvida, essas passagens apresentam várias dificuldades exegéticas.[241] Contudo, o leitor não deve perder a principal ênfase da descrição de Lucas. Como J. A. Alexander observa, "Mesmo na menor contagem dos números nos casos diante de nós [ou seja, o de At 4.4], o crescimento da igreja foi maravilhosamente grande e rápido".[242] Uma estimativa conservadora colocaria os membros da igreja de Jerusalém, ao final de Atos dos Apóstolos, em não menos do que muitos milhares de pessoas.

Os cristãos de Jerusalém deviam reunir-se em diferentes congregações. Aqueles eram dias anteriores aos de templos do tamanho de estádios esportivos. O testemunho das Escrituras e a subsequente história da igreja, é que os locais para as reuniões públicas dedicados ao uso da igreja foram um fenômeno pós-Novo

Testamento. Segundo Atos e as epístolas informam, os lugares para as reuniões das igrejas eram residências particulares (At 1.12-14; 2.46; 12.12; 19.9; 20.8; 28.30-31; Rm 16.5; 1Co 16.19; Cl 4.15 e Fm 1). [243] O fato de que milhares de cristãos reuniam-se em residências individuais leva à conclusão de que a igreja em Jerusalém reunia-se em várias congregações. [244]

Esses cristãos em Jerusalém eram servidos por vários oficiais. De fato, lemos sobre o ministério dos doze apóstolos ao longo dos primeiros capítulos de Atos. Também testemunhamos a instituição dos diáconos em Atos 6.1-6. Ainda aprendemos que a igreja em Jerusalém era servida por presbíteros que atuavam junto com os apóstolos (At 15.2). Essa multiplicidade de oficiais da igreja harmoniza-se com uma igreja que se reúne em congregações separadas. É razoável concluir que essas congregações eram coletivamente governadas pelos apóstolos e individualmente governadas por grupos de presbíteros escolhidos pelas congregações nas quais prestavam serviço (veja At 6.1-6). [245]

Observamos que essas congregações eram corretamente denominadas como uma única igreja (At 8.1). Também vimos que essa igreja regional é "representada como agindo em harmonia" por meio dos seus oficiais nas questões do governo da igreja. [246] Três páginas das Escrituras nos ajudam a ver esse governo da igreja regional. Em Atos 11.22, vemos os presbíteros da igreja em Jerusalém enviando Barnabé para encorajar e servir a igreja em Antioquia. Em Atos 11.30, vemos os presbíteros da igreja recebendo e, por implicação, desembolsando e distribuindo recursos financeiros enviados pelos cristãos de Antioquia para os cristãos em Jerusalém. Em Atos 15.2, vemos que os presbíteros da igreja em Jerusalém recebem Paulo e Barnabé para começarem a discutir e deliberar sobre uma questão de doutrina e prática. [247]

Então, podemos falar da igreja tanto no nível local quanto regional. Em cada nível ela é governada por uma pluralidade de presbíteros. No nível local, a igreja é governada por presbíteros escolhidos por aquela mesma congregação para servi-la. No nível mais amplo ou mais elevado, ela é governada por um grupo representativo de presbíteros numa região particular. [248]

Com base nessa observação, podemos concluir que a igreja visível, na sua extensão mais ampla ou elevada, deve ser governada pela representação dos seus presbíteros. O que os dados de Atos nos mostram é que o governo da igreja se estende a níveis tão elevados e abrangentes quanto a igreja visível. Se a igreja visível é universal, é evidente que as Escrituras conclamam a igreja a ser governada nesse nível por uma representação dos presbíteros de todas as igrejas.

É importante observar que, biblicamente, a existência da igreja localmente em várias congregações de maneira alguma delimita ou milita contra a sua identidade e função como a igreja mais amplamente definida. De fato, como Peck observa, é o "governo presbiteriano da igreja" que "realiza a unidade da igreja" pela "*elasticidade* do seu sistema parlamentar representativo". [249]

> Se houvesse apenas uma congregação no mundo, seu presbitério ou "conselho" constituiria o parlamento da igreja toda; se houvesse meia dúzia, os representantes de cada uma constituiriam o parlamento da igreja toda; se fosse um número mais abrangente, os resultados seriam os mesmos. Os representantes de todas as igrejas (ou de parlamentos menores, mantendo o mesmo princípio) constituem um parlamento para a igreja toda. [...] Portanto, o presbiterianismo pode ser definido da seguinte maneira: o sistema de governo da igreja por meio de assembleias parlamentares, compostas de duas classes de presbíteros, e somente presbíteros, organizado de tal modo que mantenha a unidade visível de toda a igreja. [250]

Essa "elasticidade" mantém a flexibilidade da igreja ao refletir sua unidade.

> A organização dos concílios, o número, a extensão do território deles etc. é uma questão a ser determinada pela sabedoria humana, acomodando seus planos à circunstância do caso, levando em conta a decência, a ordem e a edificação geral. Montanhas, rios, divisões políticas, línguas e outras circunstâncias modificam e devem modificar nossas tentativas de fazer, em qualquer forma externa, a ideia de unidade da igreja. [251]

Portanto, o presbiterianismo do "direito divino" é notavelmente adaptado tanto às exigências de uma igreja em expansão quanto à manutenção da unidade da igreja em cada época. À medida que a igreja cresce, o governo que Cristo concedeu a igreja pode crescer com ela. A igreja pode ter a certeza de que encontrará uma série de circunstâncias que exigirão dela que rejeite seu modo de governo ou o modifique. Certamente esse estado de coisas é um testemunho da sabedoria de Cristo, o cabeça da igreja.

Antes de continuarmos, vale a pena enfatizar que apresentamos esse argumento em favor do presbiterianismo com modesta convicção. Como Peck observa, essa reflexão tem implicações importantes para nossa interação com nossos irmãos e irmãs não presbiterianos.

> Certeza absoluta não pode ser alcançada em relação a esses pontos como é alcançada a respeito daqueles artigos de fé que são fundamentais e necessários para a salvação. Desse modo, conquanto contendamos pela ordem escriturística da casa de Cristo, como uma questão de fé e da vasta importância para a prosperidade e eficiência da igreja, não consideramos fora da igreja nem questionamos as misericórdias de Deus sobre aqueles que, afirmando os pontos decisivos, no entanto discordam de nós quanto a estes. [252]

Como vimos na Introdução, o presbiterianismo é essencial para o bem-estar (*bene esse*), mas não para a essência (*esse*) da igreja. Portanto, a não aceitação do

presbiterianismo não é uma barreira para se receber uma pessoa não presbiteriana como cristã, ou uma igreja não presbiteriana como uma extensão da igreja verdadeira, conquanto ambas mantenham, de fato e verdade, que o único cabeça da igreja é Jesus Cristo.

As assembleias da igreja

Até este ponto neste capítulo, tratados de dois pontos fundamentais. Primeiro, as Escrituras reconhecem que a igreja visível é mais abrangente e mais elevada do que a congregação local. Podemos falar corretamente de todas as verdadeiras congregações numa região e, de fato, de todas as congregações verdadeiras do planeta como sendo "a igreja". Em segundo lugar, as Escrituras representam as congregações como estando "conectadas pelo seu governo". [253] Certamente a igreja tem governo no nível local, mas ela também tem governo em níveis mais elevados. Assim, a partir de agora consideraremos que modo o governo da igreja assume nesses níveis mais elevados.

Antes de entrarmos no assunto, vamos rever o que concluímos a respeito do governo da igreja no nível local. Vimos que as congregações são governadas por uma pluralidade de presbíteros (At 14.23; Fp 1.1; Tt 1.5). Os presbiterianos chamam esse grupo de presbíteros de "conselho". [254] O "conselho" pode também ser corretamente chamado de "presbitério", pois "presbitério", no seu sentido mais geral, é um colegiado de presbíteros. [255] Todavia, os presbiterianos tendem a reservar o termo "presbitério" para descrever a igreja regional, que também se reúne como um concílio da igreja. [256]

O conselho também é um exemplo de um concílio da igreja. O termo "concílio" refere-se às reuniões de presbíteros com o objetivo declararem a lei de Deus para o benefício da igreja. O conselho tem responsabilidades sobre três áreas que já consideramos no capítulo 3: doutrina, ordem e jurisdição. No capítulo 4 demos atenção a uma dessas responsabilidades do concílio da igreja, ou seja, a ordenação de homens para ofícios na igreja.

Os conselhos são compostos tanto por presbíteros docentes quanto por presbíteros regentes. Visto que presbíteros docentes e regentes são duas ordens distintas do mesmo ofício, e visto que as Escrituras não estabelecem nenhuma estrutura hierárquica dentro do presbiterado ou sobre o presbiterado, os concílios devem atuar por meio de "deliberações, conferências, intercâmbio de visões e por votos [da maioria], o que confirma a ação de todo o corpo de governança da igreja". [257]

Se os conselhos têm essa composição e caráter, o que podemos dizer do caráter e da composição dos concílios superiores ou mais abrangentes da igreja? O que podemos dizer sobre o presbitério (a igreja regional) quando ele se reúne? O que podemos dizer sobre o Supremo Concílio (Assembleia Geral), que é "o concílio mais elevado da igreja e representa num corpo toda a igreja"? [258] Felizmente, as Escrituras oferecem exemplo de um concílio supremo em exercício em Atos 15. [259] Voltemos a atenção, neste capítulo, para quais princípios podemos aprender sobre o governo da igreja nos níveis do presbitério e do Supremo Concílio. [260]

Cinco observações são pertinentes à nossa consideração. A primeira diz respeito à composição do Concílio de Jerusalém. A assembleia de Atos 15 é uma assembleia representativa. Ela é composta de representantes enviados por várias igrejas, como se pode ver em Atos 15.2: "Tendo havido, da parte de Paulo e Barnabé, contenda e não pequena discussão com eles, resolveram que esses dois e alguns outros dentre eles subissem a Jerusalém, aos apóstolos e presbíteros, com respeito a essa questão". As Escrituras nos dizem que esses representantes foram "indicados" pela igreja para servir em Jerusalém. Como essa indicação é um ato de governo, podemos concluir que foram os presbíteros da igreja de Antioquia que agiram para escolher Paulo e Barnabé.

Além do mais, os representantes ao Concílio de Jerusalém eram todos apóstolos e presbíteros. Pelo menos cinco vezes nesse relato Lucas lembra aos seus leitores que foram os "apóstolos e presbíteros" que participaram do Concílio em Jerusalém (15.4, 6, 22-23; 16.4). Como Atos 15.6 ("Então, se reuniram os apóstolos e os presbíteros para examinar a questão") e Atos 16.4 ("as decisões tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém") deixam claro, não oficiais não fazem parte do trabalho dessa assembleia. Uma vez que o ofício de apóstolos cessou, hoje os membros dessas assembleias consistem exclusivamente de presbíteros.

As Escrituras também nos informam que esses presbíteros pertenciam a várias congregações. A delegação da igreja de Antioquia foi composta por Paulo e Barnabé (15.2), que se uniram aos "apóstolos e presbíteros" em Jerusalém. Uma vez que a questão da qual o Concílio iria tratar afetava outras igrejas além das de Jerusalém e Antioquia (veja 15.23), outras igrejas cujos nomes não aparecem no texto presumivelmente enviaram seus representantes também. [261] Assim, essa assembleia era um concílio não da igreja local, mas da igreja mais abrangente.

Desse modo, Atos nos revela que os concílios superiores da igreja devem ser compostos por presbíteros. Esses presbíteros são escolhidos por concílios

inferiores dos quais fazem parte. Ademais, os concílios superiores servem à igreja mais ampla.

Alguns têm argumentado que, como há o registro de que vários apóstolos participaram desse Concílio, o mesmo não é normativo para o governo subsequente da igreja cristã. Em outras palavras, o relato afirma que os "apóstolos agiram *naquela questão* como explanadores infalíveis e inspirados da vontade de Deus".[262] Porém, ao contrário, vemos que os apóstolos Pedro, Paulo e Tiago, e também Barnabé, participaram do trabalho do Concílio como "oficiais comuns da igreja, usando meios comuns para distinguirem a vontade divina e desfrutando somente das orientações e influências comuns do Espírito Santo".[263] Nesse Concílio, nunca vemos os apóstolos invocando suas autoridades apostólicas. Em vez disso, eles participaram como presbíteros, juntamente com outros presbíteros no processo de deliberação. As Escrituras informam que a conclusão do Concílio é devida a um consenso criado por meio de debate, não pela invocação de um julgamento apostólico infalível. Os apóstolos eram certamente capacitados para concluir a questão dessa maneira. Mas eles optaram por não agir naquela ocasião como "explanadores inspirados e infalíveis da vontade de Deus".[264] Eles escolheram agir como "presbíteros companheiros" (1Pe 5.1). Ao fazê-lo, demonstraram a nós que as Escrituras intencionam que esse Concílio e o seu trabalho devem ser reguladores da prática da igreja em todas as épocas.

A segunda observação diz respeito ao tema tratado naquele Concílio. Lucas especifica a questão para nós em Atos 15.1: "Alguns indivíduos que desceram da Judeia ensinavam aos irmãos: Se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos". A questão era uma preocupação especificamente eclesiástica e dizia respeito à corrupção do evangelho. Esse é o tipo de tema que corretamente deve ser levado a um concílio da igreja de Jesus Cristo.

Além do mais, aquele tema havia servido de ocasião para "dissensão e debate" na igreja em Antioquia. Aparentemente, ele havia perturbado as igrejas na Síria e na Cilícia também (15.23). O problema não estava restrito a uma única congregação ou a uma igreja regional, mas estava impactando a igreja de um modo mais amplo. Portanto, a seriedade e a abrangência do caráter daquela questão exigia a consideração de um concílio superior da igreja.

Observe adicionalmente como a questão chega à atenção do Concílio. Ela chegou por recomendação da igreja em Antioquia a um concílio superior da igreja.[265] Esse curso de ação não era o único disponível à igreja de Antioquia, como William Cunningham explica.

> É evidente que, se a igreja de Antioquia, em vez de levar a questão à igreja de Jerusalém, tivesse tomado uma decisão por si mesma a respeito dela, como poderia ter feito, teria sido igualmente lícito para uma minoria na igreja de Antioquia (pois sabemos que havia uma divisão lá) apelar para a igreja em Jerusalém para que a revesse e, se eles assim julgassem, reverter a decisão. [266]

Então, o Concílio de Jerusalém ilustra um princípio importante para o governo da igreja. Concílios superiores exercem um papel de supervisionar os concílios inferiores da igreja. Se aquela questão tivesse chegado ao Concílio por meio de uma queixa ou, como de fato ocorreu, pela recomendação de um grupo, esse Concílio tinha a autoridade para agir a respeito de questões que fossem constitucionalmente levadas a ele por um concílio inferior. [267] Mais à frente iremos considerar que autoridade qualquer decisão dos concílios superiores têm com respeito aos concílios inferiores da igreja em particular e em relação à igreja em geral.

A terceira observação refere-se ao modo como o Concílio abordou a questão levada a ele pela igreja de Antioquia. [268] Ele o fez por meio de deliberação. Qual foi o caráter dessa deliberação? Podemos observar duas características principais. Em primeiro lugar, vemos que os presbíteros participantes se relacionaram uns com os outros como iguais. A discussão não fornece nenhuma evidência de que qualquer um deles tinha ou exercia autoridade hierárquica sobre os outros.

Em segundo lugar, a deliberação foi ordenada e racional e originou-se das premissas derivadas das Escrituras. Ela foi ordenada. Cada pessoa teve a oportunidade de falar. A contribuição de cada pessoa edificou sobre a anterior e não apenas repetiu o que já havia sido dito. Isso é bíblico. Em primeiro lugar, a deliberação consiste em fazer com que as Escrituras esclareçam a questão sobre a qual o Concílio deve decidir. [269] Pedro, Paulo e Barnabé relacionaram a atividade de Deus em conexão com o ministério deles entre os gentios. Temos um relato inspirado dessa atividade em Atos 10–11 e Atos 13–14. Tiago citou o profeta Amós em referência à situação da qual o Concílio estava tratando, e avançou para derivar do profeta as conclusões práticas que o Concílio deveria seguir (veja 15.15-21).

A quarta observação diz respeito à natureza e à autoridade da decisão do Concílio. Os presbíteros presentes em Jerusalém não deliberaram apenas por deliberar. Eles o fizeram para chegar a uma conclusão. Ao final, o Concílio adotou três cursos de ação. [270] Eles chegaram a uma decisão, registraram a decisão numa carta explicativa a ser distribuída para o corpo mais amplo da igreja, e escolheram homens para levar a carta pessoalmente para as várias igrejas representadas no Concílio.

O que podemos dizer da conclusão em si? Formalmente, como a deliberação ocorreu a partir de premissas bíblicas, a conclusão a que eles logicamente chegaram a partir das mesmas premissas também foi bíblica. O Concílio disse à igreja que entendia que essa decisão era bíblica ao apresentá-la do seguinte modo: "Pois pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" (15.28).[271] Assim, o Concílio demonstra a nós que "todos os decretos e determinações dos concílios da igreja devem ser regulados pela palavra de Deus".[272]

Materialmente, a conclusão do Concílio demonstra tanto o poder dogmático quanto o poder diatático de um concílio da igreja. O seu poder dogmático pode ser visto na resolução pela assembleia da questão doutrinária que havia sido levada a ela pela igreja de Antioquia.[273] O Concílio faz isso quando diz que "alguns [que saíram] de entre nós, sem nenhuma autorização, vos tem perturbado com palavras, transtornando a vossa alma" (15.24) e quando faz provisões para que Judas e Silas confirmem a decisão pessoalmente diante das igrejas (15.27). Em outras palavras, a assembleia, manteve a doutrina da justificação somente pela fé e expressamente desautorizou a doutrina da justificação pelas obras que estava circulando entre as igrejas.[274]

A assembleia exerceu o poder diatático, ou o poder de ordem, quando disse às igrejas que deveriam abster-se de algumas coisas.

> Pois pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor maior encargo além destas coisas essenciais: que vos abstenhais das coisas sacrificadas a ídolos, bem como do sangue, da carne de animais sufocados e das relações sexuais ilícitas; destas coisas fareis bem se vos guardardes. Saúde. (At 15.28-29)

A assembleia ressalta quatro questões de tremenda importância para os judeus. A assembleia não está dizendo que essas eram as únicas questões de comportamento com as quais os cristãos do século 1º deveriam se preocupar. Também não está dizendo a eles que cada uma é tão moralmente importante quanto a outra. Em vez disso, está apontando essas quatro questões para os cristãos por uma razão específica. Depois de ter afirmado o ponto doutrinário de que o cristão é justificado somente pela fé e não por obras da lei, e que na nova aliança os cristãos não estão obrigados a se circuncidarem, a assembleia está preocupada de que essa doutrina não gere ofensa desnecessária. Ainda que três desses tópicos consistisse de "coisas indiferentes" para o cristão, no entanto, a assembleia exorta os cristãos a observá-los, e fazer isso com o propósito de evitar ofensas desnecessárias, fosse aos cristãos judeus fracos ou aos judeus descrentes. Por essa razão, a assembleia não está exercendo poder legislativo. Em vez disso, a assembleia está exercendo poder jurisdicional de ordem. Esse concílio ordena

circunstâncias em benefício da paz e da unidade da igreja, bem como para a honra do evangelho.

Essa discussão dá origem a duas outras perguntas. Primeira, esse decreto ainda diz respeito aos cristãos de hoje, com respeito à abstenção "das coisas sacrificadas a ídolos, bem como do sangue e da carne de animais sufocados"? A resposta a essa pergunta é "não". A razão é que as circunstâncias que levaram a igreja a exercer o poder de ordem em Jerusalém não existem mais hoje. Seria altamente improvável que o fato de eu comprar no supermercado um pacote de qualquer tipo de carne com um pouco de sangue ainda na embalagem ofendesse meu vizinho ou algum membro da igreja por questões relacionadas às leis cerimoniais de Moisés.

Segunda, teria sido pecado para um cristão do século 1º da igreja de Jerusalém comer carne sacrificada a ídolos em desafio àquele decreto? A resposta a essa pergunta é um "sim" qualificado. Fazer isso teria sido pecado, mas o pecado não teria sido a ingestão da carne em si. Se esse fosse o caso, teríamos de reconhecer o poder da assembleia em legislar uma questão não legislada pelas Escrituras. Afinal de contas, a assembleia reconheceu que na nova aliança o cristão encontra-se livre dessas obrigações cerimoniais. Contudo, o pecado teria consistido no escândalo causado por essa ação. Consequentemente, "a disciplina é administrada por causa do escândalo, não pela violação da norma propriamente dita". [275]

O que podemos dizer sobre a autoridade da decisão do Concílio? As Escrituras indicam que as conclusões da assembleia não foram de natureza consultiva. A decisão foi "um julgamento autoritativo". [276] Lemos em Atos 15.28 que a assembleia está colocando um "encargo" sobre as igrejas de Antioquia, da Síria e da Cilícia. Além do mais, quando Paulo e Silas entregam o resultado do trabalho da assembleia à igreja, Lucas nos diz que "entregavam aos irmãos, para que as observassem, as decisões tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém" (At 16.4). O fato de que a decisão da assembleia que foi entregue às igrejas tinha um caráter autoritativo e foi imposto aos concílios inferiores da igreja revela para nós um princípio importante do governo bíblico da igreja, ou seja, o da "subordinação de um concílio a outro de jurisdição mais ampla – a subordinação de uma igreja a várias outras igrejas, ou aos seus representantes". [277] Mais à frente, iremos considerar mais especificamente, essa gradação dos concílios da igreja.

A quinta e última observação de Atos 15 é relativa a como a igreja recebe as decisões de um concílio superior. Já vimos que o Concílio de Jerusalém foi

composto exclusivamente de presbíteros. Os outros membros da igreja não tiveram qualquer participação nas deliberações do Concílio.[278] No entanto, essa decisão foi submetida à consideração de toda a igreja na forma escrita e distribuída de uma carta da assembleia. Qual era o propósito dessa submissão?

Podemos dizer que o propósito não era o de dar uma oportunidade para que as pessoas pudessem votar ou anular a decisão. As Escrituras não dão nenhuma indicação de que os membros da igreja tivessem essa autoridade. Em vez disso, o propósito foi o de obter a "aquiescência e cooperação" das pessoas.[279] Essa aquiescência e cooperação não eram atos de governo, eram simples reconhecimento de que a decisão da assembleia era o que professava ser – uma decisão de acordo com as Escrituras. A assembleia teve o cuidado de demonstrar que suas deliberações e conclusões eram bíblicas porque queria que a igreja recebesse seus julgamentos como tais. Vemos aqui mais um princípio do governo bíblico da igreja. Não é suficiente que a decisão de um concílio da igreja seja bíblica; ela deve ser *percebida* como bíblica. Esse desejo molda o modo pelo qual a assembleia tanto esboça quanto promulga suas ações.

Portanto, as Escrituras sustentam o que tem sido chamado de "direito do julgamento privado", ou seja, que cada cristão "é responsável por interpretar a Palavra de Deus por si mesmo sob sua própria responsabilidade, para a regulamentação das suas próprias opiniões e conduta, para execução das suas próprias funções e o cumprimento dos seus deveres, *quaisquer que sejam eles*".[280] Os oficiais da igreja não se interpõem entre Cristo e a consciência do cristão. Ao contrário, em Atos 15 as Escrituras demonstram de maneira vívida o poder ministerial que os presbíteros são chamados a exercer.

Observe os resultados das ações do Concílio na igreja: "Assim, as igrejas foram fortalecidas na fé e, dia a dia, aumentavam em número" (16.5). A ação da assembleia não dividiu a igreja. Ela também não refreou nem dificultou a obra evangelística da igreja. Pelo contrário, a ação da assembleia serviu para edificar e estender a igreja em, pelo menos, dois modos. Primeiro, a igreja foi "fortalecida na fé". Imagine o alívio que cada cristão sentiu, depois de ter sido atormentado pelo falso ensino dentro da igreja, quando leu a carta e ouviu homens como Paulo e Silas explicando o seu conteúdo a eles. Imagine o encorajamento por terem aprendido que a igreja havia reafirmado o seu compromisso com o evangelho. Quando o governo da igreja funciona corretamente, a igreja desfruta de unidade, não sofre de fragmentação.

Segundo, a igreja "aumentava em número dia a dia". Esse resultado não deveria nos surpreender. Cristãos unidos e fortalecidos pelo evangelho se espalham para

contar a outras pessoas as boas-novas a respeito de Jesus. Pela graça de Deus, pecadores foram levados à fé e ao arrependimento, fizeram sua pública profissão de fé e se uniram à comunhão dos santos. Essa passagem deve nos ajudar a ver que o governo bíblico da igreja não é um obstáculo para missões e evangelização. Na verdade, as Escrituras demonstram para nós que o bom governo da igreja é crucial para a expansão da igreja. Depois que aquela assembleia realizou o seu trabalho, a igreja continuou a crescer pela bênção do Senhor. Assim, Jesus estava abençoando o seu próprio meio de reunir e aperfeiçoar os santos.

Aceitando as ações dos concílios da igreja hoje

Há muito tempo, os cristãos reconheceram que os concílios da igreja são passíveis de erro. Nenhum protestante reivindica que os oficiais ou concílios da igreja são infalíveis. A Confissão de fé de Westminster corretamente resume os ensinamentos das Escrituras quando afirma que "todos os sínodos ou concílios, desde os tempos dos apóstolos, sejam gerais ou particulares, podem errar e têm errado. Portanto, eles não devem ser tomados como regras de fé ou prática, mas devem ser utilizados como uma ajuda a ambos".[281] Assim, as decisões dos concílios da igreja só podem ordenar a concordância da pessoa se forem fiéis às Escrituras.

Esse ponto é tão importante que forma o primeiro dos Princípios preliminares do *Book of church order* da PCA.

> Somente Deus é o Senhor da consciência e ele a manteve livre de quaisquer doutrinas ou mandamentos de homens que são (a) em algum respeito contrários à Palavra de Deus ou (b) que, em questões de fé e adoração, não são governados pela Palavra de Deus. Portanto, os direitos do julgamento privado em todas as questões que dizem respeito à religião são universais e inalienáveis.

As Escrituras reconhecem tanto a universalidade quando o caráter inalienável dos direitos do julgamento privado em todas as questões que dizem respeito à religião e à falibilidade dos concílios da igreja. Essa situação dá origem a uma certa pergunta prática: o que devo fazer quando estou convencido de que um concílio da igreja cometeu um erro?

Ao que parece, a Assembleia de Atos 15 obteve consenso universal com respeito à sua decisão. Não parece ter havido nenhum voto contrário. Mas o que acontece quando um oficial da igreja hoje está em desacordo com uma decisão de um concílio da igreja do qual ele é membro? O que ele deve fazer? O que ele não deve fazer? Quais são suas obrigações para com Cristo e para com a igreja numa situação como essa? Quais princípios devem guiá-lo ao tomar esses tipos

de decisões? Além do mais, como esses princípios ajudariam outras pessoas que não são oficiais a avaliarem as decisões dos concílios da igreja?

Para responder a essas perguntas, podemos retornar a um capítulo anterior da história do presbiterianismo norte-americano. Em 1741, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos passou por um doloroso cisma e dividiu-se em dois diferentes corpos, o Sínodo da Filadélfia e o Sínodo de Nova York. [282] Quando esses sínodos se reuniram em 1758, o novo corpo, o Sínodo de Nova York e da Filadélfia, adotou um Plano de União detalhando os "termos da reunião". [283] O objetivo declarado desse Sínodo reunido ao esboçar e adotar o plano era que "não permanecessem quaisquer ciúmes ou bases para alienação, como também evitar futuras cisões de natureza semelhante". [284]

O primeiro parágrafo do plano indicava que esses dois corpos reunidos da igreja continuariam a "aprovar e receber" os Padrões de Westminster, bem como o "plano de adoração, governo e disciplina contidos no Diretório de Westminster". [285]

Nos dois parágrafos seguintes, o Sínodo indicou os modos pelos quais os votos individuais dos seus membros poderiam corresponder às decisões de todo o corpo.

> Quando qualquer questão é determinada pelo voto da maioria, cada membro deve concordar ativamente, ou submeter-se passivamente a essa determinação; ou, se sua consciência não permitir que ele faça nenhuma dessas duas coisas, ele deve, depois de suficiente liberdade para com decoro apresentar suas razões e protestar, retirar-se pacificamente da nossa comunhão, sem tentar causar qualquer divisão. Sempre contanto que isso seja entendido como estendendo-se somente a tais determinações que o corpo julgar indispensáveis em termos de doutrina ou da forma do governo presbiteriano.
>
> Que qualquer membro ou membros, para desobrigação da sua consciência diante de Deus, tem o direito de protestar contra qualquer ato ou procedimento do nosso concílio superior, porque não há qualquer outra instância a que apelar; também deve ser exigido que esse protesto seja registrado nas suas atas. Como esse protesto é um apelo solene dos representantes da dita corte, nenhum membro é passível de perseguição por causa desse protesto. Sempre contanto que será tido como irregular e ilegal fazer um protesto contra qualquer membro ou membros, ou protestar contra fatos ou fazer acusações sem prová-las, a menos que um julgamento justo tenha sido negado, até mesmo pelo concílio superior. Fica acordado que os protestos só podem ser feitos contra os atos, julgamentos e determinações públicos da magistratura com os quais a consciência daquele que protesta tenha sido ofendida. [286]

De modo admirável, os princípios do Sínodo equilibraram dois princípios importantes: as determinações das decisões do concílio pelo voto da maioria e os direitos dos membros em minoria de se expressarem e agirem de acordo com suas convicções.

Primeiro, o Sínodo sustenta o princípio de que um concílio da igreja chega à sua decisão pelo voto da maioria. Observamos anteriormente que esse princípio é exigido por duas características dos concílios da igreja – a ausência de qualquer hierarquismo entre seus membros e o caráter deliberativo dos seus procedimentos. O Sínodo não permite que a minoria prejudique ou frustre a decisão da maioria. Ao fazer isso, a ordem é preservada nos concílios da igreja.

Em segundo lugar, o Sínodo vindica os direitos da minoria de expressar e atuar de acordo com suas convicções. Ele faz isso ao estabelecer três cursos de ação para todos os membros da assembleia. O primeiro é uma concordância ativa. Quando o membro ativamente concorda com a questão determinada pelo voto da maioria, ele está totalmente de acordo com ela e disposto a promovê-la.

No entanto, o que acontece quando um membro não é capaz de concordar ativamente com essa decisão? Nesse caso, duas opções estão disponíveis a ele. Ele pode "submeter-se passivamente". Ele é incapaz de concordar ativamente com a decisão. Ao mesmo tempo, ele está disposto a deixar a situação como está e, nesse sentido, submeter-se à vontade dos seus irmãos.

Ou o membro pode "retirar-se pacificamente" da assembleia. Ele é incapaz de concordar conscientemente com a decisão e também é incapaz de submeter-se à vontade dos seus irmãos. Todavia, para que se ele se retire, há três condições. Primeira, ele deve ter feito o esforço para "com decoro apresentar suas razões e protestar" junto aos seus colegas presbíteros. Ele tem o direito de apelar e até mesmo protestar sem temer perseguição por um protesto correto. Segunda, a maioria deve julgar se "essa determinação" é algo "indispensável em termos de doutrina e governo presbiteriano". Isso assegura que, caso a minoria se afaste, a maioria não será tida por culpada por ter dividido desnecessariamente o corpo. Essa provisão também dá à maioria ocasião para repensar se julga sua decisão ser suficientemente importante para seguir em frente mesmo em face do desacordo da minoria. Terceira, a minoria deve retirar-se "sem tentar promover alguma divisão". A provisão ajuda a minoria a certificar-se de que está agindo somente por causa de sua consciência e não por qualquer outro propósito pecaminoso.

Diante disso, esses processos poderiam parecer destrutivos à unidade da igreja. Eles parecem agravar a tensão entre a maioria e a minoria. Na verdade, esses processos foram estabelecidos para preservar e promover a unidade da igreja. Ao assegurar o direito da maioria de conduzir a assembleia, e ao limitar o que a minoria pode fazer ou não fazer depois que uma questão foi decidida, o Sínodo impede a minoria do corpo de manter todo o corpo cativo das suas preocupações. Ao assegurar o direito da minoria de expressar e atuar de acordo

com suas convicções, o Sínodo coloca um obstáculo à formação de uma falsa unidade no concílio que possa passar por cima da consciência dos seus membros. Ao permitir que a minoria proteste, o Sínodo incentiva a maioria a reconsiderar tanto a importância como o caráter justo da sua ação.

Como esses princípios podem funcionar na prática? Vejamos isso por meio de um exemplo trivial e hipotético. Presuma que o Supremo Concílio de alguma igreja presbiteriana condene, pelo voto da maioria, a compra e o consumo de sorvete de pistache. O que deveria um membro dessa assembleia fazer? Ele pode "concordar ativamente" com a decisão. Ele pode pensar que é biblicamente permitido a um concílio da igreja estabelecer esse tipo de interdição ao sorvete de pistache. Ele pode dar seu total apoio e agir de modo a incentivar os membros da igreja a colocarem em prática essa decisão. Ou ele pode "submeter-se passivamente" a essa decisão. Ele pensa que as Escrituras não legislam sobre sabores de sorvetes e, além do mais, que essa é uma questão sobre a qual um concílio da igreja não deveria se pronunciar. Ainda assim, suas convicções são tais que ele está disposto a deixar a situação como está.

Ou ele pode considerar "retirar-se pacificamente". Contudo, para seguir esse curso de ação, ele deve primeiramente "com decoro apresentar suas razões e protestar" junto aos seus irmãos. Ele deve esforçar-se para mostrar a eles que esse julgamento é tanto não bíblico na sua essência quanto impróprio para ser feito por um concílio da igreja. Ele deve fazer isso com argumentos moderados e persuasivos. A maioria deve perguntar a si mesma se legislar sobre sorvete é, de fato, tão indispensável à doutrina bíblica e ao governo da igreja que ela está disposta a continuar seguindo em frente com essa medida a ponto de arriscar perder um membro do concílio. Se a maioria persistir, o membro pode "pacificamente retirar-se [...] sem tentar causar qualquer divisão" e buscar comunhão com algum outro corpo de cristãos.

Esses princípios também se aplicam aos membros da igreja. Embora os membros da igreja não sejam membros votantes nos concílios da igreja, o sistema presbiteriano geralmente estabelece provisões para que essas pessoas possam expressar suas objeções ou preocupações em relação às ações dos concílios da igreja.[287] Se um membro da igreja está em desacordo conscienciosо com uma decisão de um concílio da igreja e não obtém qualquer satisfação desse concílio, e se a questão for julgada como algo "indispensável em termos de doutrina e do governo presbiteriano da igreja", o membro da igreja é livre para, pacificamente, não de maneira a causar divisão, buscar transferir-se para outro corpo eclesiástico.

O relacionamento entre os concílios da igreja

Até este ponto vimos que as Escrituras entendem a igreja como sendo mais ampla e mais elevada do que a congregação local. As Escrituras falam da igreja nos níveis local, regional e universal. Além do mais, as congregações estão "ligadas quanto ao governo delas". [288] Demos alguma atenção ao governo da igreja tanto no nível congregacional quanto no supracongregacional.

Uma pergunta permanece – como os concílios da igreja se relacionam entre si? As Escrituras nos dizem que a igreja é governada no nível congregacional pelo Conselho e, nos níveis mais elevados, por assembleias representativas de presbíteros. Mas como os conselhos e esses concílios superiores se relacionam entre si?

Duas respostas populares entendem os poderes de um concílio como derivando dos poderes de outro concílio. Uma resposta pode ser denominada "de cima para baixo". Essa visão entende os poderes do conselho como derivados do presbitério, ou os poderes do conselho e do presbitério como derivados do Supremo Concílio. A outra visão pode ser denominada "de baixo para cima". Essa visão entende os poderes do presbitério e do Supremo Concílio como derivados do conselho. Lefferts Loetscher, por exemplo, entende essas posições como sendo duas principais alternativas no presbiterianismo histórico.

> Uma característica importante do primeiro presbitério foi o fato de que ele foi organizado "de baixo para cima" e não "de cima para baixo", como ocorreu no presbiterianismo da Escócia, que foi adotado pelo Parlamento e implementado pelo Supremo Concílio. Nos Estados Unidos, ao contrário, os poderes judiciários mais altos foram criados pelos mais baixos, estabelecendo a natureza mais democrática do presbiterianismo norte-americano e fortalecendo o conceito de que o poder não delegado permanece nos presbitérios e não nos poderes judiciários mais altos. [289]

Avaliar a precisão histórica dessa conclusão está além da esfera da nossa discussão. Referimo-nos a isso simplesmente para mostrar duas maneiras convencionais pelas quais os presbiterianos têm entendido como os concílios da igreja se relacionam entre si. O que essas duas visões têm em comum é que ambas entendem alguns concílios da igreja como tendo criados por outros concílios da igreja. Esse relacionamento pode sugerir que os poderes de um concílio concedidos a ele por outro concílio. Nessa visão, os poderes de um concílio, propriamente dito, são derivados de outro concílio.

Há pelo menos dois problemas em afirmar os relacionamentos entre os concílios da igreja desse modo. Primeiro, essa visão pode reivindicar que o poder da igreja reside num concílio de origem e que outros concílios derivam seus

poderes desse concílio. Contudo, vimos que todos os poderes da igreja derivam de Cristo. Quando um concílio exerce legitimamente o poder da igreja, ele exerce o poder que Cristo concedeu a ela, não o poder que outro concílio lhe concedeu.

Um segundo problema com essa visão é que ela não consegue capturar corretamente o ensino das Escrituras concernente à unidade da igreja. Com habilidade, Peck resume o que já vimos a respeito desse ponto.

> Se todos os membros da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos pudessem se reunir para adorar no mesmo lugar, eles poderiam e deveriam estar sob o governo do mesmo conselho; mas, como isso é impossível, eles são divididos em diferentes congregações individuais, cada qual com o seu próprio conselho. Mas para preservar a unidade, todos esses presbitérios individuais ou locais são, em última análise, compostos pela representação de um presbitério que chamamos de Supremo Concílio, passando pelos estados intermediários dos presbitérios clássico e sinodal. [290]

Quais são as implicações desse entendimento da unidade da igreja para o modo como concebemos o modo em que os concílios da igreja relacionam-se uns com os outros? Isso significa que os concílios não existem em subordinação hierárquica, "uma ordem de clero sendo colocada acima de outra". Sem dúvida há subordinação, mas trata-se de um "corpo menor a um corpo mais amplo de oficiais da mesma ordem – o menor constituindo uma parte do mais amplo". [291]

Pelo menos duas conclusões seguem-se desse entendimento do relacionamento entre os concílios da igreja. Primeira, o *Book of church order* da PCA afirma que "todos os concílios da igreja são um em natureza, constituído dos mesmos elementos, possuindo inerentemente os mesmos tipos de direitos e poderes". [292] Em outras palavras, os concílios não derivam seus poderes de outros concílios "numa escala descendente". Cada concílio é "revestido com todos os poderes de governo". Como Peck observa adicionalmente, "esse é um princípio importante de liberdade e independência dos concílios da igreja". [293]

Então, por que temos múltiplos concílios na igreja? Por que a maioria das igrejas presbiterianas atribui certas responsabilidades a um concílio e não a outro? Por que, por exemplo, o presbitério, e não o conselho ou o Supremo Concílio examina os candidatos ao ministério? A resposta é que os presbitérios possuem um poder inerente que o conselho ou o Supremo Concílio não têm. A resposta é encontrada numa citação mais completa da referência citada acima do *Book of church order* da PCA: "Todos os concílios da igreja são um em natureza, constituído dos mesmos elementos, possuindo inerentemente os mesmos tipos de direitos e poderes e *diferem somente no que a Constituição possa prover*". Na

PCA, a "esfera de ação de cada *concílio*" foi "distintamente definida" do seguinte modo:

> O Conselho exerce jurisdição sobre uma igreja individual; o Presbitério, sobre o que é comumente chamado de ministros, Conselhos e igrejas num distrito prescrito; e a Assembleia Geral, sobre todas as questões que dizem respeito a toda a Igreja. A jurisdição desses concílios é limitada pelas expressas provisões da Constituição. [294]

Assim, como Peck observa, "a esfera de vários concílios, portanto, em questões de jurisdição original não é determinada pelos lugares que ocupam na escala, mas pelas definições da constituição". [295] Na PCA e em muitos outros grupos presbiterianos, os concílios da igreja, pela provisão constitucional, assumem questões de acordo com a extensão da jurisdição que exercem. [296]

Poderíamos dizer algo mais com respeito às limitações constitucionais da jurisdição desses concílios Na PCA, "os concílios inferiores [conselho, presbitério] estão sujeitos a revisões e controle dos concílios superiores, em gradação regular", e essas provisões de revisões e controles são expressamente enumeradas. [297] Ainda assim, os concílios da igreja não são "concílios separados e independentes", mas estão em "relação mútua, e cada ato de jurisdição é um ato da igreja como um todo realizado por ela por meio do órgão apropriado". [298]

Podemos resumir esta discussão utilizando a frase de Peck de que "o poder do todo está em cada parte e o poder do todo está sobre o *poder* de cada parte". [299] Cada concílio da igreja tem inerentemente todo o poder que qualquer concílio da igreja tem – "o poder do todo está em cada parte". Contudo, os concílios da igreja não são autônomos ou independentes. Os concílios inferiores estão sujeitos a revisões e controle dos concílios superiores, em gradação regular, de acordo com as provisões da constituição da igreja – "o poder do todo está sobre o *poder* de cada parte". [300]

Deixe-me oferecer uma ilustração da importância prática desses princípios. Em muitas denominações presbiterianas, o Supremo Concílio com frequência nomeia uma comissão para estudar um tema de algum interesse ou preocupação da denominação. [301] Essas comissões representam algumas das melhores erudições e sabedoria que a denominação tem a oferecer. Os relatórios que resultam dessas comissões e são apresentados na assembleia são incalculavelmente úteis para uma igreja que busca clareza e discernimento nos temas ou dificuldades que se encontram diante dela. Desse modo, essas comissões têm corretamente autoridade moral na igreja.

Quando a assembleia recebe um relatório resultante dos estudos de uma comissão, qual é a posição eclesiástica desse relatório? Não é incomum na PCA ouvir-se que esses relatórios são a "posição oficial da PCA sobre _____". Esses relatórios, tendo sido recebidos por apenas um voto da assembleia, passam a assumir, na igreja, uma autoridade quase constitucional.

Há problemas com esse entendimento dos relatos de estudo das comissões. [302] Um problema prático é que os concílios inferiores (conselhos, presbitérios) algumas vezes deixam de formar e estabelecer seus julgamentos sobre certos temas quando comissionados a fazer isso. Em vez disso, reportam-se ao Supremo Concílio e seu comitê de estudos. Esse curso de ação pode refletir uma deferência indevida da parte de um concílio inferior a um concílio superior. Cada concílio da igreja, como vimos, tem "inerentemente os mesmos tipos de direitos e poderes, diferindo somente naquilo que a Constituição possa prover". "Concílios de jurisdição original" têm o "poder de julgamento, tanto em relação à lei quanto em relação ao fato". Esse poder de julgamento "só pode ser anulado e deixado de lado por uma *decisão judicial* de um concílio superior sobre uma causa regularmente (legalmente, constitucionalmente) apresentada por um concílio inferior". [303] Por mais úteis e benéficos que os relatórios de um comitê de estudos do Supremo Concílio possam ser, eles não são substitutos para o exercício dos concílios inferiores dos seus poderes constitucionais e reconhecidos com respeito a questões que foram corretamente levados a eles. [304]

Concluindo, os concílios da igreja existem porque Cristo nas Escrituras fez provisão para eles, bem como para o trabalho deles. Eles são meios importantes para que a unidade da igreja receba expressão visível. A natureza da inter-relação dos concílios da igreja significa que cada concílio deve assumir suas responsabilidades com seriedade e cuidado. Cada concílio deve fazer isso porque suas ações jurisdicionais são aquelas de toda a igreja, sujeitas a provisões de revisões e controle. Cada concílio deve fazer isso porque está sob olhar de Cristo e é, na análise final, responsável perante o único Cabeça e Rei da Igreja.

6 CONCLUSÃO

Estivemos considerando o ensino da Escritura a respeito do governo da igreja. Ao chegar ao final deste estudo, pode ser útil fazer uma pausa e perguntar mais uma vez por que dedicamos tempo e energia considerando o que, à primeira vista, pode parecer mundano, trivial e até mesmo uma distração do verdadeiro objetivo da igreja. Afinal de contas, alguém pode perguntar: o governo da igreja pode realmente ser comparado com evangelização ou missões? Talvez o governo da igreja seja um mal necessário – algo a ser tolerado, mas não estimado.

Quero lembrar ao leitor algo que vimos na Introdução. O governo da igreja é um pilar no edifício da nossa herança reformada e presbiteriana. De Calvino ao século 20, nossos ancestrais reformados valorizaram, estudaram e se dedicaram ao governo da igreja. A razão para essa dedicação frequentemente intensa é que o governo da igreja está inseparavelmente conectado com a única Cabeça e Rei da igreja, Jesus Cristo.

Considere esta meditação histórica sobre o reino de Cristo.

> Jesus Cristo, sobre cujos ombros o governo está, cujo nome é Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz, cujo avanço de governo e paz não terá fim, que se assenta no trono de Davi e sobre seu reino, para ordená-lo e para estabelecê-lo com juízo e justiça desde agora e para sempre; tendo recebido todo o poder no céu e na terra do Pai, que o ressuscitou de entre os mortos e o assentou à sua própria mão direita, muito acima de todos os principados e potestades, e poderes, e domínio, e todo nome que é dado não somente neste mundo, mas também no que há de vir; e colocou todas as coisas sob os seus pés e concedeu-lhe ser cabeça sobre todas as coisas para a igreja, que é seu corpo, a plenitude daquele que supre tudo em todos; tendo ele ascendido muito acima de todos os céus, para que possa encher todas as coisas, recebeu dons para sua igreja e concedeu oficiais necessários para a edificação da sua igreja e aperfeiçoamento dos santos. [305]

Como vimos no capítulo 2, no Antigo Testamento, a expectativa do domínio redentor mundial de Deus era crucial. O Novo Testamento anuncia que o governo redentor e o reino de Deus chegou no Filho de Deus, Jesus Cristo. Quando o anjo Gabriel anuncia a Maria que ela será a mãe de Jesus, ele diz sobre Jesus: “Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe

dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim" (Lc 1.32-33). Quando Jesus nasce, os anjos anunciam aos pastores: "É que hoje vos nasceu, na cidade de Davi, o Salvador, que é Cristo, o Senhor" (Lc 2.11). Os magos começam a procurar o "Rei dos judeus" para "adorá-lo" (Mt 2.2, 8).

O grande tema do ministério de Jesus é o reino de Deus. Seu ministério galileu começa com o anúncio: "O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho" (Mc 1.15). Depois da sua ressurreição, Jesus diz aos seus discípulos que "toda autoridade me foi dada no céu e na terra" (Mt 28.18). Como Pedro proclamou no dia do Pentecostes aos judeus reunidos em Jerusalém, na ressurreição de Jesus ele foi "exaltado, pois, à destra de Deus" (At 2.33).

Jesus não é um governante ausente. Ele declara que está com seu povo até o fim dos tempos (Mt 28.20). Ele não está apenas presente com seu povo, mas também o governa agora. Os apóstolos se gloriam no reinado atual de Jesus, pois ele é "cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas" (Ef 1.22-23). Como cabeça da igreja, Jesus "recebeu dons para sua igreja, e concedeu oficiais necessários para a edificação da sua igreja e aperfeiçoamento dos seus santos". [306] O governo da igreja é um dom do Jesus ressurreto e reinante à igreja e lembra perpetuamente à igreja que Jesus está no seu trono.

Esse reinado atual de Jesus é a alegria atual da igreja em face do sofrimento e consolo em face das tribulações e provações. As Escrituras nos asseguram que "convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés" e que "o último inimigo a ser destruído é a morte" (1Co 15.25-26; cf. Hb 2.8).

O reinado atual de Cristo também é a esperança atual da igreja. O reinado atual de Jesus lembra-nos que há mais por vir. Quando Jesus voltar no final dos tempos, ele retornará "sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória" (Mt 24.30). Aparecendo com esplendor real, ele derrotará completamente todos os seus inimigos (Ap 19.11-21) e julgará o mundo em justiça (At 17.31).

Então, o governo bíblico da igreja é um pilar e suporte tremendo para a fé da igreja, um indicador da grande esperança da igreja. O governo da igreja lembra-nos que Jesus está agora no seu trono, reinando sobre todas as coisas para o bem da sua igreja. Isso nos assegura que Jesus voltará em glória no último dia.

No entanto, o funcionamento cotidiano do governo da igreja pode ser difícil e, algumas vezes, desagradável. Infelizmente, o governo da igreja tem sido ensejo para cristãos ofenderem outros cristãos e serem ofendidos por eles. As tentações

ao desânimo e ao cinismo são abundantes. Podemos facilmente assumir uma postura de indiferença conformada em relação ao governo da igreja. É particularmente em ocasiões assim que devemos nos lembrar de que o governo bíblico da igreja é a expressão visível do reinado atual de Jesus, e que o governo da igreja é a boa e sábia provisão de Jesus para a reunião e edificação da sua igreja. O governo bíblico da igreja é, em si mesmo, bom, e Jesus trabalha o bem por intermédio dele para a sua igreja.

Entender o governo da igreja é conhecer e glorificar nosso Senhor Jesus Cristo. Se você é um oficial da igreja, então demonstre seu amor pelo seu Salvador, dedicando-se novamente ao seu ofício e às suas responsabilidades. Há alguma responsabilidade sua que tenha deixado de lado? Há uma área na qual, como oficial da igreja, você possa ser mais diligente e cuidadoso? Faça um esforço para aprender os princípios e práticas do governo bíblico da igreja melhor ainda do que você conhece agora – não para se vangloriar, mas para edificar a igreja. Saia da sua zona de conforto para incentivar e apoiar seus colegas oficiais, especialmente aqueles cujo trabalho frequentemente não é notado nem apreciado ou aqueles que estão sofrendo injustamente pela sua fidelidade no dever. Ore fervorosamente para que o Espírito de Cristo use o trabalho fiel, tanto o seu quanto o dos seus companheiros de oficialato para o bem do rebanho de Cristo. Trabalhe com seus companheiros oficiais para informar à igreja sobre o trabalho dos concílios da igreja. Isso mostrará à congregação quão seriamente você considera suas responsabilidades como oficial da igreja e, simultaneamente, imprimirá nela a importância do trabalho da igreja.

Se você não é um oficial na igreja, então mostre seu amor por Jesus orando pelos oficiais da igreja e pelo trabalho deles. Gaste tempo e esforço para incentivá-los. Você diz a eles ou escreve para eles sobre o quanto aprecia duro trabalho que eles fazem e que muitas vezes nem é visto? Demonstre respeito pelos oficiais da sua igreja – na maneira como fala deles e com eles e na maneira como você os trata. Seja modelo para seu cônjuge, filhos e netos de como respeitar, honrar e incentivar os oficiais da igreja. Mantenha-se informado a respeito do trabalho dos concílios da igreja. Faça um esforço de orar pelas questões que serão tratadas no conselho, no presbitério e no Supremo Concílio e pelos homens que irão encarregar-se desse trabalho. Ore também para que Deus conceda dons a homens piedosos para o oficialato da igreja. Na sua congregação, você tem ficado atento a candidatos adequados aos ofícios da igreja?

Essa atenção ao governo da igreja é inseparável do discipulado cristão. Mostrar interesse pela igreja é mostrar interesse por Jesus. Procurar o bem da igreja é

procurar a glória de Cristo. Cuidar do governo da igreja e ser zeloso por ele é prezar e apreciar o reinado de Jesus. Que o Espírito de Cristo trabalhe na sua igreja, aumentando o zelo e a atenção pelo governo da igreja até o dia em que Jesus "entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder", e Deus será "tudo em todos" (1Co 15.24, 28).

7

GOVERNO DA IGREJA: UMA BIBLIOGRAFIA SELECIONADA E ANOTADA

Um dos maiores desafios para resgatar as riquezas da reflexão presbiteriana histórica a respeito do governo da igreja é a acessibilidade bibliográfica. Grande parte dessa literatura tem, pelo menos, um século de existência, não foi reimpressa e pode ser encontrada quase que exclusivamente em bibliotecas de teologia. Mais ou menos na última década, websites como Google Books e Internet Archive têm corrigido parcialmente esse desafio. Muitas bibliotecas estão digitalizando seu acervo e tornando-o acessível a qualquer pessoa que tenha acesso à internet.

Mesmo assim, a Internet dá acesso a esses materiais a pessoas que procuram por eles. Como alguém até mesmo fica sabendo da existência desses materiais? Parte do objetivo deste livro foi reinformar ao público presbiteriano dessa parte da sua herança. Para ajudar os leitores intrépidos que desejam pesquisar essas obras e ler mais, compilei a bibliografia a seguir. Tentei focalizar nas obras que eram e continuam a ser consideradas como importantes para essa discussão. Muitas delas foram citadas neste livro. Para facilidade de referência, organizei esses livros sob alguns títulos tópicos. Também forneci anotações breves para ajudar os leitores contemporâneos a entenderem algo do conteúdo e da importância da obra em questão.

Leitores cuidadosos observarão que, por questão de espaço, omiti livros que tratavam de áreas de interesse relacionadas, contudo distintas: história denominacional presbiteriana (incluindo as muitas rupturas e fusões entre vários órgãos eclesiásticos presbiterianos, e as questões teológicas que algumas vezes ocasionaram essas rupturas e fusões), o princípio regulador do culto, os sacramentos, pregação, subscrição a padrões subordinados, disciplina da igreja e teologia pastoral. Omiti os muitos periódicos do século 19 nos quais discussões e debates relacionados à forma de governo da igreja transpiravam muito

frequentemente. Também optei por não incluir comentários escritos por presbiterianos sobre livros como Atos e as epístolas pastorais.

Para começar, preciso fazer menção especial a dois recursos em particular: as *Institutas da religião cristã,* [307] de João Calvino, e *Institutes of elenctic theology,* [308] de Francis Turretin. Esses dois recursos têm exercido influência abrangente sobre gerações de reformados e presbiterianos, não menos na área do governo da igreja. Nenhum leitor que não tenha se inteirado de pelo menos do livro 4 das *Institutas* de Calvino e *locus* 18 das *Institutas* de Turretin pode apreciar completamente nossas discussões a respeito da tradição do governo da igreja.

Um recurso *online* valioso é um *website* mantido pelo Centro histórico da PCA. Os visitantes podem encontrar nesse site muitos materiais históricos relacionados ao governo da Igreja Presbiteriana e à história da igreja. Aqueles que se interessam particularmente pela história e pelo desenvolvimento do *Book of church order* da PCA encontrarão uma riqueza de informação aí.

Minha esperança é que esta bibliografia atinja dois objetivos. Primeiro, que ela dê a você uma ideia da profundidade e plenitude da reflexão presbiteriana a respeito do ensino das Escrituras sobre o governo da igreja. Segundo, que ela o incite a estudar esses recursos e a continuar – talvez até mesmo melhorar – essa rica conversa nos nossos próprios dias, tudo para a edificação da igreja e para a glória da única Cabeça e Rei da igreja, Jesus Cristo.

Livros de ordem da igreja

The Book of church order of the Presbyterian Church in America. 6a. ed. Lawrenceville, GA: The committee for Christian education and publications, 2010. A edição mais recente do *Book of church order* da PCA. Com frequência o *BCO* recebe emendas anualmente. As emendas estão disponíveis por meio do PCA´s Committee for Christian education and publications.

The Book of church order of the Orthodox Presbyterian Church. Willow Grove, PA: The committee on Christian education of the Orthodox Presbyterian Church, 2011. A edição mais recente do *Book of church order* da OPC.

Ramsay, F. P. *An exposition of the form of government and the rules of discipline of the Presbyterian Church in the United States*. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1898. Frequentemente citada por Smith (2007), essa obra é um comentário seção por seção do *Book of church order* da PCUS. Útil para o entendimento tanto do fundamento lógico quanto do contexto histórico das muitas provisões do governo das igrejas presbiterianas contemporâneas.

Smith, Morton. *Commentary on the Book of church order of the Presbyterian Church in America*. 6ª. ed. Taylors, SC: Presbyterian Press, 2007. Um comentário seção por seção por seção do *Book of church order* da PCA por um dos fundadores da PCA e, por muitos anos, secretário executivo da denominação. Valioso tanto por ajudar o leitor a entender os princípios na prática, quanto por colocar muitas porções do *BCO* na sua perspectiva histórica.

Digestos

Um digesto é uma coleção seletiva das ações de um concílio da igreja. Geralmente, essas coleções são organizadas por temas e cobrem um determinado período da história da denominação. Ao "digerir" milhares de páginas de atas, os digestos tornam essas atas praticamente acessíveis à igreja. Esses digestos fornecem um verdadeiro tesouro de informações para os interessados, por exemplo, sobre como os concílios da igreja interpretaram sua constituição eclesiástica. Muitos aspectos particulares do governo da igreja são abordados nessas obras. As obras listadas abaixo foram organizadas numa ordem aproximadamente cronológica. A lista do século 19 foi adicionalmente agrupada geograficamente.

Records of the Presbyterian Church in the United States of America, 1706-1788. 1841. Reedição, Nova York: Arno Press & The New York Times, 1969. À luz da brevidade relativa das atas dos concílios superiores do presbiterianismo norte-americano do século 18, esses registros foram publicados na sua integridade. Essa coleção inclui as atas do Presbitério da Filadélfia (1706-1716), do Sínodo de Nova York (1745-1758) e do Sínodo de Filadélfia e Nova York (1758-1788).

Baird, Samuel J. *A collection of the acts, deliverances and testimonies of the supreme judicatory of the Presbyterian church from its origin in America to the present time, with notes and documents, explanatory and historical*. Filadélfia: Presbyterian Board of Publication, 1856. Esse digesto inclui as ações da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana de 1706 até a década de 1850 (depois da divisão Old/New School de 1836-1837, a obra de Baird segue apenas as atas da Igreja Presbiteriana Old School). A obra é substancial (856 páginas) e organizada e indexada meticulosamente. Algo valioso para se observar a sabedoria de Assembleias do passado com respeito a uma série de assuntos e questões enfrentadas pela igreja.

Nicolassen, G. F. *A digest of the acts and proceedings of the general assembly of the Presbyterian Church in the United States revised down to and including acts of the Gerenal Assembly of 1922*. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1923. Algumas vezes conhecido como "Alexander´s digest" (W. A. Alexander originalmente preparou o digesto para a reunião da Assembleia da PCUS em 1887). Com suas 1.158 páginas, essa obra fornece uma visão abrangente do trabalho da Assembleia da PCUS de 1861 a 1922 (a PCUS foi formada depois da divisão da igreja Presbiteriana em organizações do Norte e do Sul, em 1861. A PCUS é, algumas vezes, chamada de Igreja Presbiteriana Sulista e é a organização da qual a PCA emergiu). Digestos subsequentes foram publicados em 1944 e 1965.

Leslie, J. D. *Presbyterian law and procedure in the Presbyterian Church in the United States*. Richmond, VA: Presbyterian committee of Publication, 1930. Escrito pelo então secretário executivo da PCUS, essa obra procura "reunir em forma lógica e resumida, todas as leis e normas da igreja relacionadas com cada fase do seu governo, trabalho e adoração" (p. 7). Essa obra é, em sua estrutura, um resumo dos digestos de Alexander e Nicolassen (Leslie consultou adicionalmente as atas da PCUS até 1929). Esse trabalho é organizado de acordo com a (então) Forma de Governo da PCUS. Observe ainda o esforço subsequente de P. J. Garrison Jr., *Presbyterian laws and procedures: The Presbyterian church*, *U.S.* (Richmond, VA: John Knox Press, 1953). Na prática, o trabalho de Leslie complementa o esforço de J. A. Hodge (1884).

Moore, William E. *The Presbyterian digest of 1886. A compend of the acts and deliverances of the General Assembly of the Presbyterian Church in the United States of America*. Filadélfia: Presbyterian Board of Publication, 1886. Em suas 876 páginas, um suplemento substancial e ampliado da obra de Baird (1856). Primeiro, Moore preparou seu digesto três anos depois que as igrejas presbiterianas da Old School e New School (a igreja do Norte dos EUA) foram reunidas, em 1870. Ele revisou esse trabalho em 1886. Assim, essa obra é valiosa em dois aspectos. Primeiro, ela amplia o esforço de Baird por três décadas. Segundo, ela permite ao leitor pesquisar decisões da Igreja Presbiteriana New School (1838-1869) não registradas por Baird. Os leitores interessados nesses atos e deliberações da PCUS ou da Igreja Presbiteriana Sulista devem consultar Nicolassen (1923).

Hodge, J. Aspinwall. *What is Presbyterian law as defined by the church's courts?* 7a. ed. rev. e ampl. Filadélfia: Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School work, 1884. J. Aspinwall Hodge foi um pastor presbiteriano do norte e sobrinho do professor Charles Hodge, do Seminário teológico de Princeton. Essa obra valiosa pesquisa o conteúdo da Forma de Governo da Igreja Presbiteriana do Norte num formato de perguntas e respostas. Ele faz isso com referência aos atos e deliberações da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana do Norte. Portanto, trata-se de um híbrido de comentário sobre a forma de governo e de um digesto das ações da sua assembleia. Compare com o esforço semelhante e posterior de Leslie (1930).

Gilchrist, Paul J. (org.). *Documents of Synod*. New Castle, DE: Reformed Prsbyterian Church, Evangelical Synod, 1982. A Igreja Presbiteriana Reformada (ES), por meio de um processo conhecido como "união e recebimento", uniu-se à PCA em 1982. Esse volume contém "relatórios de estudo e ações" desse corpo eclesiástico de 1965 a 1982. Há um útil "índice para as ações de sínodo" da RPC(ES) no fim do volume. Para aqueles interessados na história e na forma de governo da PCA, essa obra é um importante recurso.

_____. *PCA Digest: 1973-1993. A digest of the minutes of the General Assembly of the Presbyterian Church in America*. 2 vols. Atlanta: Office of the Stated Clerk of the General Assembly of the Presbyterian Church in America, 1993. Um digesto das ações da Assembleia Geral da PCA nas primeiras duas décadas da existência da denominação. O primeiro volume é formado de quatro partes: "ações da assembleia; interpretações da constituição; casos judiciais; estatutos, manuais e orientações". O segundo volume é uma coleção de relatórios de posições escritos pelos comitês nomeados pelo Concílio. Alguns desses documentos são seguidos por uma lista de recomendações relevantes adotadas pela assembleia.

_____. *PCA Position papers: 1994-1998.* Vol. 3 do *PCA Digest*. Atlanta: Office of the Stated Clerk of the General Assembly of the Presbyterian Church in America, 1998. Uma continuação do Gilchrist (1993). Esse volume contém os relatórios no nível da Assembleia de 1994-1998 e um índice combinado de Gilchrist (1993) e dessa obra. A advertência de Gilchrist com respeito à posição eclesiástica desses relatórios de posições da igreja é salutar: "Deve ser observado que, ao citar relatórios posicionais, há que se exercer cautela acerca do fato de se eles foram meramente recebidos ou se foram adotados como atos da Assembleia Geral. Mesmo quando adotados, esses relatórios e decisões refletem o conselho piedoso dessa Assembleia Geral específica e não têm força constitucional, a menos que mudanças tenham sido adotadas no *Book of church order* ou outros padrões da igreja" (1993:3).

Pesquisas

Hall, David W. e Joseph H. Hall. *Paradigms in polity: Classic readings in Reformed and Presbyterian church government*. Grand Rapids: Eerdmans, 1994. Uma antologia de seleções de obras históricas de referência reformadas e presbiterianas sobre a forma de governo da igreja. Depois da introdução pelo organizador seguem-se seleções da "Europa Continental e formas de governo da Reforma", "As formas de governo da Igreja Reformada Holandesa",

"Formas de governo escocesas e Britânicas" e "Formas de governo norte-americanas". Introduções úteis precedem as seleções e um bom ensaio bibliográfico conclui o volume. Para um leitor interessado na herança histórica e no desenvolvimento do governo presbiteriano da igreja, esse volume fornece um início importante.

Pré-1900: *Ilhas britânicas*

As obras incluídas abaixo foram organizadas numa ordem cronológica irregular. Os títulos do século 19 foram também agrupados geograficamente.

Jus divinum regiminis ecclesiastici, or The divine right of the church government, originally asserted by the ministers of Sions College, London, December, 1646. Revisado e organizado por David Hall. Reedição, Dallas: Naphtali, 1995. Amplamente considerado como tendo sido escrito por alguns membros da Assembleia de Westminster, essa obra é uma exposição antiga e fundamental, bem como uma defesa do presbiterianismo como um *jus divinum* (direito divino). Um dos tratamentos mais robustos do presbiterianismo *jus divinum* disponíveis.

Bannerman, James. *The church of Christ: A treatise on the nature, powers, ordinances, discipline and government of the Christian church*. 2 vols. Edimburgo: T&T Clark, 1868. Reedição, Edimburgo: Banner of Truth, 1960. Possivelmente o texto presbiteriano mais completo sobre a doutrina da igreja. O filho de Bannerman, D. Douglas Bannerman (veja abaixo) compilou esses dois volumes das palestras que James Bannerman proferiu aos seus alunos de ministério no New College, Free Church of Scotland. Bannerman deixa poucas áreas da doutrina da igreja sem serem abordadas. A interação de Bannerman com outras formas de governo eclesiástico é particularmente útil.

Cunningham, William. *Historical theology: A review of the principal discussions in the Christian church since the apostolic age*. 3a. edição, 2 vols. Edimburgo: T&T Clark, 1870. Reedição, Edimburgo: Banner of Truth, 1960. Um contemporâneo de Bannerman, Cunningham atuou como diretor e professor de história da igreja no New College, Edimburgo. Conquanto muito dessa obra trate de áreas que vão muito além da doutrina da igreja, os capítulos de Cunningham sobre "a igreja" (1:9-42), "o Concílio de Jerusalém" (1:43-78), "as autoridades civis e eclesiásticas" (1:390-412), "o governo da igreja" (2:514-556) e a "controvérsia erastiana" (2:557-587) merecem ser estudados. Assim como Bannerman, Cunningham ajuda o leitor ao colocar a doutrina da igreja no contexto histórico-teológico.

Cunningham, William. *Discussions on the church principles: Popish, Erastian, and Presbyterian*. Edimburgo: T&T Clark, 1863. Uma coleção póstuma do material publicado e não publicado de Cunningham sobre a doutrina da igreja (p.iii). O artigo de Cunningham sobre o "poder da igreja" é particularmente útil (p. 235-256).

MacPherson, John. *Presbyterianism*. Edimburgo: T&T Clark, 1882. Parte da série de Manuais de T&T Clark para aulas sobre a Bílbia, o livro *Presbyterianism* oferece uma posição clara e sucinta (154 páginas) sobre o sistema presbiteriano de governo. MacPherson, um ministro da Free Church, foi também o autor de um breve comentário sobre a Confissão de fé de Westminster e de uma famosa série de palestras sobre a doutrina da igreja na teologia escocesa.

Bannerman, D. Douglas. *The Scripture doctrine of the church historically and exegetically considered – the eleventh series of the Cunningham Lectures*. Edimburgo: T&T Clark, 1887. Reedição, Grand Rapids: Baker, 1976. D. Douglas Bannerman foi ministro da Free Church e filho de James Bannerman (acima). O valor dessa obra está na sua apresentação de um tratamento fundamentalmente bíblico-teológico do ensino das Escrituras sobre a igreja. Bannerman começa com "a igreja na época de Abraão" e conclui com "a igreja cristã gentia [...] Antioquia e Roma".

Witherow, Thomas. *The apostolic church: Which is it? An enquiry at the oracles of God as to whether any existing form of church government is of divine right*. 5a. ed. rev. Glasgow: Andrew Elliot, 1881. Reedição, Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1990. Uma declaração breve e amplamente reimpressa dos princípios básicos do sistema de governo

presbiteriano (um resumo desse trabalho aparece na obra de Hall e Hall). O autor foi professor de história da igreja no Magee College, Londonderry.

_____. *The form of the Christian temple: Being a treatise on the constitution of the New Testament church*. Edimburgo: T&T Clark, 1889. Um tratamento mais substancial (468 páginas) do governo da igreja pelo autor de *Apostolic church: Which is it?* A obra é dividida em três partes: "Book I: Temporary agencies [of the church]; "Book II: Divine and permanent elements [of the church]"; e "Book III: Human additions [to the church]". Há anos esgotada, essa obra merece ser reeditada.

Killen, William D. *The framework of the church: A treatise on church government*. Edimburgo: T&T Clark, 1890. Killen foi um presbiteriano irlandês do século 19. Serviu como professor de história eclesiástica e teologia pastoral e, mais tarde, tornou-se diretor da Irish Assembly's College, em Belfast, bem como diretor da Faculdade presbiteriana de teologia, Irlanda. Esse tratado de 355 páginas sobre o governo da igreja é dividido em quatro partes: "A igreja e o seu governo", "Congregacionalismo", "Prelazia" e "Presbitério". Um dos pontos positivos da obra de Killen é sua preocupação em abordar a evidência histórica dos primeiros séculos da história da igreja (veja também Killen, *The ancient church*, org. John Hall [Nova York: Anson D. F. Randolph & Company, 1883]). Há anos esgotada, esta obra merece ser reeditada.

Pré-1900: *Os Estados Unidos*

As primeiras duas obras abaixo foram publicadas antes da divisão da Igreja Presbiteriana ao longo de linhas geográficas. A maioria das obras subsequentes foi publicada depois dessa divisão e assim foram agrupadas geograficamente.

Mason, John Mitchell. *Essays on the church of God: In which the doctrines of church membership and infant baptism are fully discussed.* 1843. Reedição, Taylors, SC: Presbyterian Press, 2005. John Mitchell Mason foi um ministro influente na Associate Reformed Church na virada do século 19. Essa obra intenciona fornecer "um registro detalhado, mas sucinto, da igreja de Deus, abarcando as principais questões relacionadas à sua natureza, membros, oficiais, ordem, culto e os pontos diretamente conectados a eles" (p.1). Dabney, Peck e McGill foram apenas três dos muitos presbiterianos norte-americanos que reconheceram a importância desses ensaios para um entendimento bíblico da igreja e seu governo. Recentemente reeditados, esses ensaios estão incluídos em ambas as edições de *Works* de Mason (1832, 1849).

Miller, Samuel. *Presbyterianism, the truly primitive and Apostolic constitution of the church of Christ.* Filadélfia: Presbyterian Board of Publication, 1840. Miller, o primeiro professor de história eclesiástica e governo da igreja no Princeton Theological Seminary, é o autor dessa relativamente breve declaração e defesa da história, doutrina, governo e culto da Igreja Presbiteriana. Frequentemente reeditado ao longo de todo o século 19, o tratado de Miller obteve o respeito e a admiração dos presbiterianos posteriores, tanto do norte como do sul. Para leitores de hoje que procuram uma introdução aos princípios do governo da Igreja Presbiteriana, a obra de Miller é o ponto de partida ideal.

Peck, Thomas E. *Notes on ecclesiology.* 2a. ed. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892. Reedição, Greenville, SC: Presbyterian Press, 2005. Peck serviu no Union Theological Seminary (Virginia) de 1860 a 1893. Primeiramente ele lecionou história e governo da igreja e depois, sucedendo Dabney, teologia. Essa obra consiste essencialmente das anotações de palestras de Peck sobre o governo da igreja. É o manifesto mais abrangente e de

maior alcance sobre o tema por um presbiteriano do sul, e indispensável para o entendimento do ensino da Escritura sobre o governo da igreja.

_____. *Miscellanies of Thomas E. Peck.* 3 vols. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1895-1897. Reedição, Edimburgo: Banner of Truth, 1999. As *Miscellanies* são os artigos dos diários de Peck, sermões e anotações colecionadas e publicadas postumamente. Algumas dessas obras são manifestos valiosos sobre aspectos da doutrina do governo da igreja. "Church and state" (2:266-289) de modo algum reproduz o trabalho de Peck sobre o tema em suas *Notes*. "The powers of our several church courts" (2:331-360) é um manifesto definitivo a respeito do poder da igreja exercido pelos seus vários concílios. "Thornwell's writings" (2:361-399, esp. 383-399) fornece a simpática pesquisa de Peck e análise dos princípios de Thornwell relacionados ao governo da igreja.

Robinson, Stuart. *The church of God as an essential element of the Gospel.* Filadélfia: Joseph M. Wilson, 1858. Reedição, Willow Grove, PA: The committee on Christian education of the Orthodox Presbyterian Church, 2009. Robinson foi um distinto ministro presbiteriano que lecionou brevemente governo eclesiástico e teologia pastoral no Danville Theological Seminary (Kentucky) e serviu como moderador da Assembleia Geral da PCUS em 1869. *The church of God* originou-se como um "discurso inaugural [...] proferido diante [do Danville Theological Seminary] durante as reuniões da Assembleia Geral em Lexington, KY., em maio, 1857". Há muito esgotado, mas agora reeditado atrativamente, *The church of God* de Robinson desenvolve eloquentemente a tese de que a igreja não é incidental para o plano único de Deus de salvar pecadores por meio de Cristo. Pelo contrário, a igreja é central para o desenvolvimento desse plano único na história redentora. Assim, a obra de Robinson situa de modo útil a doutrina da igreja e do seu governo no contexto bíblico-teológico. Desse modo, ela fornece um complemento contemporâneo valioso às *Notes on ecclesiology* de Peck.

_____. *Discourses of redemption...* 4a. ed. americana. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1866. Valiosos por direito próprio como pesquisa histórico-redentora das Escrituras, esses *Discourses* têm nos seus apêndices valiosas "notas", duas das quais são "The place of the church in the scheme of redemption" e "The relation of the temporal and the spiritual powers historically considered: The Scoto-American theory" (p. 453-470; 474-488). Como T. David Gordon observou, essa última nota demonstra de maneira útil os antecedentes da doutrina presbiteriana do sul da espiritualidade da igreja na teologia presbiteriana escocesa.

Dabney, Robert L. *Discussions: Evangelical and theological.* Vol. 2 de *Discussions*. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1891. Reedição, Edimburgo: Banner of Truth, 1967. Dabney, ministro presbiteriano na Virginia e professor por muito tempo no Union Theological Seminary (Virginia), nunca publicou um tratado sistemático de governo de igreja, mas deixou várias obras importantes que mencionam o tema. Algumas dessas obras foram reunidas no segundo volume (de quatro) das *Discussions* de Dabney. "Theories of the eldership" é uma afirmação importante e abrangente da visão dos "dois ofícios" do presbiterado. "What is Christian union?" trata do que a unidade da igreja significa (e não significa) para a união e comunhão da igreja. "Wall street church decision in the United States Supreme Court" apresenta as reflexões de Dabney sobre uma importante questão contemporânea a respeito da relação igreja-estado. Leitores interessados em aprender mais sobre os pensamentos de Dabney sobre a relação entre igreja e estado devem também consultar seu *Syllabus and notes of the course of systematic and polemic theology taught in Union Theological Seminary, Virginia*, 2ª. ed. rev. (Richmond, VA: Shepperson & Graves, 1871; reedição Edimburgo: Bannerof Truth, 1985), 862-887; e seu *The practical philosophy: Being the philosophy of the feelings, of the will, and of the conscience, with the ascertainment of particular rights and duties* (Kansas City, MO: Hudson, Kimberly, 1897; reedição, Harrisonburg, VA: Sprinkle Publications, 1984), 302-328.

Thornwell, James H. *Collected writings of James Henley Thornwell: Ecclesiastical.* Vol. 4 de *Collected writings.* Organizado por John B. Adger e John L. Giradeau. Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1873. Reedição,

Edimburgo: Banner of Truth, 1974. Thornwell foi um ministro presbiteriano da Carolina do Sul influente e professor nos meados do século 19. Esse volume dos *Collected writigs* de Thornwell é uma reunião póstuma dos seus escritos sobre a igreja. Dignos de nota são as defesas de Thornwell da visão dos "dois ofícios" do presbiterado (veja p. 43-142) e os argumentos de Thornwell contra "juntas da igreja" (p. 144-295). Também incluído nesse volume está o influente "Address to all churches of Christ" (p. 446-464), que Thornwell escreveu e que a Igreja Presbiteriana do Sul adotou subsequentemente, em 1861. Esse discurso continua sendo uma declaração poderosa e influente a respeito da natureza e da missão da igreja.

Smyth, Thomas. *The complete works of Rev. Thomas Smyth, D. D.* Organizado por J. Wm. Flinn. 10 vols. Columbia, SC: R. L. Bryan, 1908. Smyth, um ministro presbiteriano culto e prolífero, emigrou da Irlanda e serviu com distinção à Segunda Igreja Presbiteriana, Charleston, Carolina do Sul, de 1834 a 1873. O *Complete works* de Smyth não recebeu circulação ampla quando foi publicado pela primeira vez e não foi reeeditado. Como resultado, é difícil encontrá-lo (um índice está disponível no website do Centro histórico da PCA). Diferente de muitos presbiterianos do sul, Smyth adotou uma visão dos "três ofícios" sobre o ministério e defendeu (com Charles Hodge e outros) as "juntas da igreja". Muitos dos escritos eclesiológicos de Smyth fazem uma defesa do presbiterianismo contra a prelazia. O volume 4 contém seu "Ecclesiastical catechism of the Presbyterian Church for the use of families, Bible classes, and private members", pelo que Smyth é mais conhecido, e que dá expressão útil a muitos princípios da eclesiologia presbiteriana em formato acessível.

Hodge, Charles. *Discussions in church polity: From the contributions to the "Princeton review".* Nova York: Charles Scribner's Sons, 1878. Professor no Seminário Teológico de Princeton por muito tempo, Charles Hodge publicou seus três volumes de *Teologia sistemática* próximo do fim da sua vida. De acordo com o filho de Hodge, A. A. Hodge, Charles Hodge planejou um quarto volume abordando a doutrina da igreja, mas não viveu para escrevê-lo. Os artigos de Hodge sobre a igreja, publicados pelo *Princeton theological review* de 1835 a 1867, foram compilados e, com a bênção de Hodges, publicados nesse volume de quase 540 páginas. Ainda que não seja uma posição completa a respeito da doutrina da igreja, os artigos de Hodge tocam em vários pontos do governo da igreja e representam uma voz importante da Igreja Presbiteriana do Norte em meados e fim do século 19.

_____. *Constitutional history of the Presbyterian Church in the United States*. 2 vols. Filadélfia: Presbyterian Board of Publications, 1851. Ainda que tecnicamente essa obra seja uma história da Igreja Presbiteriana Americana, o livro *Constitutional history*, de Hodge, reflete periodicamente sobre algumas importantes questões relacionadas ao governo da igreja que surgiram nesse período. Digno de nota quanto a isso é a discussão e análise de Hodge da divisão entre o Old/New Side do presbiterianismo norte-americano.

McGill, A. T. *Church government: A treatise compiled from his lectures in theological seminaries.* Filadélfia: Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School Work, 1888. *Church government* fornece, em alguns aspectos, uma (longa) contraparte à obra de Peck, *Notes on ecclesiology*. Essa obra, como os subtítulos indicam, consiste das palestras de McGill sobre governo da igreja na sua forma mais madura. McGill trabalhou no Western Theological Seminary (Allegheny, Pensilvânia), Columbia Theological Seminary (Carolina do Sul) e, finalmente, no Princeton Theological Seminary, sendo que no último foi entre os anos de 1845-1883. "Ele foi o moderador da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana (Old School) em 1848, Secretário Permanente de 1850 a 1862 e Secretário Executivo de 1862 a 1870" (Alfred Nevin, org., *Encyclopaedia of the Presbyterian Church in the United States of America, including the Northern and Southern Assemblies* [Filadélfia: Presbyterian Publishing, 1884], 495). Uma dos elementos dignos de nota dessa obra é sua discussão em quarenta páginas sobre os diáconos, incluindo uma defesa de diaconisas.

Contemporâneos

As quatro primeiras obras abaixo foram escritas por membros do corpo docente do Seminário Teológico Westminster e estão organizadas em ordem cronológica não muito exata. As últimas duas obras são mais imediatamente relacionadas à Presbyterian Church of America (PCA).

Murray, John. *The collected writings of John Murray: The claims of truth and select lectures in systematic theology*. Vol. 1 e 2 de *Collected writings.* Carslile, PA: Banner of Truth, 1977. Murray, professor de teologia sistemática no Westminster Theological Seminary de 1930 a 1966, nunca publicou uma Teologia sistemática ou um tratado sobre a igreja. Contudo, muitas das suas palestras e artigos publicados foram reunidos postumamente nessa coleção. Os primeiros dois volumes contêm obras que tratam da doutrina do governo da igreja. Dignos de nota são "The church and mission" (1:24-52); "The relation of church and state" (1:25-59); "Government in the church of Christ" (1:260-268); "The Biblical basis for ecclesiastical union"(1:269-272); "The government of the church" (2:336-344); "The form of government" (2:345-350); "Arguments against term eldership" (2:351-356); e "Office in the church" (2:357-365).

Kuiper, R. B. *The glorious body of Christ.* Grand Rapids: Eerdmans, 1958.

Assim como o de Clowney (1995), esse livro é um dos poucos exemplos, no século 20, de uma declaração reformada sobre a igreja. Partes dele tocam na doutrina do governo da igreja. Embora a experiência de Kuiper fosse nas igrejas reformadas, ele serviu como professor no Westminster Theological Seminary (Pennsylvania) e, portanto, teve oportunidade de interagir com colegas e alunos presbiterianos e de influenciá-los.

Clowney, Edmund P. "Distinctive emphases in presbyterian church polity", em *Pressing toward the Mark,* organizado por Charles Dennison e Richard Gamble, 99-110. Filadélfia: The Committee for the historian of the Orthodox Presbyterian Church, 1986. Uma breve declaração, do século 20, dos princípios fundamentais do governo da Igreja Presbiteriana por um professor de longa data e, mais tarde, presidente do Westminster Theological Seminary (Pennsylvania).

_____. *The church*. Downers Grove, IL: IntrVarsity, 1995. Conquanto não seja uma declaração da igreja presbiteriana *per se*, essa obra é uma rara declaração do século 20 a respeito da igreja. Clowney está particularmente interessado em estabelecer a doutrina da igreja no seu contexto bíblico-teológico.

Cannada, Robert C., e W. Jack Williamson. *The historic polity of the PCA.* Greenville, SC: A Press, 1997. Um tratado influente do governo eclesiástico por dois pais fundadores da Presbyterian Church of America. Muitos dos seus múltiplos apêndices dão acesso útil ao leitor a declarações históricas da forma de governo presbiteriana americana.

Lucas, Sean M. *On being presbyterian: Our beliefs, practices, and stories.* Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2006. Uma leitura rica e afirmação não técnica da doutrina, culto, governo e história presbiteriana. As páginas 132-148 fornecem uma pesquisa concisa e seletiva dos princípios da forma de governo presbiteriana e discute a implementação deles na Presbyterian Church of America.

[01] Thomas E. Peck. *Notes on ecclesiology* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892; reed.; Greenville, SC: Presbyterian Press, 2005); Thomas Witherow.*The Apostolic church: Which is it? An enquiry at the oracles of God as to whether any existing form of church government Is of divine right*, 5 ed. rev. (1881; reed., Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1990); John Macpherson. *Presbyterianism* (Edimburgo: T&T Clark, 1882). Uma edição desta última obra foi publicada em 1949.

[02] Representativos são Stuart Robinson. *The church of God as an essential element of the Gospel* (Filadélfia: Joseph M. Wilson, 1858; reed., Willow Grove, PA: The committee on Christian education of the Orthodox Presbyterian Church, 2009); James Bannerman. *The church of Christ: A treatise on the nature, powers, ordinances, discipline and government of the Christian church,* 2 vols. (Edimburgo: T&T Clark, 1868; reed., Edimburgo: Banner of Truth, 1960); Thomas Witherow. *The form of the Christian temple: Being a treatise on the constitution of the New Testament church* (Edimburgo: T&T Clark, 1889); William D. Killen. *The framework of the church: A treatise on church government* (Edimburgo: T&T Clark, 1890).

[03] Um punhado desses foi reunido e recebeu forma mais permanente. Veja Robert L. Dabney. *Discussion: Evangelical and theological*, vol 2 (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1891; reed., Edimburgo: Banner of Truth, 1967); James H. Thornwell. *Collected writings of James Henley Thornwell,* vol 4: *Ecclesiastical*, org. John B. Adger e John L. Girardeau (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1873; reed., Edimburgo: Banner of Truth, 1974); Thomas E. Peck. *Miscellanies of Thomas E. Peck,* 3 vols. (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1895-1897); reed., Edimburgo: Banner of Truth, 1999); Charles Hodge. *Discussions in church polity: From the contributions to the "Princeton review"* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1878).

[04] João Calvino. *Institutes of the Christian religion*, 2 vols., org. John T. McNeill, trad. Ford Lewis Battles. (Filadélfia: Westminster, 1960), 1009-1521.

[05] John Knox. *Second book of discipline* (1578), reed. Em Robinson. *The church of God,* 117-149; Samuel Rutherford. *A peaceable and temperate plea for Paul's presbytery in Scotland* (1642); *The due right of presbyteries* (1644); *Divine right of church government and excommunication* (1646); George Gillespie. *Treatise of miscellany questions, Aaron's rod blossoming […],111 Propositions on church government, assertion of the government of the church of Scotland,* reed. Em *The Presbyterian's armoury,* 3 vols. (Edimburgo: R. Ogle e Oliver e Boyd, 1846).

[06] Veja, por exemplo, Robert C. Cannada e W. Jack Williamson. *The historic polity of the PCA* (Greenville, SC: A Press, 1997).

[07] Isso foi registrado em obras como Morton Smith. *How is the gold become dim: The decline of the Presbyterian church, U.S., as reflected in its assembly actions*, 2a. ed. (Jackson, MS: Steering committee for a continuing Presbyterian church, 1973); John Edwards Richards. *The historical birth of the Presbyterian Church in America* (Liberty Hill, SC: Liberty Press, 1987).

[08] Particularmente, veja Nathan Hatch. *The democratization of American Christianity* (New Haven, CT: Yale University Press, 1989).

[09] Essas declarações foram tiradas dos votos para tornar-se membro da PCA. Veja *BCO 57-5.* Os votos para tornar-se membro usados pelos outros órgãos presbiterianos e reformados tratam de preocupações semelhantes às mencionadas aqui.

[*] Uma organização internacional de voluntários dedicada a melhorar o mundo, uma criança e uma comunidade a cada vez. Foi fundada em 1915 em Detroit, EUA. (N. do R.)

[10] *BCO57-5.*

[11] A edição mais recente do Novo Testamento Grego da Sociedade Bíblica Unida (UBS) lista citações de Salmos 2 em Atos 4.25-26 (Sl 2.1); Atos 13.33; Hebreus 1.5; 5.5 (Sl 2.7); e citações de Salmos 110 em Mateus 22.44 e paralelos; Mateus 26.64 e paralelos; Atos 2.34-35; Hebreus 1.13 (Sl 110.1); Hebreus 5.6; 7.17,21 (Sl 110.4). Veja *The Greek New Testament,* 4a. ed. rev., org. Barbara Aland *et al*. (Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft/United Bible Societies, 1983), 887-888. Veja também a lista muito maior de "alusões e paralelos verbais" em 895-896.

[12] Sobre o relacionamento entre a igreja e o reino, veja Geerhardus Vos. *The teaching of Jesus concerning the kingdom and the church* (1903; reimpr., Nutley, NJ: Presbyterian and Reformed, 1972).

[13] Para argumentos do século 19 defendendo a obra singular da igreja como a agência missionária de Cristo, veja Thornwell. *Collected writings*, 4.143-295; Benjamin M. Palmer. "Lay evangelism and the young Man's Christian associations", *Southern Presbyterian review* 29, 2 (abr./1878): 354-377; Robert L. Dabney. "Lay preaching", *Southern Presbyterian review 27, 2* (abr./1876): 228-249; reimpr., em Dabney. *Discussions,* 2:76-95.

[14] A palavra na nossa língua *ir* traduz o particípio aoristo πορευθεντεσ, enquanto as palavras na nossa língua *fazer discípulos* traduzem o imperativo aoristo μαθετευσατε. Daniel Wallace observou que "em Mateus [...] todo outro exemplo do particípio aoristo de πορευομαι seguido por um verbo principal aoristo (indicativo ou imperativo) é claramente circunstância auxiliar" (*Greek grammar beyond the basics: An exegetical syntax of the New Testament* [Grand Rapids: Zondervan, 1996], 645). Então, o particípio πορευθεντεσ ("ir") é mais bem entendido como um particípio auxiliar de circunstância. Portanto, ele não deve ser tratado como um imperativo coordenado com o imperativo traduzido "fazei discípulos". Veja aqui a advertência feita por R. T. France. *The Gospel according to Matthew*, NICNT (Grand Rapids: Eerdmans, 2007), 1115n34.

[15] Os particípios βαπτιζοντεσ e διδασκοντεσ (Mt 28.19, 20) são, provavelmente, particípios modais. Veja Wallace. *Greek grammar*, 645; France. *The Gospel according to Matthew*, 1115.

[16] *BCO 1-7.*

[17] Morton Smith. *Commentary on the Book of church order of the Presbyterian Church in America*, 6a. ed. (Taylors, SC: Presbyterian Press, 2007), 31.

[18] F. P. Ramsay. *An exposition of the form of government and the rules of discipline of the Presbyterian Church in the United States* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publications, 1898), 9-10.

[19] Ibid., 10.

[20] As distinções seguintes vêm de *The Epistle to the Romans, de John Murray*. 2 vols., NICNT (Grand Rapids: Eerdmans, 1959, 1965), 2:75.

[21] Para uma pesquisa de opinião recente, veja Douglas Moo. *The Epistle to the Romans,* NICNT (Grand Rapids: Eerdmans, 1996), 710-739.

[22] Hebreus não reivindica ter sido escrito por uma pessoa em particular. Por séculos, a igreja não tem sido capaz de identificar com sucesso o seu autor. Por essa razão, irei referir-me a ele como "o escritor" ou "o autor".

[23] Ao afirmar "aquele que estabeleceu todas as coisas é Deus", no versículo 4, Hebreus afirma mais uma vez a divindade de Jesus Cristo.

[24] O versículo diz: "E, a todos quantos andarem de conformidade com esta regra, paz e misericórdia sejam sobre eles e sobre o Israel de Deus". Há debate com respeito a se Paulo tem em mente dois grupos, a

igreja e o Israel étnico ("todos quantos andarem de conformidade com esta regra" e "o Israel de Deus") ou um único grupo, a igreja ("todos quantos andarem de conformidade com esta regra", isto é, "o Israel de Deus"). Se Paulo tem em mente um único grupo, a igreja, então ele aplicou o título "Israel" à igreja. Considerando que Paulo argumentou em toda a carta aos Gálatas que os cristãos de todas as épocas são os filhos de Abraão, é improvável que ele concluísse sua epístola "separando judeus e gentios e incluindo somente judeus sob o título privilegiado de 'Israel de Deus'". Michael F. Bird. *Introducing Paul* (Downers Grove: IL: InterVarsity, 2008), 50.

[25] Veja O. Palmer Robertson. *The Christ of the covenants* (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1980), e *Covenants: God's way with his people* (Filadélfia: Great Commission Publications, 1987).

[26] Como Geerhardus Vos corretamente observa, uma vez que a "serpente" em vista é um único indivíduo (o diabo), devemos entender a prometida "descendência da mulher" em termos de um único descendente, *Biblical theology: Old and New Testaments* (Edimburgo: Banner of Truth, 1975), 42.

[27] Stuart Robinson. *The church of God as an essential element of the Gospel* (Filadélfia: Joseph M. Wilson, 1858; reimp., Willow Grove, PA), 34.

[28] Vemos isso em Gênesis, quando Abel, num ato de adoração, leva uma oferta a Deus. Moisés comenta: "Agradou-se o SENHOR de Abel e de sua oferta; ao passo que de Caim e de sua oferta não se agradou" (4.4b-5a). Não é apenas a oferta de Abel que o Senhor considera, é o próprio Abel.

[29] Compare com Salmos 116.17, em que o salmista diz: "Oferecer-te-ei sacrifícios de ações de graças e invocarei o nome do SENHOR". Uma vez que "invocar o nome do SENHOR" está em relacionamento paralelo com "oferecer sacrifícios de ações de graças" e esse é um ato de adoração, podemos concluir que "invocar o nome do SENHOR" também é um ato de culto.

[30] Isto é, os "os filhos de Deus possuíram as filhas dos homens, as quais lhes deram filhos" (6.4). "Filhos de Deus" provavelmente refere-se ao povo de Deus e "filhas dos homens" provavelmente refere-se ao mundo dos incrédulos.

[31] Veja mais em Robertson. *Christ of the covenants*, 109-125,

[32] Robinson. *The church of God*, 42.

[33] Ibid., 43.

[34] Ibid.

[35] Ibid., 42.

[36] Assim, distinguimos o "domínio essencial" de Deus do "domínio mediador" de Cristo. Teremos mais a dizer sobre isso no próximo capítulo.

[37] A menos, é claro, que eles sejam descendentes de pais que professam o cristianismo.

[38] Thomas E. Peck. *Notes on ecclesiology* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892; reimp., Greenville, SC: Presbyterian Press, 2005), 16.

[39] Ibid.

[40] Veja aqui o resumo do ensino bíblico na CFW 17 e CMW 79. Veja o tratamento útil de Robert Petersons. *Our secure salvation: Perseverance and apostasy* (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2009).

[41] Archibald Alexander Hodge. *Outlines of theology* (1879; Edimburgo: Banner of Truth, 1972), 645-646.

[42] Em toda essa discussão falaremos do relacionamento do cristão individual com a congregação local. É claro que, quando os cristãos se associam à igreja, eles não são meramente parte daquela entidade local. Eles são membros de todo o corpo de cristãos. Veja mais na nossa discussão no capítulo 5.

[43] Para um tratamento útil e abrangente dessa questão, veja o artigo não publicado por Mark Herzer: "The church: A covenant community". No momento da escrita deste livro, esse artigo está disponível online. Veja também Wayne Mack: *To be ou not to be a church member? That is the question!* (Amityville, NY: Calvary, 2004); Wayne A. Mack e Dave Swavely. *Life in the Father's house: A member's guide to the local church*, ed. rev. e exp. (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2006), esp. p 15-52.

[44] Por *igreja*, Jesus não está se referindo à congregação em si. Na verdade, ele quer dizer a assembleia dos presbíteros. Retornaremos a esse ponto mais detalhadamente no capítulo 3. À luz dessas considerações, T. David Gordon sugeriu proveitosamente traduzir a palavra grega εκκλεσια em Mateus 18.17 como "assembleia", em vez de "igreja". Veja seu artigo não publicado "When 'church' is a judicial assembly".

[45] Herzer, "The church", 6.

[46] Sou grato a T. David Gordon por me alertar quanto a esse argumento.

[47] Charles Hodge faz uma paráfrase da declaração de Paulo assim: "O marido pagão, em virtude da sua união com uma esposa cristã, embora permaneça pagão, foi santificado; ele assumiu uma nova relação; ele foi separado para o serviço de Deus, como guardião de um dos seus escolhidos e como pai de filhos que, em virtude da sua mãe cristã, são filhos da aliança". Charles Hodge. *An exposition of the First Epistle to the Corinthians* (Nova York: Robert Carter, 1860), 116.

[48] Devo essa definição tripla a David F. Coffin Jr.

[49] Há certos privilégios que eles podem não exercer até demonstrarem maturidade e qualificações espirituais que a Escritura requer para esses privilégios. Evidentemente, um desses privilégios é a admissão à Ceia do Senhor (1Co 11).

[50] J. I. Packer. *Concise theology: A guide to historic Christian beliefs* (Wheaton, IL: Tyndale, 1993), 33.

[51] Ibid, 54. Veja p 54-55 para dezenas de passagens bíblicas que Packer cita da abordagem de Louis Berkhof à providência divina.

[52] James Fisher. *The Westminster assembly's shorter catechism explained by way of question and answer*; 3a. ed. (reimpr., Filadélfia: Presbyterian Board of Christian Education, 1925), 138.

[53] Devemos observar, com A. A. Hodge, que "embora Cristo tenha sido virtualmente Rei mediador bem como Profeta e Sacerdote desde a queda de Adão, sua ascensão formal e pública ao seu trono e inauguração do seu reinado espiritual data da sua ascensão e sessão à mão direita do seu Pai." Archibald Alexander Hodge. *Outlines of theology* (1879; Edimburgo: Banner of Truth, 1972), 429.

[54] Robert L. Dabney. *Systematic theology,* 2a. ed. (St Louis: Presbyterian Publishing Company of St. Louis, 1878; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth, 1985), 550.

[55] "Cesaropapismo" quer dizer a condução direta das questões da igreja pelo estado. Alguns têm contestado essa caracterização das relações estado-igreja bizantina. Veja Timothy Ware. *The Orthodox Church,* ed. rev. (Londres: Penguin, 1993), 40-41.

[56] Diarmaid MacCullough. *The Reformation* (Nova York: Penguin, 2003), 355; Robert Letham. *The Westminster assembly: Reading its theology in historical context* (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2009), 312.

[57] O grego distingue entre a segunda pessoa do singular e a segunda pessoa do plural. No grego original de Mateus 16, o tratamento de segunda pessoa está consistentemente no singular e não no plural. Em outras palavras, Pedro está em destaque de uma maneira que todo o grupo de discípulos não está.

[58] O grego deixa isso claro. Jesus não apenas usa a forma da segunda pessoa do plural do verbo "dizer", mas acrescenta o (gramaticalmente desnecessário) pronome pessoal da segunda pessoa, "vós".

[59] O grego de Mateus 18.18, que praticamente reproduz os ditos de Mateus 16.16, está no plural.

[60] Matthew Poole. *A commentary on the Holy Bible,* 3 vols. (reimpr., Peabody, MA: Hendrickson, s.d.), 3:76.

[61] Naturalmente, em vista do caráter singular desse testemunho ocular e da imagem do fundamento perpétuo que Jesus usa, o ofício de apóstolo não é perpétuo na igreja. Em outras palavras, esse ofício serviu ao seu propósito designado por Deus na história redentora e Deus não dota mais os homens para esse ofício na era pós-apostólica. Trataremos desse ponto mais adiante, no capítulo 4.

[62] Compare com Apocalipse 3.17, em que Jesus diz de si mesmo: "[eu tenho] a chave de Davi, que abre, e ninguém fechará, e que fecha, e ninguém abrirá".

[63] R. T. France. *The Gospel of Matthew*, NICNT (Grand Rapids: Eerdmans, 2007), 625.

[64] Ibid.

[65] Poole. *Commentary*, 3:77.

[66] France. *Matthew*, 627.

[67] *BCO* 3-4. Essa frase é devedora ao "Address to the Churches of Jesus Christ throughout the earth", adotada em 1861 pela Igreja Presbiteriana nos Estados Confederados da América.

[68] James Bannerman. *The church of Christ: A treatise on the nature, powers, ordinances, discipline and Government of the Christian church*, 2 vols. (Londres: Banner of Truth Trust, 1960), 2:202.

[69] Veja ainda, ibid., 2:202-203.

[70] Ibid., 2:203-204.

[71] John MacPherson. *Presbyterianism* (Edimburgo: T&T Clark, s.d.), 9; ênfase de MacPherson.

[72] Alexander T. McGill. *Church government: A treatise compiled from his lectures in theological seminaries* (Filadélfia: Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School Work, 1888), 27. O que se segue é argumento de McGill.

[73] Ibid.

[74] Ibid., 28. O que se segue é, novamente, argumento de McGill.

[75] Ibid., 28-29.

[76] Thomas E. Peck. *Notes on ecclesiology* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892; reimpr., Greensville, SC: Presbyterian Press, 2005), 122.

[77] Ibid.

[78] "Exceto quando especificado de outra maneira nessas regras [de atuação do concílio], *Robert's rules of order, newly revised* deve ser o padrão no procedimento parlamentar." *RAO* 19–1.

[79] *BCO* 12-1.

[80] Bannerman. *The church of Christ*, 2:405.

[81] Ibid., 2:406.

[82] Ibid., 2:408.

[83] Ibid., 2:407.

[84] Ibid.

[85] Para uma discussão mais extensa a respeito desse mesmo ponto, veja o tratamento útil de William Cunningham. *Historical theology: A review of the principal doctrinal discussions in the Christian church since the Apostolic age,* 3a. ed., 2 vols. (Edimburgo: T&T Clarck, 1870; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth, 1960), 1:64-73.

[86] Uma declaração útil e recente dos princípios que informaram a fundação do governo dos Estados Unidos é Matthew Spalding. *We still hold these truths: Rediscovering our principles, reclaiming our future* (Wilmington, DE: ISI Books, 2009), esp. 81-116.

[87] Thomas Witherow. *The form of the Christian temple: Being a treatise on the constitution of the New Testament Church* (Edimburgo: T&T Clark, 1889), 291.

[88] Veja Spalding. *We still hold these truths*, 48.

[89] Stuart Robinson. *The church of God as an essential element of the Gospel* (Filadélfia: Joseph M. Wilson, 1858; reimpr., Willow Grove, PA), 61.

[90] Ibid., 61-62.

[91] *BCO* 3-1.

[92] Robinson. *The Church of God,* 62.

[93] Morton Smith. *Commentary on the Book of church order of the Presbyterian Church in America,* 6a. ed. (Taylors, SC: Presbyterian Press, 2007), 35, citando F. P. Ramsay. *An exposition of the form of government and the rules of discipline of the Presbyterian Church in the United States* (Richmond, VA: The Presbyterian Committee of Publication, 1898), 25.

[94] É claro que quando dizemos que a igreja é uma "comunidade" não estamos dizendo que essa comunidade seja a autora da sua própria constituição. Em vez disso, essa comunidade tem "sua constituição feita para ela por Cristo"; veja Thomas E. Peck. *Notes on ecclesiology* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892; reimpr., Greenville, SC: Presbyterian Press, 2005), 86, esp. nota 1.

[95] Peck. *Notes on ecclesiology*, 85. A terminologia correspondente em latim para essa distinção é *in primo actu* ou *quoad esse* (correspondendo a poder residindo no corpo quanto à existência) e *in actu secundo* ou *quoad operari* (correspondendo a poder no exercício).

[96] Ibid.

[97] Ibid., 170. Nesse ponto, Peck faz referência ao argumento de James H. Thornwell. "Church boards and Presbyterianism", em *Collected writings of James Henley Thornwell,* 4 vols., org. John B. Adger e John L. Girardeau (1871-1873; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth Trust, 974), 4:272-273.

[98] A Igreja Católica Romana, por exemplo, não confere poder eclesiástico às pessoas como um todo. Em vez disso, ela confere poder eclesiástico exclusivamente ao clero. Esse entendimento de poder da igreja impõe uma divisão prejudicial e não bíblica entre oficiais e não oficiais da igreja. Veja Peck. *Notes on ecclesiology*, 173.

[99] Veja o Sexto princípio preliminar (encontrado no prefácio) do *BCO* da PCA.

[100] Veja também os comentários de J. A. Alexander. *A commentary on the Acts of the Apostles*, 2 vols. (Nova York: Charles Scribner, 1857; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth, 1963), 2:65-66; Thomas E. Peck. *Writings of Thomas E. Peck,* 3 vols., sel. e org. por T. C. Johnson (Edimburgo: Banner of Truth Trust, 1999), 3:154.

[101] Robinson. *The church of God,* 63.

[102] Peck. *Notes on ecclesiology,* 89-90. Peck prossegue, dizendo: "Eleição é o ato do corpo; ordenação é o ato dos governantes já existentes, os quais foram, eles próprios, escolhidos de maneira semelhante; mas tanto a eleição quanto a ordenação são atos da igreja. [...] A ordenação não transmite autoridade, ela apenas a reconhece e autentica", 90.

[103] O governo da igreja congregacional pode, às vezes, funcionar dessa maneira. Colocando nos moldes de nossa argumentação, o poder é considerado não apenas residente na igreja como um todo, mas a igreja como um todo exerce esse mesmo poder em todo o espectro das atividades do governo da igreja.

[104] Peck. *Notes on ecclesiology*, 177.

[105] Robinson. *The church of God*, 62.

[106] *BCO* 3-2; cf. *BCO* 1-5.

[107] Morton Smith. *Commentary on the Book of church order,* 37. Vemos um exemplo indireto disso quando o Concílio de Jerusalém se dirige àqueles que estavam ensinando que "se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos" (At 15.1). O Concílio admoesta essas pessoas diante de toda a igreja, declarando à igreja: "Visto sabermos que alguns *que saíram* de entre nós, sem nenhuma autorização, vos têm perturbado com palavras, transtornando a vossa alma" (At 15.24). Essa dimensão do trabalho dos concílios da igreja nos ajuda a entender por que um candidato ao presbiterato deve ser "apegado à palavra fiel, que é segundo a doutrina, de modo que tenha poder tanto para exortar pelo reto ensino como para convencer os que o contradizem" (Tt 1.9).

[108] Contraste isso com o governo civil, em que, com frequência, uma única pessoa, como juiz, é autorizada a fazer julgamento a respeito de uma questão. Veja Robinson. *The church of God,* 66.

[109] Peck. *Notes on ecclesiology*, 112. Veja também o Princípio preliminar 7 (encontrado no prefácio) do *BCO*.

[110] Hamilton. "The federalist, nº 78", em Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. *The federalist papers,* org. B. F. Wright (Nova York: Metro Books, 2002), 493.

[111] Peck. *Notes on ecclesiology*, 119. Ênfase de Peck.

[112] Essas palavras vêm do Princípio preliminar 7 do *BCO*.

[113] Um exemplo positivo e construtivo de como a igreja pode lidar com tais assuntos com integridade como idealizado na CFW 31.4 é a "Declaration of conscience on homosexuals and the military" do Supremo Concílio da PCA (1993), disponível online em http://www.pcahistory.org/pca/2-399.html.

[114] Veja *BCO* 11-2, "A jurisdição dos concílios da igreja é somente ministerial e declarativa e se relaciona com as doutrinas e preceitos de Cristo, com a ordem da igreja e com o exercício da disciplina". A terminologia mais antiga e clássica é poder dogmático, diatático e diacrítico, respectivamente.

[115] *BCO* 11-2. Como Peck observa, esse aspecto do poder da igreja se aplica não apenas aos concílios da igreja, mas, *mutatis mutandis,* aos oficiais da igreja. *Notes on ecclesiology*, 120.

[116] Quer essas passagens tenham circulado independentemente como declarações de credo ou não, elas refletem um resumo inspirado de doutrinas vitais da fé cristã.

[117] *BCO* 11-2. Veja também CFW 1.6.

[118] *CFW* 1.6.

[119] Veja mais sobre isso em Peck. *Notes on ecclesiology*, 121-124.

[120] *BCO* 11-2.

[121] É claro que isso não justifica negar que os filhos de pelo menos um cristão professo sejam, por direito de nascimento, membros da igreja visível.

[122] Em particular, veja Daniel E. Wray. *Biblical church discipline* (Edimburgo: Banner of Truth 1978); Jonathan Edwards. "The means and ends of excommunication", em *Sermons and discourses*, *1739-1742*, org. Harry S. Stout e Nathan O. Hatch, vol. 22 de *The works of Jonathan Edwards* (New Haven, CT: Yale University Press, 2003), 68-79.

[123] John Nolland. *The Gospel of Matthew: A commentary on the Greek text*, NIGTC (Grand Rapids: Eerdmans, 2005), 747. Para argumentações mais aprofundadas sobre as leis judiciais do Antigo Testamento, veja Vern S. Poythress. *The shadow of Christ in the law of Moses* (Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 1995).

[124] Ibid.

[125] Como Nolland observa, "reunidos em meu nome" (18.20) "corresponde, em parte, a 'concordarem' em 18.19". Assim, "a intenção é um compromisso abrangente com Jesus e com o que ele trouxe, fez e representa. Mas a solidariedade de estarem reunidos nisso também é importante". Ibid., 750.

[126] Assim a CFW 30.2: "A esses oficiais [cf. CFW 30.1] estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso, eles têm respectivamente o poder de reter ou remir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes pelo ministério do evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem".

[127] "Nem um caso pode ser encontrado em todas as Escrituras no qual um oficial comum exercesse a jurisdição sozinho, mas sempre como alguém que fosse membro de um concílio." Robinson. *The church of God,* 65.

[128] Ibid.

[129] Ibid. Compare com a lista quase idêntica em Peck. *Notes on ecclesiology*, 144. Peck acrescenta que tanto a igreja quanto o estado são "ordenados para *o bem da* raça humana" (ênfase minha).

[130] Robinson. *The church of God*, 65; cf. Peck. *Notes on Ecclesiology*, 145.

[131] Peck. *Notes on ecclesiology*, 145.

[132] Robinson. *The church of God*, 65-66.

[133] Veja aqui também *BCO* 3-4.Para tratamentos da lei natural, veja Michael Cromartie, org. *A preserving grace: Protestants, catholics, and natural law* (Washington DC: Ethics and Public Policy Center/Grand Rapids: Eerdmans, 1997); Stephen J. Grabill. *Rediscovering the natural law in reformed theological ethics* (Grand Rapids: Eerdmans, 2006); David VanDrunen. *A Biblical case for natural law*, SCSEE 1 (Grand Rapids: Acton Institute, 2006); David VanDrunen. *Natural law and the two kingdons: A study in the development of reformed social thought* (Grand Rapids: Eerdmans, 2001).

[134] Robinson. *The church of God*, 66; cf. o debate de Peck em *Notes on ecclesiology*, 149-150.

[135] *BCO* 3-3.

[136] Robinson. *The church of God,* 66.

[137] *BCO* 27-1, 27-3.

[138] Peck. *Notes on ecclesiology*, 150.

[139] John Murray. "Office in the church", em *Collected writings of John Murray,* 4 vols. (Edimburgo: Banner of Truth Trust, 1976-1982), 2:357.

[140] Em outro lugar, Paulo nos diz que "estabeleceu Deus na igreja" vários dons (1Co 12.28) e que essa doação "é concedida a cada um visando a um fim proveitoso" (1Co 12.7). Portanto, a concessão de dons à igreja é obra do Deus trino.

[141] Robinson. *The church of God*, 62.

[142] Cf. 1Coríntios 12.11: "Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente".

[143] Murray. "Office in the church", 2:358.

[144] Veja John MacPherson. *Presbyterianism* (Edimburgo: T&T Clark, s.d.), 23; Edmund P. Clowney. *The church* (Downers Grove, IL: InterVarsity, 1995), 208-210.

[145] Um exemplo esclarecedor desse contraste é encontrado em Atos 23.1-5. Quando o sumo sacerdote Ananias "mandou aos que estavam perto dele [Paulo] que lhe batessem na boca", Paulo disse: "Deus há de ferir-te, parede branqueada! Tu estás aí sentado para julgar-me segundo a lei e, contra a lei, mandas agredir-me?" (v. 2-3). Quando Paulo é informado de que Ananias era sumo sacerdote de Deus, ele reconhece sua ignorância do fato e cita Êxodo 22.28: "Não falarás mal de uma autoridade do teu povo". (v. 4-5). Em outras palavras, se Paulo soubesse da posição de Ananias como sumo sacerdote, ele o teria tratado de maneira diferente, mesmo com Ananias tendo agido contra a lei de Deus.

[146] *BCO* 7-1.

[147] J. Aspinwall Hodge. *"What Is presbyterian law as defined by the church courts?* 7a. ed., rev. e exp. (Filadélfia: Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School Work, 1884), 42.Veja a mesma linha de raciocínio em MaPherson. *Presbyterianism*, 34. Para uma argumentação muito mais abrangente a respeito do mesmo ponto, veja James Bannerman. *The church of Christ: A treatise on the nature, powers, ordinances, discipline and government of the Christian church*, 2 vols. (Londres: Banner of Truth Trust, 1960), 2:214-244.

[148] "Pergunta: Por que [os profetas] cessaram? Resposta: A Igreja tem a palavra de Deus completa", em Hodge. *What is presbyterian law*, 43.

[149] Ibid.

[150] MacPherson. *Presbyterianism*, 34.

[151] *BCO* 7-2: "As classes de ofício comum e perpétuo na igreja são presbítero e diácono". Veja também *BCO* 8–5, 8–8, 8–9. Em apoio a essa visão, veja James Henley Thornwell. "The ruling elder", "The ruling elder a presbyter", "Resolutions as to the eldership" e "Presbyterianism and the eldership", em *Collected writings of James Henley Thornwell,* 4 vols., org. John B. Adger e John L. Giradeau (1871-1873; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth Trust, 1974), 4:43-142; Robert L. Dabney. "Theories of the eldership", em Dabney. *Discussions: Evangelical and theological* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1891; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth, 1967), 2:119-157; Thomas E. Peck. *Notes on ecclesiology* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892; reimpr., Greenville, SC: Presbyterian Press, 2005), 179-186.

[152] Para uma defesa contemporânea dessa posição, veja George W. Knight III. "Two offices and two orders of elders", em *Pressing toward the Mark: Essays commemorating fifty years of the Orthodox*

Presbyterian Church, org. C. G. Dennison e R. C. Gamble (Filadélfia: The Committee for the Historian of the Orthodox Presbyterian Church, 1986), 22-32. Veja também o "Report of the ad-interim committee on number of offices", reimpr., em *PCA Digest position papers (1973-1993), Part V,* org. P. R. Gilchrist (Atlanta: Office of the Stated Clerk of the General Assembly of the Presbyterian Church in America, 1993), 455-497.

[153] Em apoio a essa visão, veja Charles Hodge. *Discussions in church polity: From the contributions to the "Princeton review"* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1878), 118-133, 262-299; o pastor presbiteriano do sul Thomas Smyth. "The name, nature and function of ruling elders", em *Complete works of Rev. Thomas Smyth, D.D.,* org. J. Wm. Flinn, 10 vols. (Columbia, SC: R. L. Bryan, 1908), 4:13-164; Smyth. "Theories of the eldership (I)", em ibid., 4:167-275; Smyth. "Theories of the eldership (II), em ibid., 4:277-358; Smyth. "Ecclesiastical catechism", em ibid., 4:435-519. Mais recentemente, veja os estudos em Mark R. Brown, org. *Order in the office: Essays defining the roles of church officers* (Duncansville, PA: Classic Presbyterian government resources, 1993); Clowney. *The church,* 210-212; Donald MacLeod. *Priorities for the church: Rediscovering leadership and vision in the church* (Fearn, Ross-shire: Christian Focus Publications, 2003), 41-56; Iain Murray. "The problem of the 'elders'", em *A Scottish Christian heritage* (Edimburgo: Banner of Truth, 2006), 339-366.

[154] Knight, "Two offices and Two orders", 23-24.

[155] Robert S. Rayburn. "Ministers, elders, and deacons", em Brown. *Order in the offices*, 222-223.

[156] Ibid.

[157] Citado por Iain Murray. "Ruling elders – A sketch of a controversy", em Brown. *Order in the offices*, 160. Cunningham, a citação continua, defendia uma posição de dois ofícios, mas confessava ter sido "abalado na [sua] adoção dessa teoria" pela sua interação com o proponente dos três ofícios Charles Hodge (160-161). A citação vem de A. A. Hodge. *The life of Charles Hodge* (Londres: T. Nelson and Sons, 1881), 425.

[158] Vale a pena observar uma dificuldade léxica em relação a 1Timóteo 5.17. A ESV traduz a palavra grega μαλιστα como "especialmente" [na ARA, "com especialidade"]. Alguns comentaristas têm defendido que a palavra μαλιστα deve ser traduzida por "a saber", ou "ou seja". George Knight argumenta que traduzir a palavra μαλιστα por "ou seja" não desqualifica, necessariamente, 1Timóteo 5.17 como um texto que dá base para a visão dos dois ofícios: "Com a tradução 'ou seja', aqueles que trabalham duro pregando e ensinando são especificados explicitamente como o grupo que deve ser considerado digno de honra dobrada. [...] A designação de alguns entre os presbíteros como 'os que se afadigam na palavra e no ensino' como um grupo distinto entre os presbíteros ainda continua sendo o ensino da passagem em qualquer entendimento de μαλιστα", "Two offices and two orders", 31-32n2.

[159] Knight. "Two offices and two orders of elders", 28.

[160] *BCO* 7-2.

[161] Roger Beckwith. *Elders in every city: The origin and role of the ordained ministry* (Carlisle, UK/Waynesboro, GA: Paternoster, 2003), 11.

[162] E assim Paulo diz a Timóteo, depois de dar as qualificações e deveres tanto dos presbíteros (3.1-7) quanto dos diáconos (3.8-13): "Escrevo-te estas coisas [...] para que [...] fiques ciente de como se deve proceder na casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, coluna e baluarte da verdade" (1Tm 3.14-15).

[163] *BCO* 8-1.

[164] Veja Timothy Z. Witmer. *The shepherd leader: Achieving effective shepherding in your church* (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2010); Cornelis Van Dam. *The elder: Today's ministry rooted in all of*

Scripture (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2009). Outros tratamentos úteis do presbiterado incluem Jerram Barrs. *Shepherds and sheep: A Biblical view of leading and following* (Downers Grove, IL: InterVarsity, 1983); Gerard Berghoef e Lester De Koster. *The elders handbook: A practical guide for church leaders* (Grand Rapids: Christian's Library, 1979); David Dickson. *The elder and his work*, org. G. K. McFarland e P. G. Ryken (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2004); Samuel Miller. *The ruling elder* (1832; Dallas, TX: Presbyterian Heritage, 1987); John R. Siteema. *With a shepherd's heart: Reclaiming the pastoral office of elder* (Grandville, MI: Reformed Fellowship, 1995); Alexander Strauch. *Biblical eldership: An urgent call to restore Biblical church leadership*, 3a ed. (Littleton, CO: Lewis and Roth, 1995).

[165] Veja *BCO* 12-1, 13-4, 14-5.

[166] *BCO* 21-4, 24-1.

[167] Ibid.

[168] *BCO* 13-1, 2; cf. *The Book of church order of the Orthodox Presbyterian Church* (Willow Grove, PA: The Committee on Christian education of the Orthodox Presbyterian Church, 2005), 6.4.

[169] *BCO* 13-1, 14-2. Trataremos dos concílios maiores da igreja no capítulo 5.

[170] *BCO* 56-1, 58-4. Essa restrição também é estabelecida explicitamente nos padrões de Westminster; veja CFW 27.4, CMW 176.

[171] "Report of the ad-interim committee on number of offices", 460.

[172] *BCO* 8-9.

[173] John Murray. "Arguments against term eldership", em *Collected writings,* 2:351. O artigo de Murray foi impresso recentemente em "Appendix B" de Witmer. *The shepherd leader*, 257-264.

[174] Ibid.

[175] Veja agora a pesquisa histórica feita por Van Dam, *The elder*, 218-222.

[176] Murray. "Arguments against term eldership", 2:353.

[177] Ibid., 2:355.

[178] Esse exemplo é citado por Van Dam. *The Elder*, 224.

[179] J. A. Alexander argumenta que essa mudança de ofício foi ocasionada pela circunstância extraordinária da dispersão da igreja depois da perseguição de Estêvão: "Entre aqueles que foram dispersos estava Filipe, que parece nunca ter voltado depois da reorganização da igreja pela qual ele foi ordenado diácono. Enquanto isso, ele havia 'alcançado justa preeminência' (1Tm 3.13) e há muito exercia 'o trabalho de um evangelista' (2Tm 4.5)". Alexander vê esse ofício de evangelista como um ofício extraordinário, restrito à era apostólica da igreja. J. A. Alexander. *A commentary on the Acts of the Apostles*, 2 vols. (Nova York: Charles Scribner, 1857; reimpr., Edimburgo: Banner of Truth, 1963), 2:262-263. Nessa interpretação, o exemplo de Filipe não é pertinente à discussão do presbiterado por mandato.

[180] Murray. "Arguments against term eldership", 2:354.

[181] No contexto batista, "diáconos" com frequência descreve homens que desempenham funções de um presbítero. Estamos interessados no uso que o Novo Testamento faz desse termo.

[182] Peck. *Notes on ecclesiology,* 207; William D. Killen. *The framework of the church: A treatise on church government* (Edimburgo: T&T Clark, 1890), 303; Thomas Witherow. *The form of the Christian temple: Being a treatise on the constitution of the New Testament church* (Edimburgo: T&T Clark, 1889), 82; Alexander T. McGill. *Church government: A treatise compiled from his lectures in theological seminaries* (Filadélfia:

Presbyterian Board of Publication and Sabbath-School Work, 1888), 364 (citando também Samuel Miller em apoio a essa visão). C. N. Willborn cita Calvino, John Owen, John Brown (Haddington), John Dick, D. Douglas Bannerman, Louis Berkhof, George W. Knight III, e Robert L. Reymond em apoio a essa visão. Portanto, Willborn denomina essa visão de "consenso" entre os escritores reformados. "The deacon: A divine right office with divine uses" *Confessional Presbyterians* 5 (2009): 185-186.

[183] Mosheim, historiador da igreja do século 19, argumentou que o diaconato surgiu antes dos acontecimentos registrados em Atos 6, veja Killen. *The framework of the church*, 303; McGill. *Church government*, 364. Mais recentemente, Clowney sugeriu que os sete de Atos 6 eram "assistentes dos ministros da Palavra, não oficiais encarregados especificamente do ministério de misericórdia". *The church*, 213.

[184] A palavra usada aí é o infinitivo grego διακονειν. A palavra que Paulo usa em 1Timóteo 3 para descrever esses oficiais é o substantivo grego διακονοσ. Essas palavras são formadas da mesma raiz grega.

[185] Peck. *Notes on ecclesiology*, 207. Aí Peck cita a CFW 26.2: "Socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios".

[186] *BCO* 9-1.

[187] Veja aqui o registro de Leonard J. Coppes sobre o debate dentro da Igreja Presbiteriana Ortodoxa com relação ao alcance daqueles a quem o diaconato é biblicamente chamado para servir: "The discussion of the theology of the diaconate", em *Pressing toward the marck*, 427-434.

[188] Por "pior do que o descrente", Paulo quer dizer que até mesmo os descrentes reconhecem e cumprem as responsabilidades que têm para com seus pais e avós.

[189] Peck. *Notes on ecclesiology*, 207.

[190] Os termos são os usados por Willborn. "The deacon", 191, 193. Veja *BCO* 9-2.

[191] James Henley Thornwell. "Argument against church-boards answered", em *Collected writings*, 4:201, citado em Willborn. "The deacon", 193.

[192] Peck. *Notes on ecclesiology*, 213-214.

[193] Veja aqui as provisões do *BCO* 9-5 e 9-6. Pace Witherow. *The form of the Christian temple*, 89.

[194] A palavra "conselho" deriva da palavra latina para "sentar". Presbíteros são aqueles que "se assentam" para governar igreja.

[*] Na Igreja Presbiteriana no Brasil, "junta diaconal". (N. do T.)

[195] A citação é de Peter Y. De Jong. *The ministry of mercy for today* (Grand Rapids: Baker, 1952), em Willborn. "The deacon", 196.

[196] MacPherson. *Presbyterianism*, 99. Veja o debate de MacPherson sobre esse ponto em 98-100.

[197] Como Willborn observa, "simplesmente não faz sentido que o que Deus deu a um ofício específico seja executado rotineiramente por outro; o conflito seria certo, a confusão seria abundante e o trabalho de ambos sofreria". "The deacon", 197.

[198] *BCO* 9-2.

[199] Peck. *Notes on ecclesiology*, 213. Para apoio bíblico, Peck observa que as contribuições da igreja primitiva eram "depositadas as pés dos apóstolos (At 4.35, 37; 5.2)", *ibid.* Veja as provisões para a supervisão do diaconato pelo conselho em *BCO* 9–4.

[200] McGill. *Church government*, 368.

[201] Thornwell. "Argument against church-boards answered", *Collected writings*, 4.155, citado em Willborn. "The deacon", 197.

[202] Veja McGill. *Church government*, 404.

[203] *BCO* 21-6.

[204] Como Bannerman observa, "o título para a posse do ofício ministerial é conferido por chamado de Cristo", mas "o título para o *exercício* do ofício ministerial é, em circunstâncias comuns, conferido por Cristo por intermédio do chamado da igreja". *The church of Christ*, 1:428, 430; ênfase de Bannerman.

[205] Comumente, ele deve ser escolhido pela congregação. Congregações não organizadas, missões estrangeiras, posições de coordenadoria denominacional e ensino no seminário são exemplos de ministérios eclesiásticos para os quais, por exemplo, um presbitério pode chamar um homem legitimamente. Veja *BCO* 8–4, 8–6, 8–7, e as importantes discussões em McGill. *Church government*, 416-417 e Bannerman. *The church of Christ*, 1:433-435. Bannerman observa que "o título para o ofício *pastoral* em acréscimo ao ofício *ministerial* requer que seja confirmado pelo consentimento ou eleição dos membros da congregação sobre quem o ministério é designado". *The church of Christ*, 1:433; ênfase de Bannerman.

A igreja deve chamar um homem para um trabalho definido, *BCO* 17–3. A Escritura subscreve e provê exemplos somente de homens que são ordenados para um trabalho definido. Ela não permite a admissão de um homem para ofício sem um chamado específico.

[206] Em *Aaron's rod blossoming,* Geordе Gillespie argumenta que ordenação "se posiciona na missão da delegação de um homem a uma função na igreja com poder e autoridade para desempenhá-la" e que "o ato essencial de ordenação [é] uma simples delegação e aplicação de um ministro à sua função ministerial com poder para desempenhá-la". Samuel Miller expressou a mesma ideia em *The ruling elder*. Ele definiu ordenação como "aquele rito, ou ato, solene pelo qual um candidato a qualquer ofício da igreja de Cristo é autoritativamente designado a esse ofício por aqueles que estão investidos de poder para esse propósito" (275). Na ordenação, o presbítero é "totalmente investido com o ofício e com os poderes e privilégios que ele inclui" (291). Portanto, "a ordenação é um ato não apenas oficial, mas também *autoritativo* (292; ênfase de Miller). As citações precedentes são encontradas em "Report of the committee on women in church office submitted to the fifth-fifth general assembly", em *Minutes of the fifty-fifty general assembly* […] *of the Orthodox Presbyterian Church* (Filadélfia: The Orthodox Presbyterian Church, 1988), 325, 326. Peck observa que "a ordenação não transmite autoridade, apenas a reconhece e autentica". *Notes of ecclesiology*, 90.

[207] Assim, parece não haver ordem bíblica para a proibição de presbíteros regentes de impor as mãos sobre candidatos à ordenação. A pergunta sobre se os presbíteros regentes podiam participar na ordenação foi amplamente discutida e debatida no século 19.

[208] A primeira reflete a prática de alguns congregacionalistas; a segunda, a prática do catolicismo romano e do episcopalismo.

[209] Bannerman. *The church of Christ*, 1:472, fazendo referência ao ensino do catolicismo romano tridentino.

[210] Em 1Timóteo 4.14, Paulo não diz que a ordenação conferiu "o dom" que Timóteo tinha. Antes, Paulo associa o "dom" com "profecia", isto é, "as profecias de que antecipadamente foste objeto" (1.18). Como George W. Knight III observa, "O testemunho da profecia aponta para aquela realidade interior", e "a profecia foi acompanhada, obedientemente, pela imposição de mãos". *The pastoral epistles: A commentary on the Greek text*, NIGTC (Grand Rapids: Eerdmans, 1992), 208-209.

[211] McGill. *Church government*, 417-418. Veja as conclusões práticas que McGill tira da imposição de mãos em 422-432.

[212] MacPherson. *Presbyterianism*, 32.

[213] Bannerman. *The church of Christ*, 1:472.

[214] Knight. *The pastoral epistles*, 142.

[215] Ibid.

[216] "Report of the Committee on women in church office", 330.

[217] Douglas Moo. "What does it mean not to teach or have authority over men?: 1 Timothy 2.11-15", em *Recovering Biblical manhood and womanhood: A response to evangelical feminism*, org. John Piper e Wayne Grudem (Wheaton, IL: Crossway, 1991), 190.

[218] Ibid.

[219] "Report of the committee on women in church office", 350.

[220] B B. Warfield. "Presbyterian deaconesses", *The Presbyterian review* 10, 38 (1889): 283-293; Patrick Fairbairn. *The pastoral epistles* (Edimburgo: T&T Clark, 1874; reimpr., Carslile, PA: Banner of Truth, 2002), 149-151; Witherow. *The form of the Christian temple*, 86-87; Killen fala de uma "ordem de diaconisas", *The framework of the church*, 308; McGill. *Church government*, 378-401; Clowney. *The church*, 231-235; Robert Strimple. "Report of the minority of the committee on women in church office (OPC)"; e James B. Hurley. *Man and woman in Biblical perspective* (Grand Rapids: Zondervan, 1981), 223-233.

Com maior cautela, Thomas Cary Johnson diz do acréscimo de 1879 ao *Book of church order*, da PCUSA com respeito a assistentes de diáconos do sexo feminino (um acréscimo que achou seu caminho até o *Book of church order*, da PCA, cf. *BCO* 9-7), "Ele [o *Book of church order* da PCUSA] reconhece pelo menos *quasi* diaconisas, o que é um passo na direção certa. Se às mulheres sempre foi conferido o privilégio de servir à igreja assim, deve haver menos aversão às mulheres entre as igrejas hoje". *A history of the Southern Presbyterian Church, with appendix*, American Church History Series, vol. 11 (Nova York: The Christian Literature Co., 1894), 414.

[221] Warfield. "Diaconesses," 283.

[222] Ibid., 284-286. Strimple oferece argumentos exegéticos mais detalhados, mas as reservas que expressei acima se aplicam *mutatis mutandis* à discussão de Strimple. Deve-se ressaltar também que a igreja antiga não entendia "diaconisas" tendo "autoridade de ensino" na igreja; veja Wayne Grudem. *Evangelical feminism and Biblical truth* (Sisters, OR: Multnomah, 2004), 266-268.

[*] Na versão em português ACF (Corrigida fiel), a palavra usada é "esposas". (N.T.)

[223] Essas são as quatro possibilidades exegéticas propostas por George W. Knight III. "The role of women in the church", em *Confessing our hope: Essays celebrating the life and ministry of Morton H. Smith*, org. Joseph A. Pipa Jr. e C. N. Willborn (Taylors, SC: Southern Presbyterian Press, 2004), 200.

[224] Provavelmente Paulo queria dizer que o candidato deve ser sexualmente fiel à sua esposa, com quem está unido em matrimônio monogâmico. Knight. *The pastoral epistles*, 158-159.

[225] Apêndice do "Report of the Committee on women in church office", 353.

[226] Veja o *Book of church order*, da PCA, 7–2,3; 9–3; 24–1. Observe o voto da congregação por ocasião da ordenação de um diácono em 24–6: "Vocês, membros desta igreja, reconhecem e recebem esse irmão como presbítero regente (ou diácono) e prometem conceder a ele toda aquela honra, encorajamento e *obediência* no Senhor os quais seu ofício, de acordo com a palavra de Deus e a constituição desta igreja o habilitam?" (ênfase acrescentada). Compare com o *Book of church order* da OPC, 5:2, 25:6.c., 6.e., 7.c., referidos no Apêndice do "Report of the Committee of women in the church", 353.

[227] Seguindo a ESV, "suas esposas" ou a ESV mg., "esposas". Knight observa que a palavra *gyne*, usada no versículo 12, significa "esposa" nos dois outros lugares em que Paulo usa essa palavra em 1Timóteo 3.1-13, i.e., os versículos 2 e 12. Ele também argumenta que "tanto a omissão da qualificação marital das esposas no versículo 11 quanto a colocação delas antes da qualificação marital dos diáconos são explicadas pelo fato de que elas são esposas de diáconos. Isto é, a posição marital do marido delas é também a posição marital delas, e essa posição não precisa ser repetida. Elas são mencionadas nesse momento nas qualificações dos seus maridos porque vêm no início da afirmação sobre a vida familiar de um diácono". Knight, "Role of Women in the Church", 200-201.

[228] Seguindo a ESV mg., "mulheres". Essa interpretação certamente daria apoio exegético para *BCO* 9–7, que permite ao conselho selecionar e indicar mulheres piedosas para assistir aos diáconos no trabalho diaconal deles.

[229] Um tratamento clássico do século 19 é o de B. M. Palmer. *The family in its civil and churchly aspects: An essay, in two parts* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1876).

[230] Veja Richard Baxter. "General directions for the holy government of families", em *Baxter's practical works*, vol. 1: *Christian directory* (reimpr., Morgan, PA: Soli Deo Gloria, 1996), 422-424.

[231] Thomas E. Peck. *Notes on ecclesiology* (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1892; reimpr., Greenville, SC: Presbyterian Press, 2005), 196.

[232] Estou usando o termo "congregacionais" de modo abrangente para me referir às pessoas que entendem o governo da igreja como limitado à congregação local. Ao fazer isso, estou ignorando as diferenças históricas entre "congregacionalismo" e "independência", sobre os quais veja James Bannerman. *The church of Christ: A treatise on the nature, powers, ordinances, discipline and government of the Christian church,* 2 vols. (Londres: Banner of Truth Trust, 1960), 2:296-300.

[233] CMW 64.

[234] *Jus divinum regiminis ecclesiastici, or The divine right of church-government, originally asserted by the ministers of Sion College, London, December, 1646* (1646; reimp., rev. e org., David Hall; Dallas, TX: Naphtali, 1995), 200.

[235] Peck. *Notes on ecclesiology*, 195.

[236] Ibid. Peck, por sua vez, cita esses textos de John M. Mason. *Essays on the church of God: In which the doctrines of church membership and infant baptism are fully discussed* (1843; reimp., Taylors, SC: Presbyterian Press, 2005).

[237] É à luz dessa verdade que o *BCO* da PCA diz: "Essa unidade visível do corpo de Cristo, embora obscurecida, não é destruída pela sua divisão em diferentes denominações de cristãos professos; mas todos aqueles que afirmam a Palavra e os sacramentos em sua integridade fundamental devem ser reconhecidos como verdadeiros ramos da Igreja de Jesus Cristo". *BCO* 2-2.

[238] Peck. *Notes on ecclesiology*, 196.

[239] O que se segue é devido, em grande parte a Peck. *Notes on ecclesiology*, 200-201. Uma versão mais completa e detalhada do tipo de argumento que Peck faz pode ser encontrada em *Jus divinum*, 201-216. O que argumentamos aqui a respeito da igreja em Jerusalém, os autores de *Jus divinum* também argumentam a respeito da igreja em Antioquia, Éfeso e Corinto.

[240] Peck. *Notes on ecclesiology*, 200.

[241] Por exemplo, o número de crentes em Atos 4.4 inclui o número apresentado em Atos 2.41 ou estaria Lucas afirmando que cinco mil cristãos (At 4.4) foram acrescentados ao grupo já existente de três mil cristãos (At 2.41)? Para discussão a respeito desse tema, veja J. A. Alexander. *A commentary on the Acts of the Apostles*, 2 vols. (Nova York: Charles Scribner, 1875; reimpr., Edimburgo: Banner ot Truth, 1963), 1: 129-131. Também não está totalmente claro se o número apresentado em Atos sempre diz respeito à igreja em Jerusalém. Algumas ou muitas dessas pessoas podem ter deixado Jerusalém e ido para outras partes da Palestina ou para algumas terras da Diáspora. Quanto a isso, veja D. Douglas Bunnerman. *The Scriptural doctrine of the church: Historically and exegetically considered* (1887; reimpr., Grand Rapids: Baker, 1976), 396-399. O interessante é que algumas dessas discussões (e outras mais) foram levantadas e abordadas pelos autores de *Jus divinum*, 206-210.

[242] Alexander. *Commentary on Acts,* 1.131.

[243] *Jus divinum*, 211.

[244] Esse é precisamente o padrão da sinagoga em Jerusalém. Veja agora a discussão em Lee I. Levine. *The ancient synagogue: The first thousand years*, 2a. edição (New Haven, CT: Yale University Press, 2005).

[245] Como Peck observa, "Cada [apóstolo] era um governador de toda a igreja [...] pela própria natureza do ofício apostólico. *Notes on ecclesiology*, 201.

[246] Ibid.

[247] Esses três exemplos são de *Jus divinum*, 217-218.

[248] Discutiremos mais à frente o caráter representativo dos tribunais mais elevados da igreja.

[249] Peck. *Notes on ecclesiology,*203; ênfase de Peck.

[250] Ibid.

[251] Ibid., 194.

[252] Ibid., 202-203.

[253] Ibid., 194.

[254] Da palavra latina que significa "assentar", i.e., em deliberação ou julgamento.

[255] Peck. *Notes on ecclesiology*, 191. Para uma discussão do termo grego *prebyterion*, veja Knight. *The pastoral epistles*, 209.

[256] "O presbitério consiste de todos os presbíteros docentes e igrejas dentro dos seus limites que foram aceitas pelo presbitério. Quando o presbitério se reúne como um concílio, ele deve consistir de todos os presbíteros docentes e presbíteros regentes eleitos pelos seus conselhos", *BCO* 13-1.

[257] Peck. *Notes on ecclesiology*, 189. É por causa da sua natureza que o concílio da igreja como uma assembleia deliberativa que muitos concílios adotam padrões de procedimento parlamentar, como *Robert's rules of order, newly revised*.

[258] *CBO* 14-1.

[259] Vimos que a igreja em Jerusalém era provavelmente composta de várias congregações unidas por um único governo. Isso é provavelmente verdadeiro quanto a outras regiões nas quais a igreja estava presente durante o período apostólico. Então, o Concílio registrado em Atos 15 era um concílio da igreja universal ou, no mínimo, de várias igrejas regionais.

[260] A discussão que se segue é devedora a William Cunningham. *Historical teology*: *A review of the principal doctrinal discussions in the Christian church since the apostolic age*, 2 vols. (1870; reimpr. Londres: Banner of Truth Trust, 1960), 1.43-78, e *Jus divinum*, 225-236.

[261] *Jus divinum*, 228-229.

[262] Cunningham. *Historical theology*, 1.45. Cunningham está resumindo aqui um padrão do entendimento congregacional de Atos 15. No entanto, não é apenas Cunningham que entende o capítulo desse modo. Veja Alexander. *Commentary on Acts*, 2: 92. Peck relata que essa posição era também a visão de Thornwell. Thomas E. Peck. "The action of the assembly of 1879 on worldly amusements, or the powers of our several church courts", em *Miscellanies of Thomas E. Peck*, 3 vols. (Richmond, VA: Presbyterian Committee of Publication, 1895-1897; reimpr. Edimburgo: Banner of Truth, 1999), 2:351.

[263] Cunningham. *Historical theology*, 1:45. Aí Cunningham oferece um padrão do entendimento presbiteriano de Atos 15. Veja a discussão desse ponto em *Histórical theology*, 1: 45-47; cf. *Jus divinum*, 229-231.

[264] Usando a expressão de Cunningham. *Historical theology*, 1: 45.

[265] Cunningham. *Historical theology*, 1: 59.

[266] Ibid., 1: 60.

[267] Veja esse princípio articulado e desenvolvido no *BCO* 39-1, 2, 3.

[268] Para o que se segue, sou particularmente devedor a David F. Coffin Jr.

[269] Cunningham observa que o Concílio apela tanto à providência de Deus quanto às Escrituras. Contudo, ele observa cuidadosamente que a "palavra escrita de Deus é, propriamente dita, o único padrão pelo qual as questões da igreja devem ser reguladas, ainda que muito possa ser aprendido ao considerar cuidadosamente sua providência ou o que ele realmente fez, em conexão com as declarações da sua palavra", *Historical theology*, 1: 48.

[270] *Jus divinum*, 231.

[271] "Essa declaração certamente implica que eles estavam confiantes de que a decisão estava *de facto* de acordo com a mente do Espírito Santo. [...] Cristo, Cabeça da igreja, determinou a decisão dessa questão não por meio da inspiração direta e infalível, mas pela reunião geral dos apóstolos e presbíteros que buscaram e apreenderam a verdade a respeito dessa questão por meios acessíveis aos homens em geral com as influências comuns do Espírito". Cunningham. *Historical theology*, 1:46.

[272] Cunningham, *Historical theology*, 1: 53.

[273] De modo significativo, a assembleia absteve-se de dar uma sentença judicial sobre os indivíduos que estavam ensinando essa doutrina falsa. Provavelmente isso ocorreu porque um apelo judicial não havia chegado da maneira correta à assembleia com respeito a um caso que havia sido primeiramente tratado num concílio inferior. Em vez disso, a assembleia limitou-se a abordar o mérito doutrinário do ensino em questão, bem como a reconhecer algumas das consequências práticas desse ensino. Veja Peck. "Worldly amusements", em *Miscellanies*, 2: 355.

[274] *Jus divinum*, 232.

[275] Peck. "Worldly amusements", em *Miscellanies*, 2: 356.

[276] Cunningham. *Historical theology*, 1: 61. Veja também *Jus divinum*, 233-234.

[277] Cunningham. *Historical theology*, 1: 62. "Um Sínodo ou Concílio do qual eles eram membros constituintes pode ser justamente considerado como representando a igreja e, desse modo, autorizado a exercer sobre toda a extensão e amplitude dela qualquer autoridade e jurisdição era em si correto e competente". Ibid.

[278] Mesmo assim, a decisão do concílio é dita como sendo um julgamento de toda a igreja (15.22), ou seja, a igreja atuando por meio dos seus oficiais.

[279] Cunningham. *Historical theology*, 1:56.

[280] Ibid., 1:51. Veja a discussão de Cunningham por uma elaboração da distinção crucial entre as pessoas que não têm autoridade para "interpretar a palavra de Deus para o propósito de executarem essa função [de governo]", mas inalienavelmente mantendo o direito de julgamento privado ao receber os atos e decisões de um concílio da igreja. Ibid., 1:52.

[281] CFW 31.3.

[282] Para um relato dessa "velha/nova divisão", veja D. G. Hart e John R. Muether. *Seeking a better country: 300 years of American Presbyterianism* (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 2007), 50-69; Lefferts A. loetscher. *A brief history of Presbyterians*, 4a. ed. (Filadélfia: Westminister, 1983), 63-70.

[283] Hart e Muether. *Seeking a better country*, 67. Para a análise do autor do Plano de União, veja 67-69.

[284] *Records of the Presbyterian Church in the United States of America*, 1706-1788 (1841; reimpr. Nova York: Arno Press & The New York Times, 1969), 286; Charles Hodge. *Constitutional history of the Presbyterian Church in the United States*, 2 vols. (Filadélfia: Presbyterian Board of Publication, 1851), 2:227.

[285] *Records of the Presbyterian Church*, 1706-1788, 286.

[286] Ibid.; Hodge. *Constitutional history*, 2: 277-278.

[287] Como, por exemplo, nas provisões para "reclamações". *BCO* 43–1.

[288] Peck. *Notes on ecclesiolgy*, 194.

[289] Loetscher. *A brief Hhstory*, 72-73.

[290] Peck. *Notes on ecclesiology*, 204.

[291] Ibid.

[292] *BCO* 11-3.

[293] Peck. *Notes on ecclesiology*, 205.

[294] *BCO* 11–4. Lembre-se que *BCO* 11-2 descreve jurisdição eclesiástica como "somente ministerial e declarativa, relacionada com as doutrinas e preceitos de Cristo, para a ordem da igreja e o exercício da disciplina".

[295] Peck. *Notes on ecclesiology*, 205.

[296] Esse ponto foi enfatizado no século 17 pelos escritores do *Jus divinum*; veja especialmente a página 198.

[297] *BCO* 11-4. Para as provisões para revisão e controle veja *BCO* 39.

[298] Ibid.

[299] Peck. *Notes on ecclesiology*, 205, ênfase de Peck; cf. "Worldly amusesments" em *Miscellanies*, 2:335.

[300] Como Peck observa na frase dessa carta, "o Supremo Concílio não tem qualquer poder diretamente *sobre a parte*, mas somente sobre *o poder* da parte, o que implica que a parte tem um poder" (Peck. *Notes on ecclesiology*, 206). Peck ilustra esse pondo deste modo: "A questão tem sempre sido [...] se o todo é simplesmente uma grande roda, da qual partes são somente raios ou se ele é uma roda da qual as partes *também* são rodas, cada uma possuindo uma esfera e movimentos próprios, ainda assim, movendo-se em subordinação aos movimentos da grande roda". "Worldly amusements", em *Miscellanies*, 2:236.

[301] Para a PCA, esses têm sido reunidos nos *PCA Digest*, vol. 2: *PCA Position papers*, org., Paul R. Gilchrest, 2 vols. (Atlanta: Office of the State Clerk of the General Assembly of the Presbyterian Church in America, 1993) e *PCA Digest*, vol. 3: *PCA Position papers, 1994-1998* (Atlanta: Office of the State Clerk of the General Assembly of the Presbyterian Church in America, 1998). Uma coletânea completa desses relatórios encontra-se atualmente disponível *onlinie* no website da PCA Historical Center, www.pcahistory.org.

[302] O fato é que, na PCA, a constituição não pode receber emendas por meio da votação única de um Supremo Concílio.

[303] Peck. "Worldly amusements", em *Miscellanies*, 2:335.

[304] "Cada concílio tem o direito de resolver questões de doutrina e disciplina propostas de modo sério e sensato e, em geral, de manter a verdade e a retidão, condenando opiniões errôneas e práticas que tendem a prejudicar a paz, a pureza ou o progresso da igreja." *BCO* 11-4.

[305] "Prefácio" do "The form of Presbyterial church-government and of ordination of ministers" (1645). Esse documento foi "acordado pela assembleia dos teólogos de Westminster, com a assistência dos comissários da Igreja da Escócia" e foi aprovado pelo Supremo Concílio da Igreja da Escócia em 1645. Para todo o documento, veja *Westminster confession of faith* (Glasgow: Free Presbyterian Publications, 1958), 395-416.

[306] "The King and Head of the Church", seção 1 de "Preface to the *Book of church order*", *BCO*. Essa afirmação é uma adaptação do supracitado "Prefácio" a "Form of Presbyterial-church government".

[307] João Calvino. *Institutas da religião cristã* (São Paulo. Editora Cultura Cristã, 2003).

[308] François Turretin. *Institutes of elenctic theology*, org. James T. Dennison Jr., trad. George M. Giger. 3 vols. (Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 1992-97). [*Compêndio de teologia apologética* (São Paulo. Editora Cultura Cristã, 2010)].